

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE AMADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS

**NA FOTO: MARIA TUPINAMBÁ
KUÑA PIAÇAVEIRA
ALDEIA TUPÃ – TERRA INDÍGENA DE OLIVENÇA**

LILIANE FIGUEIREDO VIANA

**MANEJO TUPINAMBÁ DA PĪA'SAWA COMO PERTENCIMENTO À
NATUREZA E (RE)EXISTÊNCIA IDENTITÁRIA ORIGINÁRIA:
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA DE OLIVENÇA
(ILHÉUS/BA)**

**ITABUNA/BAHIA
FEVEREIRO/2022**



Programa de Pós-Graduação em Ensino
e Relações Étnico-Raciais - PPGER



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

**INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE
AMADO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS**

LILIANE FIGUEIREDO VIANA

**MANEJO TUPINAMBÁ DA PĨA'SAWA COMO PERTENCIMENTO À
NATUREZA E (RE)EXISTÊNCIA IDENTITÁRIA ORIGINÁRIA:
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA DE OLIVENÇA
(ILHÉUS/BA)**

**ITABUNA/BAHIA
FEVEREIRO/2022**

LILIANE FIGUEIREDO VIANA

**MANEJO TUPINAMBÁ DA PĨA'SAWA COMO PERTENCIMENTO À
NATUREZA E (RE)EXISTÊNCIA IDENTITÁRIA ORIGINÁRIA:
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA DE OLIVENÇA
(ILHÉUS/BA)**

Dissertação em forma de Memorial Descritivo, Projeto de Intervenção e Produtos Educacionais, apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Instituto de Humanidades Artes e Ciências - Campus Jorge Amado.

Área de Concentração: Ensino e Relações Étnico Raciais nas Perspectivas Pós e Decoloniais.

Orientador: Casé Angatu Xukuru Tupinambá - Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos.

**ITABUNA/BAHIA
FEVEREIRO/2022**

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

V614m Viana, Liliane Figueiredo, 1992 -
Manejo Tupinambá da Pã'sawa como pertencimento à natureza e
(re)existência identitária originária. / Liliane Figueiredo Viana. – Itabuna, 2022.
156 f.

Orientador: Carlos José Ferreira dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ensino e
Relações Étnico-Raciais. Campus Jorge Amado.

1. Pã'sawa. 2. Tupinambá (Povo Indígena). 3. Resistência (Povos Tradicionais).
4. Recursos Naturais - Manejo. 5. Identidade. 6. Memória. 7. Memória. 8. Ensino.
9. Oralidade. 10. Olivença – Ilhéus, BA. I. Santos, Carlos José Ferreira dos. II.
Título.

CDD – 633.58

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL

Folha de Assinaturas

Defesa de Memorial, Projeto de Intervenção e Produtos Educacionais, como Dissertação do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER, de *Liliane Figueiredo Viana*, intitulada “*Manejo Tupinambá da Pia’sawa como Pertencimento à Natureza e (Re)Existência Identitária Originária: Possibilidades para o Ensino da História e Cultura Indígena de Olivença (Ilhéus/BA)*”, orientada pelo Prof. Dr. *Carlos José Ferreira dos Santos - Casé Angatu* e aprovada pela Banca Examinadora em 14 de fevereiro de 2022:

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Mariele Rodrigues Correa
Instituição (UNESP-PPGPSICO)
Examinador externo

Prof. Dr. Cleber Rodrigo Braga de Oliveira
Instituição (UFSB/PPGER E UNIFAP)
Examinador Interno.

Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos - Casé Angatu
Instituição: (UFSB/PPGER E UESC/DFCH)
Orientador

ITABUNA/BAHIA
FEVEREIRO/2022

DEDICATÓRIA

*DEDICO ESTE TRABALHO
AO POVO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA, À MARIA
TUPINAMBÁ, JORGE TUPINAMBÁ, SEU
CARLOS TUPINAMBÁ E RONALDO TUPINAMBÁ.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Liliane Figueiredo, pela resistência e coragem para permanecer firme todos os dias.

À minha esposa e companheira de vida Débora Nascimento pelo apoio fundamental para a realização de cada etapa desta pesquisa, pelo amor, companheirismo e aconchego.

À minha mãe Lucidalva Batista de Figueredo pelo apoio diário.

Agradeço ao meu pai Adilson Donato Viana, *in memoriam*, que foi essencial na minha formação como pessoa e como profissional.

Ao meu irmão Adilton e ao meu sogro Evandro, *in memoriam*, pelo incentivo.

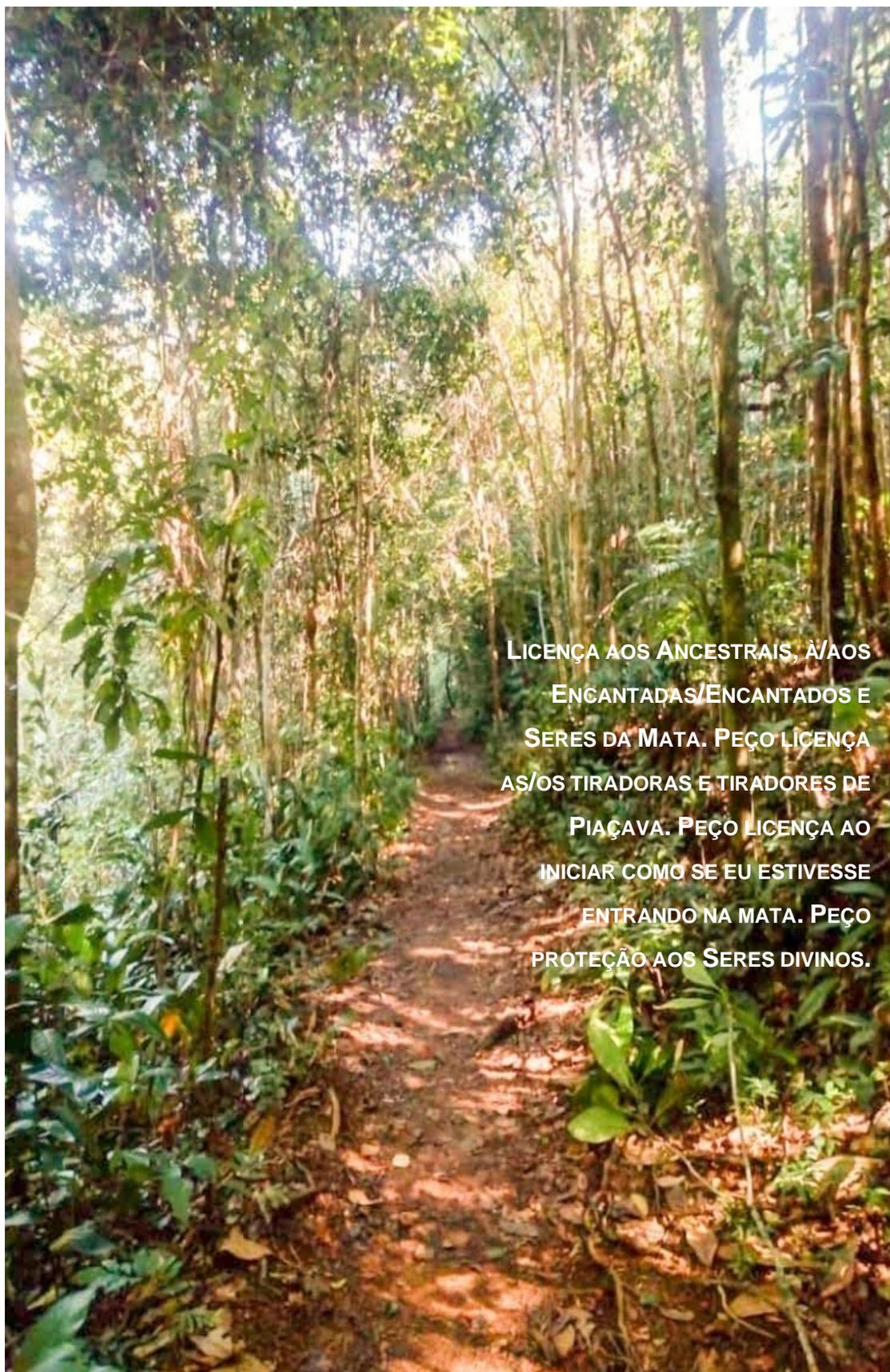
Ao meu orientador, Professor Doutor Casé Angatu Xukuru Tupinambá, pela orientação e por ter me ensinado que: *ÎANDE IANÊ ARA MASUÍ XUKUI AMÓ ARA MARAMOÑANGA ÑERANA* (Somos um mundo onde cabem muitos mundos de luta, re-existência e resistência).

Aos professores da UFSB, em especial o professor Cleber Braga e Rafael Siqueira, pelas leituras, trocas e por me fazer enxergar as diversas formas da escrita e leituras na construção do conhecimento. Foi, com certeza, um quadrimestre imerso ao conhecimento.

A todas as pessoas que conheci na UFSB que de alguma forma fizeram parte dessa caminhada. Foram momentos de acolhimento, de trocas e de muito afeto.

Agradeço as pessoas piaçaveiras de Olivença pelos diálogos e por fazerem parte dessa dissertação. Não escrevi sozinha, essa foi uma escrita coletiva.

EPÍGRAFE



LICENÇA AOS ANCESTRAIS, À/AOS
ENCANTADAS/ENCANTADOS E
SERES DA MATA. PEÇO LICENÇA
AS/OS TIRADORAS E TIRADORES DE
PIAÇAVA. PEÇO LICENÇA AO
INICIAR COMO SE EU ESTIVESSE
ENTRANDO NA MATA. PEÇO
PROTEÇÃO AOS SERES DIVINOS.

Fotografia/Epígrafe: Entrando na mata na região de Itacaré/Bahia.
Data: Outubro de 2021. Acervo/Fonte/Autoria: Liliâne Figueiredo Viana

RESUMO

Esta dissertação procura discutir de forma decolonial o manejo do Povo Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) da Pindoba Pïa'sawa (Palmeira Piaçava) como uma das expressões do pertencimento à natureza daquela comunidade ao seu lugar de origem. Vale lembrar que Olivença é uma das áreas que ainda mantém a Mata Atlântica, sendo a piaçava uma das palmeiras nativa que constitui seu bioma. A forma como os Tupinambá retiram a pïa'sawa e a utilizam é uma das dimensões que remetem a ancestralidade daquele Povo que ocupava as terras brasileiras antes da colonização/invasão europeia. A própria palavra piaçava é uma derivação do termo em tupy (pïa'sawa) que significa tecer ou trançar, envolvendo manejo e manuseio. Portanto, o presente trabalho parte do princípio que o modo como os Tupinambá se relacionam com essa palmeira é um dos traços identitários originários de resistência e (re)existência da memória e cultura ancestral indígena existente em Olivença. A ideia aqui é contribuir com a luta desse Povo no processo de demarcação territorial que ainda não foi concretizado oficialmente. Busca-se também apresentar como o manejo Tupinambá da pïa'sawa oferece possibilidades para o ensino da história e cultura indígena do Povo de Olivença, favorecendo a aplicação da Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório na rede oficial de ensino o estudo da presença dos Povos Originários na formação da sociedade brasileira. Da mesma forma, a intenção é apresentar os produtos educacionais resultantes desta dissertação (História em Quadrinhos - HQ, Vídeos com Depoimentos de pessoas piaçaveiras, Transcrições das Oralidades e a dissertação em sua totalidade) para a Comunidade Tupinambá de Olivença através das Escolas Indígenas. Este estudo, bem como seus frutos educacionais, teve como bases os depoimentos e as oralidades de Maria Tupinambá, Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá e Ronaldo Tupinambá.

Palavras-chave: Pïa'sawa, Tupinambá (Povo Indígena), Resistência (Povos Tradicionais), Recursos Naturais - Manejo, Identidade, Memória, Ensino, Oralidade, Olivença – Ilhéus, BA

ABSTRACT

This dissertation seeks to discuss in a decolonial way the management of the Tupinambá People of Olivença (Ilhéus/Bahia) of Pindoba Pïa'sawa (Palmeira Piaçava) as one of the expressions of belonging to the nature of that community to its place of origin. It is worth remembering that Olivença is one of the areas that still maintains the Atlantic Forest, with piaçava being one of the native palm trees that constitutes its biome. The way in which the Tupinambá remove the pïa'sawa and use it is one of the dimensions that refer to the ancestry of that People who occupied Brazilian lands before the european colonization/invasion. The word piaçava itself is a derivation of the Tupy term (pïa'sawa) which means to weave or braid, involving handling and handling. Therefore, the present work assumes that the way the Tupinambá relate to this palm tree is one of the identity traits originating from resistance and (re)existence of the indigenous ancestral memory and culture existing in Olivença. The idea here is to contribute to the struggle of this People in the process of territorial demarcation that has not yet been officially implemented. It also seeks to present how the Tupinambá management of the pïa'sawa offers possibilities for teaching the history and indigenous culture of the People of Olivença, favoring the application of Law 11.645/2008, which made the study of the presence of the Peoples mandatory in the official education network. Originating in the formation of Brazilian society. In the same way, the intention is to present the educational products resulting from this dissertation (História em Quadrinhos - HQ, Videos with Testimonials from people from piaçaveiras, Transcriptions of Oralities and the dissertation in its entirety) to the Tupinambá Community of Olivença through Indigenous Schools. This study, as well as its educational fruits, was based on the testimonies and orality of Maria Tupinambá, Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá and Ronaldo Tupinambá.

Keywords: Pïa'sawa, Tupinambá (Indigenous People), Rexistence (Traditional People), Natural Resources - Management, Identity, Memory, Teaching, Orality, Olivença – Ilhéus, BA

LISTA DE IMAGENS

FOTOGRAFIAS

Capa: Maria Tupinambá - Kuña Piaçaveira.....	Capa
Fotografia/Epígrafe: Entrando na mata.....	08
Fotografia 01: Eu (Liliane) no colo de minha Mãe.....	24
Fotografia 02: À esquerda minha avó em seu terreiro.....	25
Fotografia 03: Caminhar até o Diploma.....	41
Fotografia 04: “Tão bom te vê aqui”.....	41
Fotografia 05: Fibra da Piaçava no Manejo Tupinambá.....	73
Fotografia 06: Borra da Piaçava no Manejo Tupinambá.....	73
Fotografia 07: Lavoura comercial de piaçava.....	79
Fotografia 08: Piaçaveiras nativas no meio da mata.....	79
Fotografia 09: Mais Piaçaveiras nativas no meio da mata.....	80
Fotografia 10: Ronaldo Tupinambá.....	104
Fotografia 11: Jorge Tupinambá.....	111
Fotografia 12: Seu Carlos Tupinambá	119
Fotografia 13: Maria Tupinambá.....	126
Fotografia 14: Maria Tupinambá e Kuña.....	140

FIGURAS

Figura 01: Desenho com representação dos espaços naturais.....	31
Figura 02: Parede na Escola na Aldeia Itapuã.....	32
Figura 03: Reportagem do Programa Globo Rural.....	62
Figura 04: Municípios Produtores de Piaçava – Bahia 2016.....	69

MAPA

Mapa 01: Mapa populacional do território indígena Tupinambá.....	75
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEITAB - Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo

CEITA - Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (CEITA)

CEITO - Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença

CJA – Campus Jorge Amado

EEITAB - Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

ISA – Instituto Socioambiental

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGER – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

STF – Supremo Tribunal Federal

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

T.I. – Terra Indígena

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:	15
I – MEMORIAL DESCRITIVO	23
1.1. MULHER, PRETA E LÉSBICA.....	24
1.2. A UNIVERSIDADE SERIA MESMO MEU LUGAR?.....	27
1.3. FOI SENTADA COM KURUMINS E KUNHATÁS TUPINAMBÁ QUE DESENHEI MEUS CAMINHOS.....	29
1.4. ESTÁGIOS E O RACISMO ESTRUTURAL	33
II – PROJETO DE INTERVENÇÃO COMO FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL: EM TEMPOS DE PANDEMIA CONTRIBUIÇÃO PARA APLICAÇÃO DA LEI 11.645/2008.	42
2.1. O PROJETO E O PPGER/UFSB: RESSIGNIFICAÇÕES NO TEMPO QUE “ÉRAMOS PRESENCIAIS”	43
2.2. A PANDEMIA.....	47
2.3. PEQUENA CONTRIBUIÇÃO PARA APLICAÇÃO DA LEI.11.645/2008.....	48
2.4. FRUTOS EDUCACIONAIS: MATERIAL DE APOIO, HQ E.ORALIDADES.....	55
III – FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL - MATERIAL DE APOIO: ORALIDADES INDÍGENAS DECOLONIZANDO O OLHAR SOBRE PĪA’SAWA COMO RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA.	57
3.1. EXTRATIVISMO NATIVO DA PINDOBA PĪA’SAWA COMO RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA.....	58
3.2. ORIGENS INDÍGENAS DO MANEJO DA PĪA’SAWA: MAIS UMA VEZ A SABEDORIA INDÍGENA ENSINANDO.....	64
3.3. “SOMOS ÍNDIOS PORQUE SOMOS NATIVOS DESTA TERRA, SOMOS QUE NEM A PIAÇAVA”.....	69
3.4. OS TUPINAMBÁ E A PRESERVAÇÃO DO MANEJO ORIGINÁRIO DA PĪA’SAWA.....	76
IV – FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL - HQ “MANEJO TUPINAMBÁ DA PIAÇAVA COMO PERTENCIMENTO À NATUREZA”:	83
4.1. APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS: “COM FÉ EM TUPÃ ENFRENTAMOS QUALQUER PARADA”	84
4.2. HQ: “MANEJO TUPINAMBÁ DA PIAÇAVA COMO PERTENCIMENTO À NATUREZA”.....	87

V – FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL: DIÁLOGOS/ORALIDADES PIAÇAVEIRAS TUPINAMBÁ.....	97
5.1. APRESENTAÇÃO: DIÁLOGOS/ORALIDADES PIAÇAVEIRAS TUPINAMBÁ”.....	98
5.2. DIÁLOGOS/ORALIDADES PIAÇAVEIRAS TUPINAMBÁ.....	104
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “ESPALHAR NOSSAS SEMENTES E O SOLO GERMINAR”	137
 BIBLIOGRAFIA.....	142
 FONTES: DIÁLOGOS/ORALIDADES E DOCUMENTOS OFICIAIS.....	150



APRESENTAÇÃO



Aqui escrevo algumas linhas de muitas memórias, resistências e ancestralidade. Palavras escritas que fluíram de fontes jorrando inspiração e desejo contínuo de (re)existir. Um processo nada fácil como bem escreve a escritora e ativista Gloria Anzaldúa em sua *carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*:

Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas (ANZALDÚA, 2000, p. 234).

Por isso, antes de iniciar, fiquei alguns minutos em silêncio e lembrei-me da fala de Casé Angatu. Para ele, o silêncio da natureza contém palavras encantadas como disse o ancião Dave Águia Lakota:

A terra está sempre nos falando e deveríamos ficar em silêncio para escutá-la. Existem muitas vozes além das nossas. Muitas vozes. Só vamos escutá-las em silêncio (ANGATU, 2017, p. 271).

Então permaneci em silêncio e deixei a escrita ecoar do meu interior. Este silêncio me fez retornar ao início de quando formulei meu projeto de pesquisa. Perpassei então pelos textos e rascunhos já escritos. Repensei agendamentos e ideias que dariam seguimento ao meu estudo em forma de prosa.

O caminho era vinculado à mediação educativa entre escola e o Povo Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia), tendo como eixo o manejo ambiental e originário da *pĩa'sawa* (piaçava). A ideia era pensar o quanto o manuseio daquela *pindoba* (palmeira) e do que dela nasce (fibra, borra, palha, coquilho, fruto e sementes) se fazia presente naquela comunidade indígena, refletindo como uma das várias dimensões da sua formação identitária.

Dessa maneira, a minha pesquisa possuiu como ponto inicial uma análise histórica do uso e extração da *pĩa'sawa* pela população indígena de Olivença no Sul da Bahia. Em seguida, procurei pensar aquele Povo no Território Tupinambá em suas vivências a partir das lutas pela consolidação de seu reconhecimento étnico e territorial através da alteridade e da educação escolar indígena. Um processo que envolve ao mesmo tempo pertencimento à natureza, memória e identidades.

O caminho foi perceber as ressignificações que ocorreram nas interações

com outros universos como o escolar. Algumas comunidades indígenas, como os Tupinambá, lutam pela manutenção das suas tradições culturais no espaço escolar, entendendo a escola como um instrumento para afirmar e reafirmar sua existência ancestral.

Vale observar que esses caminhos tiveram seu início quando da realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em história junto a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - entre fevereiro de 2014 a agosto 2018. O TCC ficou intitulado da seguinte maneira: *Manejo Ambiental Tupinambá da Piaçava, Identidade e Educação Escolar Indígena: Núcleo Creche Katuana*.

Depois de um novo levantamento bibliográfico para continuidade da pesquisa e já estudando no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB) compreendi o que o Professor Cleber Braga disse numa de suas aulas quando estávamos sentados em círculo: “a colonialidade nos atravessa, não existe de forma isolada”.¹

A partir daí percebi que havia um atravessamento colonial na minha pesquisa em relação à piaçava no Território Tupinambá de Olivença. Desde então minha intenção era repensar meu projeto de pesquisa inicial numa reviravolta decolonial.²

Entretanto, neste percurso todas/todos nos deparamos com a pandemia da covid-19 e precisei repensar caminhos (alguns deles interrompidos) por causa da doença. Desejava ter como base para este trabalho as oralidades e lutas indígenas através de diálogos com as pessoas tiradoras de piaçava. A ideia era obter imagens, vozes, silêncios e sons das pessoas piaçaveiras.

Procuraria com isso apresentar o manejo da piaçava no ensino e aprendizagem da história e cultura indígena daquele Povo Originário de Olivença como expressões da resistência e (re)existência Tupinambá. Com os saberes e histórias que apareceriam construiria materiais de apoio para a criação de

¹ Apesar das aspas, saliento que essas palavras atribuídas ao Professor Cleber foram escritas a partir da minha memória. Assim, não necessariamente corresponde integralmente ao que foi dito.

² Este termo reviravolta colonial tem inspiração em Luciana Ballestrin e seu texto *América Latina e o giro decolonial* (BALLESTRIN, 22 de março de 2019).

componentes curriculares junto às escolas indígenas e não indígena da região.

Atualmente o Território Indígena Tupinambá de Olivença possui quatro Escolas Estaduais Indígenas Tupinambá: Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (CEITO), Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB), Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté (EEITAB) e Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (CEITA) (AYRA TUPINAMBÁ, 2020, p. 99).

Porém, com a chegada da pandemia e dos ataques do atual governo genocida aos direitos dos Povos Originários, foi necessário repensar a forma de intervenção nas aldeias. Ou seja: aquilo que seria “corpo a corpo”, não seria mais possível.

Entre 2019 quando cheguei no PPGER/UFSB até 2021 uma pausa longa ocorreu e nada foi escrito, nada foi mudado, as ideias ficaram soltas, momentos de incertezas, ataques e invasões nos territórios indígenas. Em rápidas palavras que certamente não corresponde a tudo que ocorreu: o governo federal negacionista dizia que a pandemia “não passava de uma gripezinha”; em meio a pandemia ocorriam tentativas de reintegrações de posse, invasões, evangelização no território indígena; mortes e pessoas doentes.

Lembrei muitas vezes das palavras de Glória Anzaldúa:

O recurso é ancorar o corpo em um cigarro ou algum outro ritual. E quem tem tempo ou energia para escrever, depois de cuidar do marido ou amante, crianças, e muitas vezes do trabalho fora de casa? Os problemas parecem insuperáveis, e são, mas deixam de ser quando decidimos que, mesmo casadas ou com filhos ou trabalhando fora, iremos achar um tempo para escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 233).

Senti a força da escrita de Anzaldúa e pensei então em silêncio: “você não está sozinha!” e (re)existir/resistir já era parte de minha vida. Afinal, sou mulher, preta, lésbica e vegetariana. Portanto, uma pessoa (re)existente/resistente e um ser livre pertencente à natureza - sou a natureza.

Depois disso retornei ao projeto parado justamente em sua fase de mudança no enfrentamento da colonialidade que também o atravessava. Estava como ainda estou marcada pela pandemia e pelas ações violentas desse atual governo que tanto mal nos faz como também fosse uma doença.

Esta dissertação é fruto desses impedimentos e antecipadamente digo que foi/difícil pensar na ausência do contato mais direto com a terra, a comunidade Tupinambá e as pessoas piaçaveiras. Mas o presente texto é também resultado dos encontros realizados e de encontros guiados pela anga (alma). Desses encontros os caminhos se abriram com a possibilidade do orientador desta dissertação (Casé Angatu) realizar e gravar em vídeos os diálogos com as pessoas piaçaveiras como explicarei mais adiante.

É deste lugar, contexto histórico e temporalidade que ocorreu a escrita da presente dissertação. Portanto, ela é também fruto de um processo de enfrentamento das dificuldades geradas pela pandemia e pelo atual governo fascista.

Na primeira parte intitulada como *Memorial Descritivo* procurei narrar um pouco da minha trajetória como mulher, preta e lésbica. Um percurso que me fez perceber a importância de resistir e (re)existir em contextos estruturais/históricos de preconceitos e ações violentas. Resistência e (re)existência também tão presentes na Luta dos Tupinambá de Olivença por direitos e demarcação de suas terras originárias.

Reflito também sobre as colonialidades presentes na minha formação acadêmica na graduação e quando estagiei em escolas não indígenas da rede oficial de ensino daqui da região (Sul da Bahia). Ao mesmo tempo, assinalo como os diálogos com kurumins e kunhatãs Tupinambá abriram horizontes iniciais que guiaram esta dissertação.

A segunda parte da dissertação foi dedicada ao *Projeto de Intervenção como Fruto (Produto) Educacional*. Nela assinalo a profunda relevância do curso que realizei junto ao PPGER/UFSB no sentido de ressignificar conceitual e espiritualmente minha forma de compreender a vida, gerando o presente estudo.

Trato ainda da relação desta pesquisa com a procura por contribuir para a aplicação da Lei 11.645/2008. Uma lei que assinalou a necessidade do estudo da história e cultura dos Povos Indígenas brasileiros na rede oficial de ensino. Procurei então realizar uma discussão sobre as dificuldades para a aplicação dessa lei e algumas possibilidades decolonialidade. Por isto acredito que o *Projeto de Intervenção* também é *Fruto (Produto) Educacional*

Quanto ao *III Capítulo Fruto (Produto) Educacional - Material de Apoio* objetivei discutir caminhos para decolonizar os olhares sobre pïa'sawa. A ideia

foi apresentar o manejo indígena daquela palmeira (pindoba) como parte da resistência e (re)existência Tupinambá na luta pela oficialização do reconhecimento étnico e territorial. Vale lembrar que ainda não ocorreu a homologação da *Demarcação Territorial* do Povo Tupinambá, apesar dos Relatórios feitos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).³

Neste capítulo diferentes oralidades indígenas foram contrapostas às visões coloniais sobre a piaçava. Ganhou relevância os ensinamentos das pessoas piaçaveiras Tupinambá possibilitando compreender: as origens indígenas do manejo da *pia'sawa*; o manejo nativo da *pia'sawa* como resistência e (re)existência; a relação desse manejo com as memórias, identidades e saberes ancestrais.

Iniciei também nesta parte do trabalho ponderações de como foram realizados os diálogos com as pessoas piaçaveiras que conversamos: Maria Tupinambá, Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá e Ronaldo Tupinambá. Diálogos que só foram possíveis quando no final de maio de 2021 o professor Casé Angatu deu uma ótima notícia: algumas pessoas piaçaveiras da Aldeia Gwarĩni Atã onde ele mora e outra da Aldeia Tupã (ambas no Território Tupinambá de Olivença) aceitaram gravar em vídeo seus depoimentos dialogados em relação ao manejo da piaçava.

Apesar de retomar esse assunto algumas vezes durante a dissertação, vale destacar que os registros em vídeos das conversas só foram possíveis porque: o Povo Tupinambá em maio já havia tomado as duas doses da vacina contra a covid-19; segundo suas lideranças indígenas, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) da região, os agentes de saúde e as pessoas entrevistadas a pandemia estava então sobre controle nas aldeias; o Povo Tupinambá já realizava em maio atividades coletivas presenciais (rituais, seminários, caminhadas, paralisação de estradas, roças, fabricação de farinha); além de todas as precauções sanitárias (uso de máscara e/ou distanciamento entre as pessoas, utilização de álcool gel) serem tomadas na hora dos diálogos.

Realço ainda que para evitar qualquer risco os depoimentos foram colhidos exclusivamente pelo professor Casé Angatu como indígena e morador

³ Fontes: FUNAI, *Nota Técnica nº. 01/CGEP/02*, 13 de maio de 2002 / FUNAI, *Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença*, 20 de abril de 2009.

no território. Além disso, as conversas só foram realizadas com indígenas com os quais o professor Casé já dialogava frequentemente. Vale observar que os roteiros dos diálogos realizados são de minha autoria sempre respeitando a dinâmica das conversas.⁴

O IV Capítulo é também um *Fruto (Produto) Educacional*. Nele apresento uma *História e Quadrinho (HQ)* intitulada: *Manejo Tupinambá da Piaçava como Pertencimento à Natureza*. Na apresentação do capítulo faço ponderações de como foi realizada a HQ, alguns dos caminhos conceituais que percorri e suas possibilidades pedagógicas-didáticas.

O objetivo foi/é apresentar esta História em Quadrinhos como uma contribuição para a constituição de um material didático-pedagógico para as quatro escolas indígenas de Olivença e para as escolas não indígenas da região. Para isto a História em Quadrinho será disponibilizada em arquivos PDF, JPG e outros arquivos de imagens pela *internet* com acesso livre.

A arte da HQ contou com a sensibilidade artística e sociocultural do artista Breno Scofield a quem agradeço desde já. A narrativa da História em Quadrinho teve como base as oralidades indígenas das pessoas com quem dialogamos. Procurei com a HQ apresentar um olhar decolonial sobre a história e o manejo da piaçava. Da mesma forma, a intenção foi/é quebrar preconceitos ainda tão presentes aqui no Sul da Bahia em relação ao Povo Tupinambá de Olivença.

Finalizando a presente dissertação com o V Capítulo: *Fruto (Produto) Educacional: Diálogos/Oralidades Piaçaveiras Tupinambá*. Da mesma forma que no capítulo anterior também princípio apresentando como os diálogos foram realizados, os percursos conceituais e suas possibilidades como material didático-pedagógico.

Nesta parte os diálogos das conversas gravadas com as pessoas piaçaveiras foram transcritos procurando ser a mais “fiel” possível ao que disseram: Maria Tupinambá, Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá e Ronaldo Tupinambá. Por isto também realizei ponderações sobre as relações

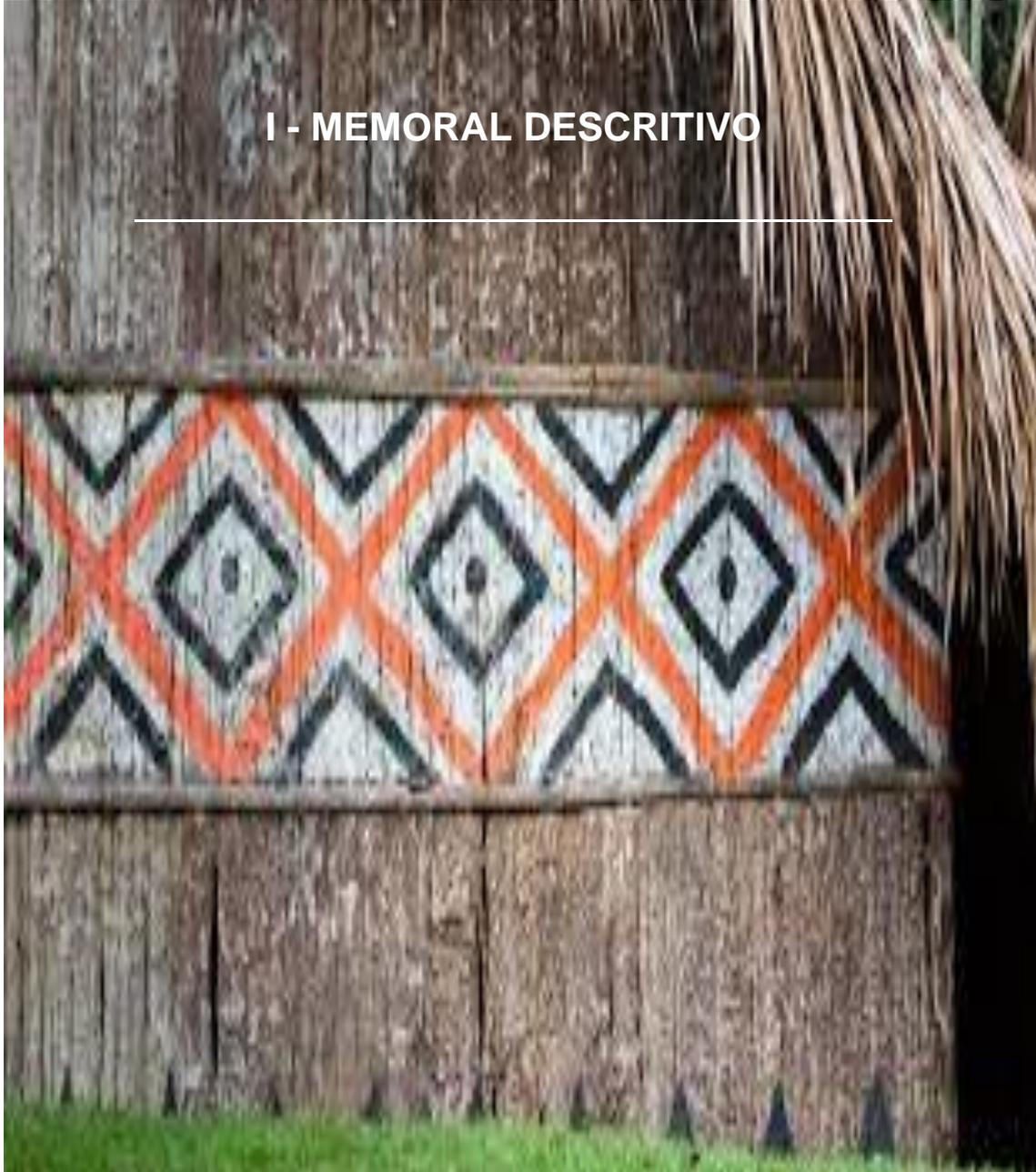
⁴ Essas explicações aparecem várias vezes durante o trabalho no sentido de sempre deixar muito claro que todos os cuidados foram tomados quando da gravação dos diálogos. Caso contrário de forma alguma as conversas e gravações seriam realizadas. Da mesma forma, vale destacar que as gravações foram autorizadas e já estão disponíveis como domínio público no *Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)*.

entre a escrita e a oralidade, assinalando seus limites e indicando que o ideal seria utilizar os próprios vídeos das conversas como material didático-pedagógico. Aliás, como expliquei anteriormente, as gravações em vídeos foram autorizadas e já estão disponíveis como domínio público no *Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)*.

Assim, desejo que a leitura deste trabalho agrade e contribua com a constituição de materiais didáticos e pedagógicos a serem utilizados em escolas indígenas e não indígenas, fazendo valer a aplicação da Lei 11.645/2008. Espero acima de tudo que a presente dissertação contribua quebrando preconceito em relação ao Povo Tupinambá e na Luta pela *Demarcação Já* da Terra Indígena de Olivença.



I - MEMORAL DESCRITIVO



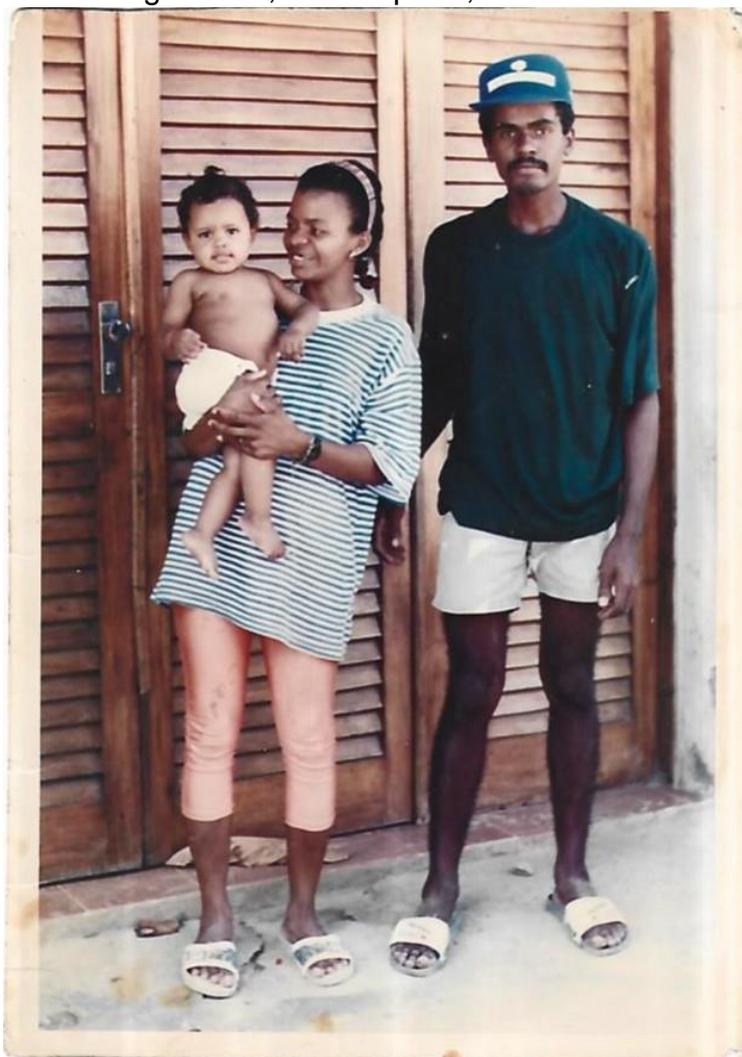
1.1. MULHER, PRETA E LÉSBICA

Sou mulher preta e lésbica que por anos teve a fala e a escrita interrompida pelos olhos brancos e também pretos. Desde cedo fui colocada numa caixa onde se gritava muito alto os padrões de feminilidade e comportamento advindos do catolicismo.

Filha de Adilson Donato Viana, homem preto, pedreiro, Filho de Santo e alcoólatra. Nasci dia 07 fevereiro de fevereiro de 1992 na cidade de Itabuna/BA e passei a minha infância no bairro de Fátima e Califórnia.

Só fui conhecer meu pai sete dias após o meu nascimento. Naquele ano de 1992 Adilson (meu pai) estava num ritual de cura no terreiro para o tratamento do alcoolismo.

De um lado, o terreiro e do outro, a igreja católica. Minha mãe é Lucidalva Batista de Figueiredo, mulher preta, doméstica e católica não praticante.



Fotografia 01: Eu (Liliane) no colo de minha Mãe Lucidalva Batista de Figueiredo ao de meu pai Adilson Donato Viana. Local: Bairro de Fátima na porta da residência de minha avó Marlene Donato Viana. Data: 1992Acervo/Fonte:

A presença do terreiro e da igreja se tornou conflituosa em minha infância. Hoje questiono por que fui levada quando criança para igreja católica e não para o terreiro? Por que buscaram retirar das minhas vivências o convívio em comunidades de religiões de matrizes africanas como o candomblé? Por que tentaram sequestrar minhas memórias de vivenciar o terreiro onde estavam minha avó Marlene Donato Viana (Mãe de Santo) e meu pai Adilson (Filho de Santo)?

O Terreiro da minha avó fazia parte da vida dela e ficava localizado no porão de sua residência na rua São João no Bairro de Fátima. Parte do porão era o terreiro e a outra parte foi a minha casa. Alguns anos morei com os meus pais e meu irmão naquele mesmo porão.

Lembro-me do contato que eu tinha com os mais velhos, da curiosidade e de observar as roupas da minha avó. Recordo das comidas que ficavam no quarto fechado e que não era me permitido o acesso. Guardo na memória as danças, músicas, do cheiro das folhas jogadas no chão, da pipoca de milho e do coco em pedaços que eram lançados no terreiro.



Fotografia 02: À esquerda minha avó em seu terreiro. Local: porão da residência da minha avó – Rua São João – Bairro de Fátima. Acervo/Fonte: Acervo particular de Liliane Figueiredo Viana

Por isso, retorno a minha pergunta: mesmo com todo esse universo por perto por que tentaram apagar minhas vivências em comunidade de religiões de matrizes africanas como o Candomblé? Fui levada a viver num corpo estranho porque buscaram fazer com que ignorasse e negasse minha ancestralidade e saberes, sendo iniciada no catolicismo.

Desde muito cedo minha mãe escolheu um padrinho e uma madrinha para o meu batismo na Igreja Nossa Senhora de Aparecida localizada na Califórnia na cidade de Itabuna. Naquela Igreja também iniciei a catequese, fiz a primeira comunhão e depois a crisma. Quando terminei a crisma continuei ainda frequentando a igreja aos domingos. Mas, aos poucos fui me distanciando da igreja e também dos meus familiares. Mesmo fazendo parte da igreja não me sentia pertencente a aquela instituição religiosa.

Na minha infância com os familiares mais próximos a convivência era intensamente permeada por palavras que diziam o que para eles eu aparentava ser. Aparentemente era vista como uma criança preta, gorda e lésbica. Talvez não fosse exatamente essa a ordem das adjetivações porque muitas vezes o fato de ser gorda e lésbica era camuflado pelas falas/gritos do racismo.

Fui “ensinada” a controlar meus gestos, minha fala e minhas roupas. “Educaram-me” desde cedo que é necessário manter a depilação em dias, colocar argolas, biquínis, saias, saltos e vestidos. Quando escrevo isto lembro que não gostava das roupas femininas e amava blusões folgados. Mas como fui criada num contexto em que uma criança não tem vontades e autonomia precisei me manter dentro das regras.

A homofobia surgiu de forma violenta na minha vida porque precisei enfrentá-la dentro da minha família. Aos 17 anos fui comprar minha primeira camisa numa loja masculina. Minha mãe fez uma ligação para meu pai pedindo que ele evitasse aquela compra. Mesmo assim levei a camisa para casa e foi um dia importante. Sentir aquela camisa no meu corpo foi uma das melhores sensações.

Depois disso a situação com minha família só piorou. Ocorreram ameaças para me tirar do colégio e toda uma rede de agressões homofóbicas que perduraram por alguns anos. Mas aos poucos foi se consolidando o respeito quanto a minha orientação sexual. No entanto, por carregar muitos sinais no meu

corpo do que sou faz com que a luta diária ainda hoje seja de muita resistência.

Terminei o ensino médio e fiz o ENEM para concorrer a uma vaga na Licenciatura em História da Universidade Estadual de Santa Cruz. Comecei o curso em 2014 e o entusiasmo era grande. Quando ainda era pequena costumava passar de ônibus em frente à UESC e olhava aquela instituição como algo distante e impossível. Mas consegui minha vaga e realizei o curso de história em quatro anos.

1.2. A UNIVERSIDADE SERIA MESMO MEU LUGAR?

Foram anos dolorosos e a vontade era de só estudar e não precisar trabalhar. Na época da graduação trabalhava na empresa Taurus Segurança localizada em Itabuna. Fazia plantão de 12 horas e me deslocava para universidade após o trabalho.

Na UESC vivenciei mais um processo impositivo de valores vinculado a uma postura que ratificava padrões de conteúdos e escrita eurocêntricos, academicista e bem elitizados. Uma demonstração disto é a própria grade curricular do curso de história de quando lá estudei entre 2014 e 2018. Predominavam disciplinas tratando da Europa (História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea etc) e do Brasil seguindo a antiga ordenação cronológica a partir das ações políticas, administrativas e econômica-social daqueles que são considerados os principais (às vezes únicos) personagens da história brasileira (Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República).

Algumas poucas disciplinas (quando existiam) abordavam a África, Ásia, Oceania, Américas, Populações Indígenas, Negras, Ciganas, Mulheres, temas como Gênero, Religiosidades, Sexualidades, Memórias, entre outros vazios existentes.

Lembro-me da “loucura” que foi o primeiro semestre. Eu e as pessoas da minha turma éramos recém-chegadas do ensino médio. Porém, precisávamos nos enquadrar no que nos era apresentado pela universidade através de seis disciplinas que possuíam métodos avaliativos baseados em fichamentos,

resenhas de apostilas e seminários.

Existiam alguns alunos que colaboravam com essa postura eurocêntrica, academicista e nada pedagógica. Esses estudantes “achavam” que cursavam um curso de bacharelado e não uma licenciatura que forma professores. Recusavam as disciplinas envolvendo ensino/escola por acreditarem que o ensino era academicamente algo inferior.

Questionei-me se aquela universidade tão sonhada era mesmo o meu lugar. Ailton Krenak nos ensina que é uma tragédia as pessoas que são domesticadas pelo pensamento colonial. Passam a reproduzir valores e criam colônias de pessoas subjugadas e humilhadas para que sintam sempre menores do que são em qualquer lugar:

Nesse sentido, pensar as Universidades como alguma coisa fora desse aparato que o Estado manipula e gere pode ser muito ingênuo. As universidades fazem parte do aparato, do organismo de dominação que os Estados Nacionais estendem como seus dedinhos para alcançar os seus objetivos, buscando a informação, o conhecimento, buscando todo o aporte que o Estado, obviamente, necessita para se retroalimentar e continuar atualizado sobre como melhor dominar as nossas diferenças, as nossas diversidades (KRENAK, 2019, p. 62).

Durante os quatro anos da graduação, cursei diversas disciplinas que me ensinaram que as melhores bibliografias eram de autores franceses ou ingleses. Quando falavam de autores nacionais eram aqueles que haviam seguido os caminhos do pensamento historiográfico europeu. Esqueceram de nos apresentar autores pretos, indígenas, mulheres e regionais. Pouco se tratou dos saberes presentes nas oralidades e em outras formas de linguagens advindas da memória.

As obras que estudávamos vinham quase sempre de outros locais, nunca daqui desse lugar. Perpassei por todas as disciplinas com uma carga de seis por semestre. Alguns colegas da turma viviam correndo porque pegavam disciplinas a mais para adiantar o curso. Nunca compreendi aquela pressa de chegar a algum lugar. Novamente como bem pondera Ailton Krenak:

[...] ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa.” [...] “Temos de parar de vender o amanhã (KRENAK, 2020, p. 10).

Durante o curso algumas paixões e interesses foram surgindo e aguardava ansiosa pela disciplina de *História Indígena*. No entanto, fiquei decepcionada porque quem ministrava na época que estudei essa disciplina apresentou um conteúdo que estava distante do que esperava. Fizemos uma única leitura no semestre do livro: *Os Índios na História do Brasil* de Maria Regina Celestino de Almeida (2010). Após a leitura fizemos um resumo por escrito de cada capítulo e apresentamos em forma de seminário. Minha apresentação foi sobre capítulo quatro do livro e intitulado *Capítulo 4 - Política de Aldeamentos e Colonização*.

Gostaria de deixar claro que o problema não estava no livro da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida. Meus questionamentos eram em relação as ausências das autorias indígenas. Por exemplo: cadê as escritas a partir das mulheres indígenas? Onde estavam as escritas decoloniais? E as oralidades e as narrativas dos Povos Originários? Quais os caminhos que as escritas indígenas percorrem? E as discussões do fenótipo sobre as indígenas tendo ainda o século XVI como modelo? Aguardei durante o semestre e nada foi dito e apresentado pela docente responsável em administrar a disciplina.

Porém, naquele Curso de História tive três disciplinas que chegaram perto do que eu estava buscando na Universidade: um lugar acolhedor que estimulasse a minha escuta, meu pensar, minhas críticas e discussões. Tive a honra de ser discente do Professor Clóvis na Disciplina Optativa denominada: *Iconografia e Ensino de História*. Outras disciplinas que também me entregaram aquilo que eu estava gritando para receber da Universidade foram: *Literatura e Ensino de História* e *Psicologia e Educação*.

1.3. FOI SENTADA COM KURUMINS E KUNHATÁS TUPINAMBÁ QUE DESENHEI MEUS CAMINHOS

Fui buscar então por outras possibilidades de aprendizado e participei do Edital do *Projeto de Ensino - Meio Ambiente, Saberes Tradicionais e Educação Escolar Indígena: o usufruto das árvores no processo de alfabetização* entre

agosto de 2015 - março de 2016. Aquele projeto tinha como mediadora a Profa. Dra. Christiana Cabicieri Profice e possuía como objetivos: entender a importância dos espaços naturais durante o processo educacional indígena; sistematizar os saberes tradicionais suscitados durante as observações mediante desenhos e produções textuais; trabalhar as competências e habilidades de ordem técnica como a leitura e escrita, sempre tendo como fio condutor as árvores.

Foi nesse projeto que conheci as vivências do Povo Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia). Ao iniciarmos as atividades os encontros foram nos muros das escolas – Núcleo Oka Katuana. Eram 02 bolsistas, contando as vezes com a presença da orientadora do projeto professora Christiana Cabicieri Profice.

Logo após iniciamos atividades externas cuja intenção era ir além do entorno da escola. Muitas vezes as professoras da Oka Katuana nos acompanhavam, mas nem sempre podiam sair da escola porque estavam ministrando aulas em duas turmas ao mesmo tempo. As educadoras indígenas se organizavam como podiam para amparar as kunhatãs e kurumins.

Numa das ocasiões durante as atividades externas passamos pela Praça de Olivença e paramos debaixo de uma palmeira. Com todos os kurumins e kunhatãs sentados começamos a dialogar sobre a palmeira da piaçava.

A escolha por dialogar sobre a piaçava ocorreu porque quando cheguei na comunidade Tupinambá me deparei com artesanatos de piaçava, mas nada era dito nas escolas sobre aquela palmeira. Assim, resolvi aprender dentro da própria comunidade sobre a piaçava. Numa das aulas levei para sala a piaçava e percebi o quanto seu manejo era presente entre os Tupinambá.

Assim, debaixo daquela palmeira de Olivença o interesse pelo manejo indígena da piaçava se fortaleceu mais ainda. Solicitei então que as kunhatãs e kurumins (eram 10 crianças) desenhassem a paisagem que estavam vendo.

Na sequência destaco dois dos desenhos que traziam distintos olhares sobre a mesma paisagem que olhávamos.



Figura 01: Desenho com representação dos espaços naturais feitos por Erick e Ricardo alunos do Núcleo Oka Katuana. Data 2015. Acervo/Fonte: Acervo particular de Liliane Figueiredo Viana.

Nos dois desenhos aqui apresentados temos representações e perspectivas diferentes das Palmeiras/Natureza. Como na minha compreensão as falas indígenas são essenciais por expressarem suas memórias, identidades e olhares sobre o mundo, solicitei que as/os alunas/alunos fizessem um relato para cada desenho. Com isso, cada aluna/aluno apresentou seu olhar.

O Ricardo disse que em seu desenho as cores representavam “o fogo, a destruição e os ataques nas aldeias”. Já Erick falou que desenhou o que estava ao seu redor: “o verde, as piaçaveiras, o sol e as nuvens”. Ou seja, na minha compreensão os olhares diferentes de Ricardo e Erick são complementares. Para Ricardo ganha destaque a degradação ambiental, as memórias das invasões, reintegrações de posse. Para Erick: sobressai a preservação ainda da natureza existente.

Aliás, desenhar e pintar é algo bem presente na formação escolar das crianças indígenas nas Escolas Tupinambá. Faz parte do cotidiano daquela comunidade a arte de fazer e representar coisas. Um bom exemplo neste sentido é a pintura corporal tão típica dos Povos Originários. A imagem abaixo de uma

das Escola Indígenas Tupinambá assinala um pouco mais a presença do desenho e da pintura como forma de linguagem.



Figura 02: Parede na Escola na Aldeia Itapuã, atualmente Colégio Estadual Indígenas Tupinambá Amotara – CEITA – Aldeia Itapuã. Acervo/Fonte: Acervo particular de Liliane Figueiredo Viana.

Como bem escreve Ayra Tupinambá e Casé Angatu:

As palavras são essenciais para as culturas e memórias indígenas e estão presentes em diferentes linguagens que não se restringem à escrita ou fala. São expressões que aparecem em nossos cantos, olhares, gestos, moradia, maneiras de alimentar, corpo, anga (alma), pinturas, colares, cocares, formas de se relacionar com a natureza, plantar, colher, pescar, rituais, curas, sonhos e nos silêncios indígenas (AYRA TUPINAMBÁ e ANGATI, 2019, p. 232-233).

Fiquei então com a percepção de que gostaria de entender mais essa relação da natureza, especialmente das árvores, como parte da cultura e identidade Tupinambá. A piaçava surgiu como uma dessas árvores que representava tanto a natureza local como o manejo Tupinambá porque dela se retira uma das formas de obtenção de renda daquele Povo, bem como se faz

artesanato.

1.4. ESTÁGIOS E O RACISMO ESTRUTURAL

Voltando para o Curso de História da UESC. Em maio de 2016 chegou o tão sonhado semestre de estágios. Quero dizer: sonhado para os alunos que entendiam o curso como de formação de professores. Era um misto de alegria e desespero. Por um lado, alegria de ir para o contexto escolar. Ao mesmo tempo, desespero por achar que não estava preparada o suficiente para aquela lida de educadora.

Ir para os muros da escola foi com certeza um ato de resistência porque o curso de licenciatura em história da UESC não prepara o aluno para o espaço escolar. Fica a impressão que aquele curso é voltado para o bacharelado. Portanto, fui para a escola quase contando somente com a vivência que tive na comunidade Tupinambá.

Optei por fazer os estágios em quatro escolas distintas localizadas em Itabuna/BA. Vale destacar que na UESC são quatro disciplinas de Estágio Supervisionado: “Estágio Supervisionado I: Ensino Fundamental I; Estágio Supervisionado II: em espaços educacionais alternativos e institucionais de ensino; Estágio Supervisionado III: Ensino Fundamental II; e Estágio Supervisionado IV: Ensino Médio.

A primeira escola foi uma instituição particular de Ensino Fundamental I: Escola Cirandinha do Saber. A segunda instituição de ensino foi escolhida porque tinha Educação de Jovens e Adultos (EJA): foi em Educação de Jovens e Adultos (EJA): Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães. A terceira escola foi em Ensino Fundamental II num bairro periférico: Colégio Municipal Flávio Simões. A última escola para realizar o Estágio foi num colégio de Ensino Médio com técnico integrado: Colégio Cetep Litoral Sul II).

A minha intenção era conhecer o processo de ensino e aprendizagem das escolas. Entretanto, me interessava também observar o local que cada escola estava localizada. Todas as instituições de ensino onde realizei os estágios

estavam na área urbana de Itabuna/BA, possuindo suas particularidades em relação à estrutura física, social e econômica.

No dia 2 de maio de 2016 teve início a minha observação na Escola Cirandinha do Saber, Itabuna/BA. A escola era de pequeno porte, o espaço continha cinco salas, um pátio que era utilizado na hora do intervalo, celebrações, ensaios de peças, educação física (ballet e capoeira). Existia ainda uma creche onde ficavam diversos brinquedos.

A escola não era arborizada, não possuía sala multifuncional, biblioteca, sala de reunião, murais de informações e cantina. Com essa estrutura física a todo momento os professores estavam sempre nos mesmos espaços: num primeiro momento nas salas de aulas e no segundo momento no pátio. O corpo docente era composto por sete professoras e cada sala tinha em faixa vinte e cinco alunos com idade entre sete a nove anos. A sala que observei era composta por vinte e quatro alunos do 2º ano e os alunos eram colocados em fileiras. A sala era aparentemente pequena devido ao número de alunos com isso era quase inviável de transitar na mesma.

Na segunda semana a observação foi feita em relação ao trabalho da professora. As aulas eram expositivas com brincadeiras, trabalhos em grupos, uso do livro didático e do quadro e pincel. O livro didático utilizado foi da *Coleção: Eu gosto mais* de Célia Passo e Zé Neide Silva. Foi notório que em todas as aulas a professora tinha como fundamento somente o livro didático, ela fazia leitura dialogada e aplicava atividades em sala de aula.

A aula era iniciada com uma oração e uma música. Depois os alunos foram orientados a abrirem os livros enquanto a professora recolhia os que não seriam usados naquele momento. Um dos assuntos da aula foi Família no presente, passado e sua identidade. A professora iniciou a aula explicando o que era família, conceituando o termo e dando exemplos do cotidiano.

Logo após em uma pequena pausa não contive a curiosidade e perguntei se a professora falaria sobre a família homoafetiva, já que no livro estavam algumas figuras explicativas e comparativas da família: indígena; mononuclear; monoparental. A educadora informou que trataria de todas as famílias, inclusive da família homoafetiva. Mostrei um ar de satisfação visto que naquela classe tinha um aluno com uma família homoafetiva.

Então, voltei para observação da aula. Ao logo do conteúdo as crianças

perguntavam coisas do tipo: “moro com minha tia, ela é minha família?” “Meu pai mora em outra cidade, moro somente com minha mãe, meu pai não é minha família?” A professora de imediato respondia aos alunos que todos os presentes naquela classe tinham família, morando ou não com seus pais. Entretanto, em nenhum momento foi mencionado à família homopaterna/materna que estava presente no livro. Fiquei quieta sem questionar o posicionamento da educadora, pois meu estágio era somente de observação.

Do dia 21 de outubro de 2016 até 1 de dezembro de 2016 teve início a minha coparticipação no Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães que fica localizado na Avenida J.S Pinheiro S/N no Bairro Lomanto Junior – Ilhéus/BA. Procurei traçar o perfil do bairro descrevendo a sua paisagem física, o contexto social e econômica dos alunos. Observei a utilização do livro didático que por sinal foi a maior fonte de uso nas aulas ministradas. Observei ainda a estratégia de aulas: expositiva, expositiva dialogada, construtivista, entre outras. Visto que também foi de grande importância verificar as capacidades cognitivas dos alunos e se o professor contribuía para o amadurecimento das atitudes deles.

A turma era composta por alunos do EJA noturno. Realizei uma oficina que foi desenvolvida ao decorrer das aulas e que teve como objetivo geral trabalhar com noções da História: suas diferenças/semelhanças; noções de tempo assim como sua permanência e mudanças; e constituição dos sujeitos sociais. E como objetivos específicos foram propostos: a) Explorar as capacidades cognitivas dos alunos; b) capacidade de observar e identificar; c) levantar hipóteses; d) utilizar meio audiovisuais integrando os conteúdos programáticos, assim como usar seu senso crítico; e) levar curiosidades que contextualizassem os temas.

O estágio foi realizado na grande maioria do tempo em sala de aula. Confesso que minha ideia inicial era romper com essa questão, mas de acordo com vários fatores as aulas ocorreram na biblioteca, sala de aula e sala de multimeios. Na sala dos professores era feita a programação das aulas através de atividades, oficinas, horários e reservas de salas. A biblioteca era um espaço sem estrutura nenhuma. Naquele lugar existiam mesas e cadeiras gastas pelo uso/tempo, além de ser ambiente úmido e sem muita ventilação. Os livros que existiam eram didáticos guardados em armários para serem entregues a cada final de unidade. Quanto a sala de aula era tradicional: quadro branco,

pincel, uma mesa e cadeira disponível para o professor, cadeiras arrumadas em fileiras. Ao longo das aulas fui propondo organizações diferentes. Por fim a sala de multimeios era equipada por aparelho de som, equipamentos de multimídia, televisão, entre outros.

Na minha compreensão a professora utilizava uma linguagem adequada para se comunicar. Era uma fala de forma pouco formal e tinha boa relação com os alunos. Entretanto, mostrava em suas aulas certo comodismo porque não estimulava os alunos levantarem hipóteses e questionamentos em relação as lacunas existentes em determinados textos. O livro didático utilizado como base era: *Educação de Jovens e Adultos* de Grasielle Silva, Perla Frenda e Tatiana Cristina.

A professora alegava que alguns alunos trabalhavam pelo dia e que muitos estavam ali somente para terminar o ensino médio e outros por um sonho de entrar na Universidade. No entanto, dizia que não podia fazer muito pois a Educação de Jovens e Adultos é fundamentada assim: “você ler com a classe, dialoga, passa atividade e faz correção”. Por fim, completou dizendo que para aula não ficar monótona poderia ser feito um Grupo de Verbalização (GV) e outro Grupo de Observação (GO) ou “quem sabe exibir um filme”.

Do dia 25 de maio de 2017 até 19 de julho de 2017 iniciei o estágio supervisionado na Escola Municipal Flávio José Simões Costa que fica localizada na Rua Nova Nº 141 – Califórnia em Itabuna/BA. Ao iniciar o Estágio Supervisionado III observei duas aulas do professor regente que era graduado em história pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e pós-graduado em Educação Inclusiva, Novas Tecnologias e Estudos Étnicos Raciais.

Na minha primeira observação o professor chegou na sala de aula, sentou-se e falou com tom de voz alto: “páginas 45 e 46 do livro ... façam as atividades no caderno e fiquem em silêncio.” No primeiro momento, achei aquela situação estranha, mas me contive e continuei observando. Para ser sincera não havia muito a observar.

A segunda avaliação não foi diferente e novamente o Professor entrou, sentou e pediu que os discentes fizessem as atividades do livro. Continuei observando e com esperança que ele iria levantar e ministrar uma aula ou orientar os alunos, mas algum tempo depois ele me disse: “Aprenda! Estamos com a vida ganha, não se estresse com aluno, entre, faça seu trabalho e vá

embora”. Em seguida levantou-se da cadeira e saiu sem me dá espaço para uma resposta.

A sala que realizei a regência de aula era composta por 33 alunas/alunos do 9º ano. A idade variava entre 14, 15 e 16 anos. As/os alunas/alunos eram organizadas em fileiras. A sala era pequena e quando chovia todos tinham que sentar no lado direito da sala. O professor utilizava o livro didático *Nos Dias de Hoje* de Flavio de Campos, Regina Claro e Mirian Dolhnikoff.

Aquele educador só passava as atividades do livro e alegava que alguns alunos não estavam interessados em aprender. Ainda segundo o professor, as/os alunas/alunos estavam ali somente para concluir a série atual e que por esse motivo não podia fazer muito até porque o ensino fundamental na Escola Flávio Simões era fundamentado assim: “Você fala sobre o assunto, passa atividade e faz correção”. Completou dizendo que: “não adianta passar seminário, leitura ou algo didático ... pois eles não fazem”.

Na primeira semana de estágio comecei a aula as 08h10min da manhã e a sala já estava lotada. As/os alunas/alunos andavam pela sala e faziam muito barulho. Assim que cheguei dei bom dia e solicitei que se sentassem. Antes de iniciar qualquer assunto me apresentei e abri um diálogo com a turma com a finalidade de conhecê-los e logo após iniciei a aula.

Falei sobre o período entreguerras através de uma aula expositiva dialogada. No começo tive algumas dificuldades em decorrência da dispersão dos alunos. Foi a partir disso que mudei a metodologia até então sempre utilizada. Na aula seguinte os alunos se organizaram em grupos e cada um recebeu uma imagem para realizar comentários. Outras atividades foram: os grupos realizarem linhas do tempo; grupos divididos apoiando e defendendo determinados assuntos; os alunos escreverem livremente sobre vários assuntos através poemas, músicas e desenhos; etc.

O último estágio foi realizado no colégio Cetep Litoral Sul II em Itabuna/BA. Aquela escola era conhecida pela população como antigo nome de Maria de Lourdes, localizado na Avenida Manoel Chaves no Bairro São Caetano. Ainda na primeira semana de observação parti então para o interior da escola. Aquela escola era de grande porte possuindo um prédio que continha 21 salas de aula, cerca de 40 professores, 16 funcionários, 1000 alunos que estudavam na Educação para Jovens e Adultos (EJA) e ensino médio integrado. O colégio

era muito arborizado e com boa estrutura. Possuía área aberta logo após a entrada do colégio, uma quadra de esportes descoberta, sala de diretoria, secretária, sala de professores, laboratório de informática, biblioteca, cozinha, auditório e escadas em todo espaço escolar.

A sala que observei era composta por 34 alunos da turma de administração do 1º ano com diferentes idades. As/os alunas/alunos eram organizadas em fileiras e a sala era grande. No entanto, as salas estavam sempre lotadas porque as/os alunas/alunos não costumavam faltar. Uma das razões era que estudavam em tempo integral das 07horas às 15horas30min. O café da manhã e almoço era disponibilizado pelo colégio, assim os alunos não precisavam sair do espaço escolar.

Iniciei a primeira aula com o conteúdo: os Povos Indígenas no Brasil. No primeiro momento passei um apontamento para os alunos, alguns slides com fotos, frases em exposição e uma exposição de artesanatos dos indígenas Tupinambá de Olivença. Logo depois da exposição do conteúdo, expliquei cada item que tinha levado: Maracá; Tinta de Jenipapo; Jenipapo Verde; Semente da Árvore Pau-brasil, Semente de Açaí, Colar/Pulseiras com sementes, Mapas e Músicas.

Logo após a exposição ocorreu uma longa discussão entre os alunos. Coloquei na parede algumas frases preconceituosas sobre os Povos Indígenas e solicitei uma elaboração de um comentário sintético sobre as frases. O mais importante foi à discordância que ocorreu entre os componentes do mesmo grupo.

Acredito que a visão que obtive nos colégios onde realizei os estágios influenciou bastante a minha formação. Muitas vezes o que presenciei nos estágios se contrapunha ao que aprendi em quatro anos de formação na universidade. Porém, o aprendizado com os estágios ofereceu bagagem para lecionar no Colégio Presidente Médici através do Programa Partiu Estágio.

No Colégio Medici foi o lugar onde senti que era professora. Quando cheguei naquele espaço reencontrei meus alunos que estudavam no Colégio Flávio Simões e agora estavam no ensino médio. Lá conheci docentes, diretoria e coordenação que olhavam o corpo discente de forma humanizada. Isto é, entendiam que cada aluno possuía um perfil, história de vida e que não deveriam ser tratados de forma homogênea. No Colégio Presidente Medici

coordenei o Projeto Festival de Música, Dança e Poesia. Ministrei aulas, aprendi a fazer mandalas, acompanhei alunos da educação inclusiva etc.

Esta experiência somada aos estágios apontou caminhos que desejava seguir como educadora. Já com os estágios uma coisa ficou claro: o profundo desconhecimentos ou falta de interesse da coordenação pedagógica, professoras/professores sobre determinados temas. Temas como família homoafetiva, racismo, a presença indígena na história, formação sociocultural e territorial de nossa região.

Em se tratando especificamente da presença indígena a sensação que fiquei foi: para muitos não existem Povos Originários no Sul da Bahia. Ou seja, os Povos Indígenas não possuíam nenhuma relevância para o passado e presente desta região. Nenhum dos materiais didáticos tratava desta presença. Mesmo existindo a Lei 11.645/2008 que estabeleceu:

[...] as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Fonte: BRASÍLIA, 21/02/2020).⁵

Considero essa situação de descaso com a presença indígena na região como uma das expressões do racismo estrutural. Assinalo isto porque negar ou ignorar a identidade indígena dessa região e de muitas pessoas, incluindo alunas/alunos, conduz a ideia de que não existem índios. Portanto, nega-se o direito originário à Terra:

Uma das alegações dos contrários a demarcação do Território Indígena de Olivença (alguns dos proprietários rurais locais, membros do poder político regional e os autores do Relatório da CPI FUNAI/INCRA) é afirmar a “não existência de índios na região”. Para os discordantes da demarcação, “os Tupinambá foram extintos no século XVI” [...]. Alegam ter ocorrido “descaracterização étnica e genética” dos que se dizem Tupinambá. Chamam os moradores de Olivença de “caboclos”, “falsos índios”, “sem direito à terra”, denominado as ações de “Retomada do Território” como feitas por “bandidos e grupos

⁵ Quando se trata de leis ou documentos separei na parte final do trabalho para melhor visualização como **Fontes**. Assim, todas as vezes que citar documentos relativos às Fontes colocarei antes essa palavra (Fonte) para diferenciar da Bibliografia e para melhor localização na parte final da dissertação.

armados”. Os autores destas falas requerem às autoridades “a nulidade do relatório de demarcação” enunciado pela FUNAI. Os contrários a demarcação argumentam que “não existe literatura indicando a presença dos Tupinambá na região” (AYRA TUPINAMBÁ, 2021. p. 26 e 27).

Apesar da Lei 11.645/2008 nas escolas onde fiz os estágios a educação para as relações étnico-raciais é trabalhada apenas nas comemorações do Dia da Consciência Negra ou no Dia do Índio. Mesmo assim consagrando a figura dos indígenas dos séculos XVI ou que vivem na região amazônica.

Retrospectivamente pensando essa situação somada à participação junto ao *Projeto de Ensino - Meio Ambiente, Saberes Tradicionais e Educação Escolar Indígena*, descrito anteriormente e quando tomei contato com as crianças indígenas, conduziram-me para o estudo da presença dos Povos Originários na região. O manejo Tupinambá me pareceu como uma porta de entrada para isto tal sua importância atual e passada para população Tupinambá.

Ainda na Universidade Estadual de Santa Cruz iniciei a pesquisa com a piaçava e sua relação com o Povo Tupinambá. Vale lembrar que como parte para obtenção do diploma de graduação precisava desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O tema que latejava era a presença da piaçava entre os Tupinambá.

Naquele momento procurei realizar um estudo bibliográfico sobre o tema. Usei como base principal os livros: *Piaçava da Bahia (Attalea Funifera Martius): do extrativismo à cultura agrícola* escrito por Carlos Alex Lima Guimarães e Luiz Alberto Mattos Silva (2012); e o livro *Terra Calada – Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia* de Susana Viegas (2007).

Existem poucos escritos sobre a Piaçava. O que encontrei ao longo das pesquisas foram alguns vídeos sobre o manejo e o artesanato. Além dos livros, utilizei também algumas das falas dos Tupinambá de Olivença. Realizei uma entrevista com duas discentes da Oka Katuana Gilmara Oliveira de Almeida e Maria Cristiane dos Santos e uma Anciã.

Mas, ao finalizar meu TCC e concluir a graduação, percebi que existia um atravessamento da colonialidade no plantio e no manejo da piaçava, e que eu não havia tratado dessa questão na minha escrita. Percebi também que utilizei como fonte um livro (*Piaçava da Bahia*) inspirado na forma como os fazendeiros baianos procuravam substituir o extrativismo da piaçava nativa (indígena) por

fazendas de piaçavas.

Existia tanto atravessamento colonial e, ao mesmo tempo, o desejo de apresentar um olhar decolonial. Foi então que cheguei ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia. Meu contato com as pessoas docentes e discentes daquele programa gerou o Projeto de Intervenção que apresentarei no próximo capítulo.

As fotos que seguem foram tiradas quando da minha colação de grau no curso de história da UESC no dia 28 de agosto de 2018. Na primeira imagem abaixo mostra o meu longo caminhar até o diploma. Foram quatro anos de muita resistência, descoberta, exaustão e aprendizado. Quando olho a segunda imagem lembro do que o Professor Elias me disse naquele momento: “tão bom te ver aqui, Liliane”.



Fotografia 03: Caminhar até o Diploma - Colação de Grau em Licenciatura História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC (Ilhéus/BA)). Data: 28 de agosto de 2018. Acervo/Fonte: Acervo particular de Liliane Figueiredo Viana.

Fotografia 04: “Tão bom te vê aqui” - Colação de Grau em Licenciatura História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC (Ilhéus/BA)). Data: 28 de agosto de 2018. Acervo/Fonte: Acervo particular de Liliane Figueiredo Viana.





**II – PROJETO DE INTERVENÇÃO COMO FRUTO
(PRODUTO) EDUCACIONAL: EM TEMPOS DE PANDEMIA
CONTRIBUIÇÃO PARA APLICAÇÃO DA LEI 11.645/2008**



*Podemos até fazer arte, ciência,
produzirmos conhecimentos
e culturas vestidos, em
espaços acadêmicos e outras
espacialidades fora de
nossas aldeias. Porém, para
alcançarmos certos saberes,
os saberes ancestrais e das
encantadas/encantados que
moram na natureza e habitam
a essência de nossos corpos,
ao menos para chegarmos
perto deles,
precisamos ter a
anga moronguetá (alma com
sentimentos instintivos)
(ANGATU,2019)*

2.1. O PROJETO E O PPGER/UFSB: RESSIGNIFICAÇÕES NO TEMPO QUE “ÉRAMOS PRESENCIAIS”

Fiz minha inscrição para concorrer à uma das vagas como discente no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB) em 2019. Lembro do dia da entrevista quando cheguei na UFSB: entrei naquele espaço em busca de uma aprovação, pois era o grande dia de defender o meu projeto. Meditei antes de entrar na sala de entrevista da banca de seleção, levantei e observei meu corpo em movimento. Naquele momento a minha intenção era buscar uma conexão interior antes da apresentar meu projeto.

Após a minha fala, uma professora da banca perguntou de forma conclusiva: “você vai escrever sobre o manejo da piaçava? Sua pesquisa tem então um direcionamento para um mestrado ambiental.” Em seguida respondi que não renunciaria à piaçava, porém, ao pesquisar o manejo daquela palmeira

estaria tratando da memória e identidade de um povo, do pertencimento que a comunidade Tupinambá tem com a terra. Além disso, tratava-se de perceber os modos de viver e enxergar a piaçava nativa e não a piaçava plantada.

Disse ainda que falar da piaçava não é falar somente de uma planta, mas também trazer discussões acerca do atravessamento colonial no manejo e plantio dessa palmeira e construir produtos educacionais para as escolas da comunidade Tupinambá de Olivença. Até porque a escola indígena torna-se, em meio a todo esse contexto, um dos principais condutores de comunicação entre a população indígena e não indígena.

Em Setembro daquele mesmo ano, após aprovada no processo seletivo, iniciei os estudos no mestrado. Deste modo, ao chegar no PPGER a minha proposta de pesquisa possuía como princípio um estudo de caráter interdisciplinar, procurando pensar os processos do manejo ambiental Tupinambá da piaçava, refletindo como um elemento da formação de identidade e memória daquele Povo Originário.

A ideia era relacionar o manejo da piaçava com a educação escolar indígena, particularmente junto ao Núcleo Creche Katuana por já ter contato com as educadoras daquele espaço através do *Projeto de Ensino - Meio Ambiente, Saberes Tradicionais e Educação Escolar Indígena* que ocorreu entre agosto de 2015 - março de 2016, conforme assinalei no capítulo anterior. Para isto objetivava: continuar a análise já iniciada da bibliografia envolvendo a temática e iniciada quando do TCC; e buscar estudos sobre a história da piaçava e do próprio Povo Tupinambá.

Procurava discutir o uso e extração da piaçava no contexto histórico e em relação à população indígena do Sul da Bahia. Buscava uma análise do Território Tupinambá e suas vivências a partir das lutas desde à procura de um etnônimo e a relação de alteridade em relação à forma, por vezes, pejorativa de como é utilizado o termo “caboclo”.

Porém, ao realizar o Curso no PPGER/UFSB o projeto inicial (*Projeto de Intervenção*) e seus possíveis frutos (*Produtos Educacionais*) foram alterados e aprofundados em alguns aspectos. Novas perspectivas conceituais, temáticas, abordagens, maneiras de olhar e sentir foram construídas. Entre elas a perspectiva de um olhar decolonial sobre os atravessamentos coloniais na maneira como era apresentado o manejo da piaçava entre os Tupinambá de

Olivença. Da mesma maneira, apresentar como as pessoas indígenas manuseiam a piaçava enfrentando as imposições dos que desejam somente o lucro explorando o trabalho originário.

Por isto acredito importante dissertar mesmo que brevemente sobre algumas das atividades que realizei junto ao PPGER/UFSB que constituíram essa dissertação.

Quando realizei o Componente Curricular Optativo *Tópicos Especiais: Decolonialidade Estética e Subjetividade Diaspórica* com o Prof. Dr. Cleber Braga tive a oportunidade de ler e conhecer autoras/autores que não tive contato na graduação ou durante o levantamento bibliográfico do TCC. Através dessas leituras iniciou minha paixão pela escritora Gloria Anzaldúa aqui já citada. Fui apresentada a termos como: polaridade; cultura milenar; sistema mundo ou **c**istema mundo. Os encontros eram regados de discussões acerca da colonização e decolonialidade. Como já escrevi anteriormente lembro-me que o professor Cleber dizia que “a colonialidade nos atravessa constantemente, pois não se apresenta de forma isolada”. Conheci autores como: Avtar Brah, Zulma Palermo, Walter D. Mignolo, Sueli Rolnik, Silvano Santiago e Diana Torres.

Quanto ao Componente Curricular *Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnicas Raciais*, administrado pelo Prof. Dr. Rafael Siqueira Guimarães, os encontros iniciaram com a discussão de Gayatri Chakravorty Spivak. Ao longo da obra Spivak busca aproximar-se dos sentidos atribuídos às palavras nos contextos político, econômico e social. Sentidos tanto para quem representa, como para os que são representados e realiza reflexões acerca da conscientização da resistência da subalternidade. Em síntese a autora questiona a todo momento se é possível os “subalternos falarem”. Conheci ainda as escritas de: Luciana Ballestín, Joan Scott, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Jota Mombaça, Silvia Rivera, Vera Candau, Frantz Fanon, Albert Memmi, Sueli Carneiro, Lélia González, Viviane Vergueiro etc.

As Profas. Dras. Ana Cristina Santos Peixoto e Cynthia de Cassia Santos Barra nos ofereceram o Componente Curricular: *Estágio/Residência*. As docentes solicitaram uma apresentação dos projetos de pesquisa de cada discente que formava a turma. Ao fazerem isto percebi a quantidade, variedade e afinidades dos temas trabalhados em uma única sala de aula do

PPGER/UFSB. Do mesmo modo, permitiu-me uma reflexão sobre os caminhos e possibilidade na minha vivência como pesquisadora.

O quadrimestre foi encerrado com uma Aula Magna do ingresso da terceira turma no Programa de Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), intitulado *I Jornada Aquilombar-* se com a presença do Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP/UFRB) que falou sobre o surgimento do quilombo. Além da palestra do professor Munanga o evento contou com a participação das turmas anteriores e exibição do filme *Ôri*.

Assim, permaneci na Universidade cursando os demais componentes e seguindo com a minha pesquisa que tomou caminhos de mudanças a partir das leituras feitas durante o mestrado. Passei a encarar o manuseio da piaçava como pertencimento indígena e não somente como produção de uma mercadoria. Entendi que a minha escrita precisava partir primeiro dos saberes, memórias, oralidades, do sentir e das maneiras de ver a piaçava no território Tupinambá de Olivença.

Foi importante também nesse caminho compreender as vivências e o constante processo de ressignificações. Ou seja, o manejo da piaçava como também parte da resistência e (re)existência Tupinambá no longo processo de fortalecimento identitário/étnico, retomada do Território e na Luta pela Demarcação da Terra Indígena de Olivença.

Outra mudança era reconsiderar que o manejo da piaçava Tupinambá não era (nem é) realizado apenas por homens. Pensar esse manuseio como uma atividade masculina é excluir a participação das mulheres neste manuseio. Por esse motivo o projeto ampliou seu âmbito em relação ao gênero. Então, pensei na necessidade de também falar sobre as mulheres Tupinambá tiradoras da piaçava.

Por fim, ampliei o espaço educacional a que se destinava a pesquisa. Ao invés de objetivar somente o Núcleo Creche Katuana procuraria incluir todas as quatro Escolas Indígenas de Olivença. Assim, os resultados desta pesquisa presentes nos *Capítulo III e IV - Produtos (Frutos) Educacionais*, bem como esta dissertação como um todo, serão oferecidos como contribuições para as quatro Escolas Indígenas de Olivença.

2.2. A PANDEMIA

No entanto, a pandemia de covid-19 chegou no Brasil e para evitá-la, entre as recomendações: distanciamento social. No caso dos Povos Indígenas além da pandemia, recrudesceram os ataques do governo bolsonaristas (fascista/genocida) à própria vida e aos direitos originários. Aliás, como veremos adiante a própria pandemia foi utilizada como uma forma de ataque a vida indígena.

Foi imprescindível repensar o modo de realizar o que se pensava no Projeto de Pesquisa (*Projeto de Intervenção*). Como escrevi na apresentação: aquilo que seria “corpo a corpo”, não seria mais possível.

Estas linhas são resultantes de encontros/reencontros/desencontros, de mudanças e de incertezas que a pandemia causou. As mudanças ocorreram inicialmente no contato com a comunidade Tupinambá, uma vez que:

Até o início de maio [2020] a SESAI e FUNAI quase não atuaram. Vale ressaltar que muitos funcionários destes dois órgãos, mesmo enfrentando dificuldades estruturais, continuam atuando apesar do sucateamento promovido pelo governo Temer e radicalizado na atual gestão Bolsonaro que inclusive acabou com o “Programa mais Médico” – importante para saúde indígena e das parcelas mais carentes da população. [...] Na nossa Aldeia não recebemos informativos, máscaras e nem álcool gel. A saída foi solicitar apoio aos aliados e entidades apoiadoras dos povos indígenas. Da mesma forma, as Aldeias colocaram por autodeterminação barreiras em suas entradas para evitar a pandemia. Pelas informações que nos chegam advindas das entidades nacionais do movimento indígena estas são práticas de diferentes Povos. Ou seja, os Povos Originários mais uma vez são autônomos e protagonistas no enfrentamento de uma epidemia/pandemia como é o coronavírus, sem contar com o apoio dos diferentes níveis de governo. [...] Aliás, a pandemia ocorre num contexto onde o atual governo federal, além de dificultar a luta contra o Covid-19, retira direitos dos Povos Originários, contesta a demarcação das terras indígenas, sucateia a FUNAI e a SESAI. Além disso, ataca a Natureza e aqueles indígenas que resistem na luta por direitos (ANGATU, 2022).

Diante deste contexto não tinha como realizar de forma presencial na Comunidade Tupinambá qualquer tipo de recolhimento de memórias através das

oralidades. Não seria possível sentir e vivenciar presencialmente a lida com piaçava no Território de Olivença.

Como muitos entrei em compasso de aguardar com esperança a vacina para que a pandemia “acabasse”. O ano de 2020 e grande parte de 2021 foi assim neste ritmo de esperança na ciência e fé nas energias da natureza. Sentimentos somado à uma imensa indignação em relação ao governo federal negacionista, genocida e fascista.

Claro que esses sentimentos não eram só por causa da minha pesquisa, mas acima de tudo em relação à proteção da vida coletiva, saúde e enfrentamento ao sofrimento que doença causava/causa. Enquanto esperava dediquei-me então as leituras e releituras a partir dos conceitos e formas de pensar/sentir constituídas a partir da formação que tive junto ao PPGER/UFSB.

Volto a realçar que a ideia é disponibilizar essa dissertação em sua totalidade como material de apoio pedagógico junto às Escolas Indígenas de Olivença como também para Escolas não indígenas. Assim, compreendo que relatar algumas dessas ponderações neste momento além de demonstrar o ritmo que o *Projeto de Intervenção* (Pesquisa ou Manejo) adquiriu em decorrência da pandemia é também modestamente uma forma de contribuir com possibilidades que se desejam decoloniais acerca do manejo da piaçava entre os Tupinambá de Olivença.

As ponderações que seguem e as até aqui realizadas estão presentes o tempo todo nesta dissertação desde a sua capa, formato, organização, apresentação, memorial e nos produtos educacionais dos próximos capítulos. Desta maneira, não separei formas pensar/sentir da pesquisa até porque o diálogo entre o conhecimento e os saberes originários foi constante e as vezes conflitante.

2.3. PEQUENA CONTRIBUIÇÃO PARA APLICAÇÃO DA LEI 11.645/2008

Penso que quando tratamos de história e cultura indígena é fundamental ponderarmos as relações entres os Povos Originários com a terra entendida

como natureza e não uma unidade produtiva. Isto é, em se tratando dos Povos Indígenas sinto que é fundamental pensar suas relações de envolvimento com a terra para além da ideia de mercadoria ou propriedade (privada ou coletiva).

A terra é sentida como pertencimento, assim como a natureza em sua plenitude composta por seres humanos, não humanos e encantadas/encantados. Isto se percebe nos movimentos do corpo, estética, memória e no silêncio:

Não queremos a terra como propriedade e mercadoria para ser explorada, mas para nos relacionarmos e vivermos. Nela estão nossos Ancestrais e as/os Encantadas/Encantados. Em nosso ser natural não temos o princípio de acumulação e exploração do trabalho ou da natureza. Quando nos perguntam: para que índio quer terra se não produz? – respondemos que nossa forma de ser e nos relacionarmos com a natureza é cheia de encantamentos e de profundo respeito. Assim, a terra se torna Território. Queremos a terra porque somos ela própria: eis aqui parte do que alguns chamam de cosmologia (ou universo epistêmico) indígena (ANGATU, 2019).

Assim também é em relação ao manejo da piaçava. Uma conexão de respeito, admiração e envolvimento. Uma das canções Tupinambá faz essa junção entre a terra (natureza como um todo) e nação Tupinambá:

Olivença xemba opaba
Tupinambá xemba anamã
i-maraca iru-monbi
e-mbaé apoanã
(Canção Ritual Tupinambá me Tupy)

Olivença é minha terra
Tupinambá é minha nação
maracá é instrumento
de luta e devoção
(Canção Ritual Tupinambá em português)

Desta maneira, acredito que os saberes tradicionais originários em sua relação com a terra devem ser as bases para os componentes curriculares no ensino da história e cultura indígena nas escolas não indígenas como propõem a Lei 11.645/2008:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Existe vários caminhos para escola e aplicação de leis como a 11.645/2008. Neste caso específico acredito que o caminho passe por oferecer protagonismo aos Povos Originários apresentar suas narrativas, como bem escreve a educadora Roberta Villa:

A homologação da lei 11.645, em 10 de março de 2008, fruto de uma revisão da Lei de Diretrizes de Bases da Educação, que teve seu primeiro marco com a publicação da lei 10.639, em 2003, faz parte de um movimento em prol da legitimação institucional e jurídica acerca da composição multiétnica de nossa sociedade. Se em 2003, a lei 10.639 garantiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares”, em 2003, a este mesmo texto legal foram acrescentadas a História e a Cultura Indígena. De fato, a temática indígena já era abordada nas escolas antes da homologação da lei 11.645, contudo, o reconhecimento legislativo trouxe uma nova nuance às práticas escolares, conferindo-lhe uma visibilidade crítica. Ao se repensar o currículo escolar, na verdade, o que se espera desta lei não é apenas reconsiderar o lugar destinado ao índio na escola, mas sim repensar o lugar do “índio” em nossa sociedade; haja vista que muito do imaginário social a respeito dos indígenas é resultado de nossa memória escolar, bem como muitos estereótipos presentes no imaginário social acerca das populações indígenas estão reproduzidos nos manuais escolares. Portanto, de modo latente, a lei 11.645 questiona: que índio é esse que nos ensinaram a reconhecer? (VILLA, 2020, p. 179).

Ou seja, esperava-se que a Lei 11.645/2008 estimulasse um “diálogo da escola com a história e cultura indígenas”, ultrapassando concepções coloniais sobre os Povos Originários e possibilitando a manifestação de “vozes antes silenciadas” (VILLA, 2020, p. 180). Mas como narrei em meu memorial não foi isto que pelo menos eu vivenciei quando cursei a disciplina de História Indígena na UESC e durante a realização de meus estágios juntos as unidades escolares.

Penso que a aplicação de leis como a 11.645/2008 é dificultada se não ocorrer a decolonização da forma como ocorre a formação dos professores em curso de licenciaturas como o que realizei, bem como nas práticas cotidianas das escolas. Ou seja, depende dos compromissos de enfrentar as

desigualdades, injustiças e apoiar a luta por direitos como a demarcação das terras indígenas:

No caso específico da aplicação da Lei 11.645/2008, na nossa compreensão, é imperativo enfrentar os descompassos entre ensino, produção do conhecimento e saberes/vivências indígenas. Ao enfrentarmos este desafio é necessário refletir acerca dos compromissos socioculturais daqueles envolvidos no processo educacional e na produção do conhecimento. Compromissos advindos da necessidade de um diálogo decolonial entre o ensino das Histórias e Culturas dos Povos Originários, a produção dos conhecimentos acadêmicos e os saberes/vivências indígenas. [...] Como analisa Marco Silva e Selva Guimarães Fonseca (2007, p. 44): “assim como a história, o currículo não é um mero conjunto neutro de conhecimentos escolares a serem ensinados, apreendidos e avaliados” (ANGATU, 2020, p. 62-63).

Por isto acredito que esta minha dissertação é uma forma de contribuição também para os que desejam aplicar a Lei 11.645/2008 sem partir das consagradas visões impositivas sobre os Tupinambás de Olivença que as vezes nem são considerados como indígenas. Sem a percepção da importância relativa a relação de pertencimento à natureza dos Povos Originários, a necessidade de ouvir/ver suas linguagens acredito que o ensino da história e cultura indígena ocorre de forma incompleta.

Digo isto até porque os saberes advindos desse pertencimento à terra é uma das principais bases das próprias escolas indígenas como bem nos explicam em suas dissertações as pessoas educadoras indígenas que já cursaram este mesmo PPPGER/UFSB – Campus de Itabuna.

Segue abaixo esses trabalhos até como sugestão de leitura:

- KATU TUPINAMBÁ, Admilson Silva Amaral. *Mbo'esaba Karaiba E'yma Ægwã - Lutando por uma Educação Escolar Indígena Decolonial: Construção da Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté (Olivença – Ilhéus/BA)*. Terra Indígena Tupinambá de Olivença: PPGER/UFSB – Orientação de Casé Angatu, Setembro/2019.
- AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues dos Santos. *Aupaba Anamã Jycayba: Mbaecuaba-Eté Mboessaba Tupinambá Amotara – Taba Itapuã -*

Território e (Re)Existência na Educação Escolar Indígena Tupinambá Decolonial: Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã – Olivença – Ilhéus/BA). Terra Indígena Tupinambá de Olivença: PPGER/UFSB – Orientação de Casé Angatu. Outubro/2020.

- DEHEVEHE SAPUYÁ, Wendeuslelei Alves de Souza. *Autoconstrução da Educação Escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua Forma de Ensinar: Território, Indianidade, Etno-Matemática e (Re)Existência.* Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu: PPGER/UFSB – Orientação de Casé Angatu. Outubro/2021.

Quando participava do *Projeto de Ensino - Meio Ambiente, Saberes Tradicionais e Educação Escolar Indígena* (agosto de 2015 - março de 2016) certa vez conversando com a educadora Cristiane dos Santos da Creche Oka Katuana de Olivença perguntei se na formação dos alunos do ensino fundamental estava inclusa: a relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu Povo Tupinambá.

Recordo-me que a docente explicou que na escola havia a disciplina de identidade cultural e que as aulas ocorriam também “fora dos muros”. Isto é levavam os alunos indígenas e não indígenas (nesse momento a docente falou que a educação era para todos, portanto, a escola era aberta para crianças não indígenas) para visitar a comunidade, conversavam com as/os anciãs/anciões em busca de um diálogo de memórias. Além disso, ocorria o contato com a casa de farinha pois a alimentação tradicional também era presente nas aulas.

Lendo os trabalhos dos indígenas que já tinham cursado o PPGER/UFSB percebe-se que na quase totalidades das escolas indígenas não existem muros. Em alguns casos os próprios alunos protagonizam a construção da própria escola como ocorreu na edificação através de mutirão originário na taipa do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã – Olivença – Ilhéus/BA) (AYRA TUPINAMBÀ, Outubro/2020).

Vale destacar que na Bahia existe concurso para professoras/professores indígenas. Nas quatro Escolas Indígenas de Olivença todas as pessoas educadoras (professoras, coordenação, direção, funcionárias, merendeiras, motoristas) são indígenas. Existe mesmo uma legislação específica na Bahia e

no Brasil tratando da educação escolar indígena. Parte desta legislação encontra-se no final desta dissertação do típico dedicado às *Fontes*.

Assim, nas escolas indígenas os conteúdos, didáticas, metodologias e sentidos são orientados pelo *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* — RCNEI (BRASIL, 1998). Em outras palavras, a Educação Escolar Indígena Tupinambá é feita por pessoas educadoras originárias, tendo como base a Educação Indígena que advém dos saberes ancestrais.

A própria legislação sobre Educação Escolar Indígena, fruto das lutas dos Povos Originários, oferece garantias para um processo educacional baseado na ancestralidade. Como bem já assinalava em 1998 o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), as Escolas Indígenas tem como parâmetros:

1. Multietnicidade, pluralidade e diversidade;
2. Educação [relacionada aos] conhecimentos indígenas;
3. Autodeterminação;
4. Comunidade educativa indígena;
5. Educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada (Bilíngue/multilíngue) (Fonte: BRASIL, 1998, p. 20-23).

Por sua vez o Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009 que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e sua organização salienta:

Art. 1º A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades (Fonte: BRASIL, 27 de maio de 2009. In: AYRA TUPINAMBÁ, 2020, p. 99).

Percebe-se que a escola indígena não diminui outras formas de conhecimento e por isto é intercultural. Assim, os conhecimentos ditos como formais são colocados em diálogo com o movimentar do aluno, os cantos, silêncios, modos de falar, sonhar, contato com a terra, com o alimento, com a água, pinturas no corpo, no chão, na parede, artesanatos, artes, memórias que reside no corpo, falas transmitidas de pai para filho.

Penso mesmo que esta forma de educar poderia inspirar as escolas não indígenas, pelo menos quando tratassem da temática indígena. Pois,

[...] acreditamos na necessidade do diálogo decolonial entre o ensino das Histórias e Culturas Indígenas, bem como a produção dos conhecimentos acadêmicos, e os saberes

originários ancestrais presentes nas linguagens indígenas atuais. Diálogo esse capaz de enfrentar o descompasso entre as histórias escritas e lecionadas e as linguagens indígenas portadoras de memórias que consideramos fundamentais para aplicação da Lei 11.645/2008 (ANGATU, 2020, p. 43).

Na experiência que tive junto à Creche Oka Katuana sentia que quando os kurumins e kunhatãs entravam na sala de aula fazem pela porta da cultura indígena. Não existe separação entre ser aluno por um lado e suas formas de viver de outro.

Por isso, as pessoas docentes criam suas pedagogias não escolarizando os modos de viver indígena e a transmissão das memórias ancestrais. Assim, a cultura indígena se mantém quando um aluno entra na sala de aula. O artesanato é reconhecido como arte. O indígena ao tecer um pente de piaçava está produzindo arte.

2.4. FRUTOS EDUCACIONAIS: MATERIAL DE APOIO, HQ E ORALIDADES

O ano de 2020 acabou e iniciamos 2021 como sendo o ano mais letal da pandemia de covid-19. A boa notícia foi que depois das várias tentativas feita pelo governo federal bolsonaristas (negacionista e genocida) de evitar a vacinação do povo brasileiro, a vacinação finalmente começou a ser realizada. Eu e meu orientador percebemos então que também em 2021 seria difícil realizar da forma como desejávamos (de modo frequente e mais próximo) o tão desejado diálogo presencial com as pessoas indígenas piaçaveiras em Olivença.

As energias voltaram-se então para a produção de produtos que tivessem o manejo Tupinambá da piaçava como eixo. Minha intenção sempre foi disponibilizar o material escrito nesta dissertação em formatos didáticos escolares através da forma física e virtual. Isto é, um material para ser utilizado nas escolas indígenas e não indígenas, contribuindo com a lei 11.645/2008. É intenção ainda, assim que seja sanitariamente seguro, apresentar nas comunidades que tenha tiradores de Piaçava.

Ao pensar nos formatos que seriam disponibilizados me questionei em qual local esse texto iria transitar e se o leitor iria compreender tal escrita. Pensei também que gostaria de alcançar as crianças do ensino fundamental e com isso foi decidido construir três *Frutos (Produtos) Educacionais*:

- a presente dissertação como material de apoio pedagógico e conceitual;
- uma História em Quadrinhos (HQ) contando um pouco da trajetória do manejo da piaçava Tupinambá, transformando assim o texto em desenhos;
- e narrativas de pessoas piaçaveiras Tupinambá através de seus oralidades transcritas e através de vídeos de domínio público

Enquanto os diálogos não eram possíveis me dediquei então à feitura do Material de Apoio Pedagógico/Conceitual presente neste II Capítulo (*Projeto de Intervenção como Fruto - Produto - Educacional: Em Tempos de Pandemia Contribuição para Aplicação da Lei 11.645/2008*) e no próximo III Capítulo (*Fruto – Produto - Educacional - Material de Apoio: Oralidades Indígenas Decolonizando o Olhar sobre Pia’sawa como Resistência e Re-Existência*), bem como a realização da História em Quadrinho que está no IV Capítulo (*Fruto – Produto - Educacional - HQ “Manejo Tupinambá da Piaçava como Pertencimento à Natureza”*) desta dissertação.

O V Capítulo (*Fruto – Produto - Educacional: Diálogos/Oralidades Piaçaveiras Tupinambá*) apresento as transcrições das oralidades indicando suas localizações em vídeos de domínio público. Aliás, como já assinali, *Oralidades Piaçaveiras Tupinambá* que só foram possíveis a partir do dia 30 maio de 2021

Volto a salientar que isto só foi possível porque o Povo Tupinambá em maio já havia tomado as duas doses da vacina contra a covid-19, a pandemia estava sobre controle nas aldeias e todas as precauções sanitárias foram tomadas. Uma demonstração de que na ocasião a pandemia estava de certa forma controlada (sempre guardando os devidos cuidados sanitários) é que, segundo os dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) da região, não havia mais contaminados de covid em Olivença. Uma outra demonstração

foi em Setembro de 2021 quando o Povo Tupinambá realizou um Seminário de forma presencial na comunidade e logo após a tradicional Caminhada Tupinambá em Memória ao Massacre do Rio Cururupe e Índio Caboclo Marcelino.

Mesmo assim, para evitar qualquer risco, os depoimentos foram colhidos pelo professor Casé Angatu como indígena e morador no território. Os roteiros dos diálogos realizados são de minha autoria e como disse o professor Casé “as entrevistas só ocorreram por causa da presente dissertação e por causa da plena concordância e desejo das pessoas que foram ouvidas”.

No entanto, as oralidades foram recolhidas quando o prazo para a entrega desta dissertação já quase se encontrava no final. Por esta razão não foi possível torná-las mais presentes ainda na redação final como desejava. Algo que com certeza faremos mais adiante com a continuidade deste estudo.



III – FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL: MATERIAL DE APOIO – ORALIDADE INDÍGENA DECOLONIZANDO O OLHAR SOBRE PIA'SAWA COMO RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA



3.1. EXTRATIVISMO NATIVO DA PINDOBA PÍ'A'SAWA COMO RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA

A pesquisa sobre a *Piaçava Attalea Funifera Martius*, como assinaei anteriormente, acontece desde a graduação quanto realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em agosto de 2018 com o tema: *Manejo Ambiental Tupinambá da Piaçava, Identidade e Educação Escolar Indígena: Núcleo Creche Katuana*. Como disse anteriormente o que motivou o tema foi a experiência que tive com as kunhatãs e kurumins Tupinambá do Núcleo Oka Katuana a partir da minha participação entre agosto de 2015 - março de 2016 no *Projeto de Ensino - Meio Ambiente, Saberes Tradicionais e Educação Escolar Indígena: o usufruto das árvores no processo de alfabetização*, mediado pela Dra. Professora Christiana Cabicieri Profice (UESC).

Da mesma forma, conforme já informei, inicialmente tomei como base dois livros escritos por não indígenas: *Piaçava da Bahia (Attalea Funifera Martius): do extrativismo à cultura agrícola* escrito por Carlos Alex Lima Guimarães e Luiz Alberto Mattos Silva (2012); e o livro *Terra Calada – Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*, autoria de Susana de Matos Viegas (2007).

Utilizei esses dois trabalhos porque no levantamento bibliográfico que realizei não encontrei outros livros, artigos, cadernos de pesquisa de campo e escritos sobre a piaçava aqui em Ilhéus no Sul da Bahia. Ao longo da pesquisa encontrei alguns vídeos, mas nenhum tratava do manejo da Comunidade Tupinambá de Olivença em relação a piaçava.

Na ocasião entrevistei as educadoras Gilmara Oliveira de Almeida e Maria Cristiane dos Santos da Oka Katuana e uma Anciã. Ao terminar o TCC fiquei com a sensação que existia um atravessamento de colonialidade na forma como o manejo da piaçava era descrito. Esta percepção era por ter utilizado como base um livro (*Piaçava da Bahia*) de pessoas que defendiam a produção da piaçava agrícola em fazenda como mais produtiva do que o extrativismo nativo da piaçava na mata.

Aqui vale excetuar o livro da antropóloga Susana de Matos Viegas intitulado: *Terra Calada – Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*

(2007). Faço esta ressalva porque esse estudo da antropóloga é resultante das pesquisas de campo que realizou para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como uma das responsáveis pelos *Relatórios de Reconhecimento Étnico* (2002) e *Demarcação Territorial* (2009) do Povo Tupinambá.⁶

Porém, o manejo indígena da piaçava não era o tema central do livro *Terra Calada* e sim parte da argumentação identitária para o reconhecimento étnico e demarcação territorial Tupinambá. Isto é, o único livro que encontrei tratando diretamente do manuseio da palmeira de piaçava no Sul da Bahia, incluindo Ilhéus (onde fica o Território Tupinambá), foi: *Piaçava da Bahia (Attalea Funifera Martius): do extrativismo à cultura agrícola*.

Assim, percebi que não havia tratado em meu TCC do atravessamento de colonialidade na forma como era descrito a manejo da piaçava porque utilizei como uma das fontes principais um estudo escrito por um fazendeiro da piaçava (Carlos Alex Lima Guimarães), apoiado por outro escritor e biólogo (Luiz Alberto Mattos Silva) que colaborava com aquele olhar. Pessoas que entendem a piaçava como uma mercadoria e seu manuseio como empreendimento lucrativo a partir do trabalho assalariado.

Piaçava da Bahia (o livro) defende assim a substituição do extrativismo da piaçava nativa na mata por fazendas de piaçavas que seriam mais produtivas e lucrativas. Vale destacar que o trabalho foi publicado pela EDITUS - Editora da Universidades Estadual de Santa Cruz (UESC).

Apesar do incomodo em relação a este olhar reconheço que quando escrevi meu TCC não tinha leitura em relação à um olhar decolonial, apesar de intuitivamente possuir essa postura. Como escrevi antes só fui apresentada a literatura decolonial quando cursei o PPPGER/UFSB. Assim, faltava na realização de meu Trabalho Final de Conclusão de Curso a argumentação conceitual decolonial, apesar do instintivo desconforto com o olhar colonial sobre a piaçava.

Ailton Krenak escreve que:

[...] nós costumamos debater a colonização numa perspectiva pós-colonial. A colonização é, é aqui e agora. Pensar que nós

⁶ Fontes: FUNAI, *Nota Técnica nº. 01/CGEP/02*, 13 de maio de 2002 / FUNAI, *Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença*, 20 de abril de 2009.

estamos discutindo as práticas coloniais como alguma coisa pretérita, que já foi e agora nós só estamos limpando, é uma brincadeira (KRENAK, 2020, p. 10 - 11).

Krenak que é uma referência do pensamento indígena decolonial completa:

A colonização, assim como dizia nosso querido mestre sobre o racismo, o Prof. Kabenguele Munaga: que o racismo se oculta na epiderme, está debaixo da pele aparente. A colonialidade se despista de uma maneira tão incrível que parece que ela já foi. Assim como o racismo, a reprodução da prática colonial do vírus colonialista é resistente e está presente em tudo, no nosso cotidiano, na sala de aula, em qualquer relação. (Ailton Krenak, 2020, p. 11).

Ao completar suas ponderações esse pensador indígena de forma inquietante diz o quanto a colonialidade se faz presente em nós mesmo sem por vezes percebemos sua presença:

A colonialidade está tão impregnada em nós quanto a poluição do ar; está impregnada desde o olhar que temos sobre o mundo, sobre a paisagem, a vida. A arquitetura das nossas cidades, a estética do mundo que nós compartilhamos é colonial e colonialista e ela reproduz, ela dá metástase. É uma ingenuidade achar que vamos abrir um fórum para discutir descolonização, - nós vamos estar imersos na prática colonial. (Ailton Krenak, 2020, p.11)

Insisto: esta crítica que estabeleço agora foram constituindo-se a partir das leituras como a de Ailton Krenak e realizadas durante minha formação no curso no PPGER/UFSB. Isto somou-se aos diálogos/leituras com as publicações do orientador desta dissertação e, especialmente, a partir dos diálogos com as oralidades das pessoas Tupinambá que eram piaçaveiras. Indígenas que por vezes são naturalmente/originariamente decoloniais e por isto uma das “razões” do histórico/estrutural racismo, etnocídio e genocídio dos Povos Originários (AYRA TUPINAMBÁ e ANGATU, 2019).

Compreender a piaçava a partir do manuseio originário indígena Tupinambá é assim decolonizar as práticas e discursos que apresentam essa palmeira e seus produtos como apenas mercadorias e seu manuseio como empreendimento baseado na exploração do trabalho. Trata-se de resistência no sentido de que o manejo através do extrativismo nativo não seja substituído por fazendas de piaçavas que podem até ameaçar o território.

Ao mesmo tempo, trata-se de (re)existência identitária de memórias e saberes ancestrais no convívio com a natureza que neste caso se manifesta no manuseio Tupinambá da *Pindoba Pîa'sawa*. Um manejo que está nas origens dos significados do nome dessa palmeira em tupy: (*pindoba*) palmeira (*pîa'sawa*) trançar e tecer redes, cestos, tecidos, teias, telas.

Na minha percepção, o olhar e linguagem colonial é incapaz de compreender as sensibilidades e pensamentos da cosmovisão dos Povos Originários em sua relação com a natureza. O espírito e prática colonial transforma tudo em mercadorias, algo que deve ser explorado, incluindo o trabalho humano, e entendido como propriedade.

Escrito pelo engenheiro agrônomo Carlos Alex Lima Guimarães e pelo biólogo e Luiz Alberto Mattos Silva, o livro *Piaçava da Bahia: do extrativismo à cultura agrícola* (2012) revela os “aspectos botânicos, históricos e econômicos da exploração” da *Piaçava Attalea Funifera Martius*. Não obstante, como já assinalei e conforme reportagem realizada pelo *Programa Globo Rural*, Carlos Alex Lima Guimarães possui “cerca de 400 mil pés de piaçava plantada” na Fazenda São Miguel, sendo “referência no município de Itacaré no cultivo agrícola da *Palmeira Attalea Funifera*” (GLOBO RURAL, 25 de novembro de 2018).

Em entrevista ao *Programa Globo Rural* e no livro, o autor Carlos Alex Lima Guimarães relata que realiza o plantio da palmeira com um “olhar agrônômico”, tendo a intenção de “melhorar e aumentar a produtividade” (GUIMARÃES, 2012, p. 6) da piaçava nativa para uma piaçava plantada em propriedade privada. Além disso, afirma que a palmeira plantada fornece mais piaçava que uma palmeira nativa.

Conforme a reportagem do Globo Rural, as pessoas piaçaveiras que trabalham na Fazenda São Miguel de plantio da piaçava tornam-se assalariadas. Ou seja, ocorre a privatização do plantio da piaçava e institui-se a exploração do trabalho assalariado na produção, alterando as formas originárias e autônomas da lida com aquela palmeira no meio da mata.

Por outro lado, na mesma reportagem quando se trata da lida com a piaçava nativa destaca-se mais os aspectos pitorescos. Vale destacar que em nenhum momento a matéria jornalística trata do manejo Tupinambá da piaçava

que é ignorado completamente, destacando as vantagens se tornar um piaçaveiro empregado na produção da Fazenda São Miguel.



Figura 03: Reportagem do Programa Globo Rural intitulada *Piaçava vira lavoura comercial no Sul da Bahia*. O destaque foi oferecido a produção agrícola da piaçava. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7186326/> . Acervo/Fonte: Globo Rural - Rede Globo. Data: 25 de novembro de 2018.

Porém, nas entrelinhas da mesma matéria é possível acompanhar a dificuldade do fazendeiro em encontrar “mão-de-obra” para trabalhar como piaçaveiro em “sua plantação”. Na minha leitura isto representa a resistência e (re)existência das formas originárias de manejar e conviver com a *Pindoba Pia’sawa* e a Natureza Encantada que não são compreendidas como propriedades ou mercadorias. Resistência e (re)existência em não se tornar “mão-de-obra” explorada num dos afazeres originários e tradicionais desta região do Sul da Bahia.

No prefácio do livro *Piaçava da Bahia* escrito pelo Eng. Agr. Harri Lorenzi afirma-se que o livro:

A larga experiência prática de cultivo desta espécie pelos seus autores na Região Sul da Bahia, cujos conhecimentos e tecnologias agora são passados para este livro, é uma garantia de sucesso para qualquer agricultor ou empresário agrícola interessado no seu cultivo e exploração (GUIMARÃES, 2012, p. 6).

O olhar decolonial aflora ao ler/ouvir as palavras dos que utilizam a piaçava como uma mercadoria produzida numa lavoura comercial, utilizando o manejo das pessoas piaçaveiras como “trabalho assalariado” a ser explorada. Logo em minha percepção aparece a contraposição naturalmente representada pelas linguagens e vivências indígenas na luta para resistir e (re)existir em seu território.

A forma respeitosa como os Tupinambá se movimentam e se relacionam com a natureza espontaneamente se contrapõem a compreensão da piaçava apenas como uma mercadoria produzida em fazendas que exploram “mão-de-obra” assalariada. Os cantos e os silêncios que transmitem memórias ancestrais dos Povos Originários aguçam a sensibilidade decolonial em contraponto aos que entendem a natureza e as pessoas como “coisas” a serem exploradas.

Contínuo utilizando o livro *Piaçava da Bahia (Attalea funifera Martius): do extrativismo à cultura agrícola*, bem como outras fontes e estudos marcados pela colonialidade. Porém, agora com a criticidade decolonial, servindo como fontes de informações e argumentações a serem lidas sempre decolonialmente a “contrapelo” (BENJAMIN, 1994).

Isto é, ciente que a “colonialidade nos atravessa” como lembra as palavras do Prof. Cleber Braga em seus encontros no PPGER/UFSB e/ou como Casé Angatu Xucuru Tupinambá diz:

Não estamos afirmando que as histórias indígenas devam utilizarsomente as narrativas indígenas. Da mesma forma, não afirmamos que as histórias dos Povos Originários deveriam ser escritas exclusivamente por índios. Até porque acreditamos que todas as fontes historiográficas, indígenas ou não, bem como o próprio texto historiográfico, produzidos por indígenas ou não, necessitam de leituras (escovadas) “a contrapelo”, como nos ensina Walter Benjamin (1994, p. 225) em uma de suas teses sobre o conceito de história (ANGATU, 2020, p. 41-42).

Com isso a utilização de livros escritos por não indígenas ou com posturas coloniais foi aqui colocada em diálogo com “îe enga awa ou nheega awa – “fala

de Índia/Índio” (AYRA TUPINAMBÁ e ANGATU, 2019, p. 232). Nesse caminhar o professor Casé Angatu recolheu os depoimentos que são apresentados (visto/ouvidos e lidos) neste capítulo e, especialmente, no *Capítulo V Fruto (Produto) Educacional: Oralidades Piaçaveiras Tupinambá*.

Como escrevi antes e volto a salientar: os diálogos com as pessoas piaçaveiras Tupinambá só foram possíveis nos dois últimos dias de maio de 2021, num momento de recuo da pandemia. Conversas devidamente autorizados e tomando-se todos os cuidados necessários. Entre esses cuidados destaco que os diálogos foram feitos pelo professor Casé Angatu com pessoas com as quais ele já conversa por ser morador do Território Tupinambá, utilizando os roteiros dos diálogos de minha autoria.

Os depoimentos foram colhidos junto algumas pessoas piaçaveiras da Aldeia Gwarĩni Atã e da Aldeia Tupã. Entretanto, ressalvo que as oralidades foram recolhidas muito próximas do prazo para a entrega desta dissertação. Assim, não foi possível torná-las mais presentes nesta redação final. Por exemplo, no caso do diálogo com Maria Tupinambá só foi possível no dia 23/12/2021. Desejo mais adiante com a continuidade deste estudo trabalhar bem mais essas oralidades.

3.2. ORIGENS INDÍGENAS DO MANEJO DA *PINDOBA PIA'SAWA*: MAIS UMA VEZ A SABEDORIA INDÍGENA ENSINANDO

A Palmeira *Attalea Funifera Martius* pertence “cientificamente” à família Arecaceae. Porém, usualmente é denominada como Palmeira de Piaçava, Piaçava e/ou Piaçaveira. Dessa *Pindoba* (Palmeira) nascem fibras, piaçavas, borras, palhas, coquilhos, frutos e sementes que são utilizadas ancestralmente pelos Povos Originários, especialmente no Sul da Bahia onde é expressiva a presença das piaçaveiras na Mata Atlântica local.⁷

⁷ A borra é a fibra mais densa da piaçava. Por ser quase totalmente impermeável é utilizada em coberturas das ocas e de cabanas na praia. Utilizava-se também a borra

Portanto, a Palmeira da Piaçava é um forte elemento identitário dos Povos Indígenas no Sul da Bahia, incluindo seu nome popular: palmeira (*pindoba*) de piaçava (*pĩa'sawa*). Esses dois vocábulos entre parêntese pertencem a língua tupy que era originariamente falada pelo Povo Tupinambá de Olivença.

Os estudos etimológicos dessa língua, tentando oferecer escrita às suas palavras de tradição oral, assinalam diferentes possibilidades de grafias. Em relação a palavra piaçava podemos encontrar versões como: *pĩa'sawa*, *pyá-açaba*, *pyassaba*.⁸

Por indicação do Professor Casé Angatu, entre as formas escritas a que mais se aproxima da oralidade tupy seria: *pĩa'sawa*.⁹ Assim, as vezes utilizo a forma costumeira dessa palavra na língua portuguesa: piaçava. Porém, escrevo também em tupy (*pĩa'sawa*) para lembrar o próprio sentido originário do vocábulo que significa: tecer, traçar, traçado, trançando, tecido, rede, cestos etc.

As mesmas observações acima valem para a palavra palmeira. A única diferença é que não encontrei tantas variantes em tupy para esse vocábulo a não ser: Pindoba. Por possuir muitas Pindobas o território que hoje chamamos de Brasil era originariamente chamado de Pindorama – Terras das Palmeiras. Talvez pela variedade de pindobas existente e por oferecerem tantos frutos e possibilidades de manuseios Pindorama era também ancestralmente: “sinônimo de ‘Terra sem males’ por possuir, além das Palmeiras, uma mata fértil, solo fecundo, águas em abundância, bichos de todos os tipos e repleta de seres não humanos encantadas/encantados” (ANGATU, 2021, p. 13).

As próprias narrativas históricas coloniais contraditoriamente reforçam que a piaçava antes mesmo das invasões europeias e estabelecimento do chamado “sistema colonial” já era utilizada pelas populações indígenas. Numa leitura decolonial a “contrapelo” dessas narrativas é possível perceber que os invasores (“colonizadores”) mais uma vez utilizaram da sabedoria indígena no

para fazer as tangas indígenas utilizadas nos rituais. Mas adiante apresento uma fotografia da borra.

⁸ Entre os trabalhos consultados sobre as palavras de origem tupi foram os seguintes: BARBOSA, 1951; FFLCH/USP, 05 de janeiro de 2020; NAVARRO, 2011 2013.

⁹ Casé Angatu explica que essa forma diferenciada de escrever certas palavras da língua tupy é também para assinalar a quase impossibilidade de grafar vocábulos indígenas de origem oral. Palavras cuja utilização permanece predominante no campo da oralidade que é sempre dinâmica.

manuseio da natureza.

Na historiografia encontramos que desde o século XVI as cartas de Pero Vaz de Caminha descrevia o uso nativo indígena da piaçava. De acordo como o *site* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM:

[...] piaçaba é de origem tupi, traduzido como “planta fibrosa”, citada na carta de Pero Vaz de Caminha, que falava sobre seu uso. Durante o período colonial as fibras de piaçaba eram procuradas por navegadores de várias nacionalidades para fabricação de cordas, utilizadas como amarra de navio. O uso dessa palmeira progrediu para a confecção de vassouras domésticas e industriais, cobertura de casas, área de lazer, na construção civil, entre outros (FAPEM, 22/11/2010).

De certo os navegadores dos invasores (“colonizadores”) aprenderam com a sabedoria originária a utilização da piaçava para fazerem cordas e amarrações das navegações, entre outras possibilidades. No início do século XIX, em 1816, o Príncipe Maximiliano em suas viagens pela então Vila de São Jorge dos Ilhéos em seu olhar colonial também descreve a utilização da piaçava. Numa visita à também então Vila de Olivença o Príncipe Maximiliano observou:

Fui ver os índios em suas choças. A maioria deles trabalhava na confecção de rosários (*de coco de piaçava*). Suas habitações são muito simples, não diferem das que se encontram ao longo de toda a costa. Todas as suas coberturas são de folhas de uricana, que substitui a palha. Em vez de folhas inteiras dos coqueiros, com que se cobre o alto das choupanas, para impedir a água de penetrar, empregam-se aqui as *longas fibras da piaçava*. Estas cabanas, dispostas em linha nos flancos duma colina, estão em aprazível situação, desfrutando-se daí a vista do oceano (MOTT, 2010, p. 227-228).¹⁰

Na mesma direção, em 1818 a utilização nativa da piaçava foi assim descrita pelos botânicos alemães Karl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix em visita à Vila de São Jorge dos Ilhéos e à Vila de Olivença:

[...] onde moravam 800 índios mansos da tribo dos Tupiniquins, que se ocupavam com a fabricação de rosários de *coco de piaçaba* e *cordas, vassouras e esteiras das fibras da piaçaba*, além de *chapéus de palha de coqueiro*, sabendo até tingir em várias cores Botânicos alemães Martius e Spix os produtos que

¹⁰ Esses e outros grifos em itálicos são de minha autoria para destacar a utilização originária da piaçava.

fabricavam (SOMMER, 1953).¹¹

Em relação ao termo “tribo dos Tupiniquins” utilizado na narrativa dos botânicos alemães valem as análises do professor Casé Angatu. Na leitura que o orientador desta dissertação apresenta não é possível pensar nessas denominações sem levar em que conta que “são documentos escritos” por pessoas que:

[...] por vezes, não consideram as vivências e protagonismos dos Povos Indígenas e seus sujeitos. Sempre é bom lembrar que a própria palavra índio é fruto deste olhar externo, colonizador e classificador, bem como as denominações oferecidas aos diferentes Povos Originários e seus territórios (ANGATU, 2020, p. 40).

As classificações externas em relação aos Povos Originários acontecem mesmo na atualidade. Assim, basta imaginar se Karl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix no século XIX perguntariam aos indígenas que descreveram a qual Povo pertenceriam? Como assinala Angatu num artigo publicado no *Dossiê: De/S/Colonização Estética: Saberes Tradicionais, Artes, Dissidências*:

São exemplares e inúmeras as históricas tentativas de mais de quinhentos anos em concretizar o genocídio e/ou etnocídio dos Povos Originários. Isto ocorre através de atentados físicos (assassinados individuais, coletivos, transmissão de doenças, epidemias), violação espiritual (psicossocultural) pela catequização, evangelização, integração, assimilação à sociedade não indígena e ao suposto desenvolvimento nacional. A negação do direito à autodeclaração indígena e/ou da retomada da indianidade é parte fundamental nesse processo (ANGATU, 2021, p. 17).

A utilização da piaçava foi e continua sendo outro dos vários manejos indígenas amplamente utilizados pelos não indígenas, apesar do silenciamento que oferecem às essas origens. No entanto, a grande diferença que a utilização não indígena reduziu a manuseio da piaçava à uma relação mercantil de exploração da natureza e do trabalho humano. Neste sentido, ao longo da história não indígena a *Pindoba Pia'sawa* tornou-se mercadoria a ser explorada e ter valor de mercado.

¹¹ Sobre a utilização do grifo vale as observações anteriores.

De acordo com pesquisadores até 1840 a utilização das fibras servia somente para cabos de navios por ser uma fibra com alta flexibilidade e resistência. Durante muito tempo era considerada somente a fibra de piaçava como o produto principal da palmeira. Porém, aos poucos e novamente por observarem os diferentes manejos indígenas a piaçava foi sendo aproveitada de forma ampla.

O valor econômico cresceu tanto no mercado interno quanto no externo devido a utilização da fibra natural para confecção de artesanatos e fins industriais. Resumidamente para as descrições não indígena e coloniais a história da piaçava se resume da seguinte forma:

Em meados do século XIX, a piaçava tornou-se o principal produto de exportação de Ilhéus, superando insumos como algodão, café e açúcar. Nesse período, houve diversificação do uso da fibra em vassouras e escovas. No final do século XIX houve uma queda nas exportações e na produção de piaçava, devido ao manejo incorreto da palmeira. Em 1930, houve uma mudança na economia da piaçava, devido ao crescimento da produção de fibra e uso local, popularização deste material como cobertura da construção e redução das exportações (BARBOSA, COSTA e LEÃO, 08/10/2019).

Como assinala a já citada *Reportagem do Globo Rural*, atualmente a piaçava passa por uma “revalorização mercadológica” em decorrência da qualidade e diversidade de sua utilização na fabricação de: estofados de automóveis, vassouras, revestimentos de quiosques, reforço de materiais estruturais na construção civil, carvão, óleo, matéria prima para peças artesanais etc. Para isto fortalecesse entre os não indígenas a ideia do plantio agrícola privado dessa palmeira e exploração de “mão-de-obra” assalariada no sentido de ampliar a lucratividade.

Os dados apresentados pelo IBGE em 2016 sobre os principais municípios produtores de piaçava na Bahia destacam o seguinte: 1º) Ilhéus – com 16.133 t; 2º) Nilo Peçanha com 10.000 t; 3º) Cairu com 6.500 t; 4º) Ituberá com 4.800 t; 5º) Canavieiras com 1.500t.

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PIAÇAVA - BAHIA 2016

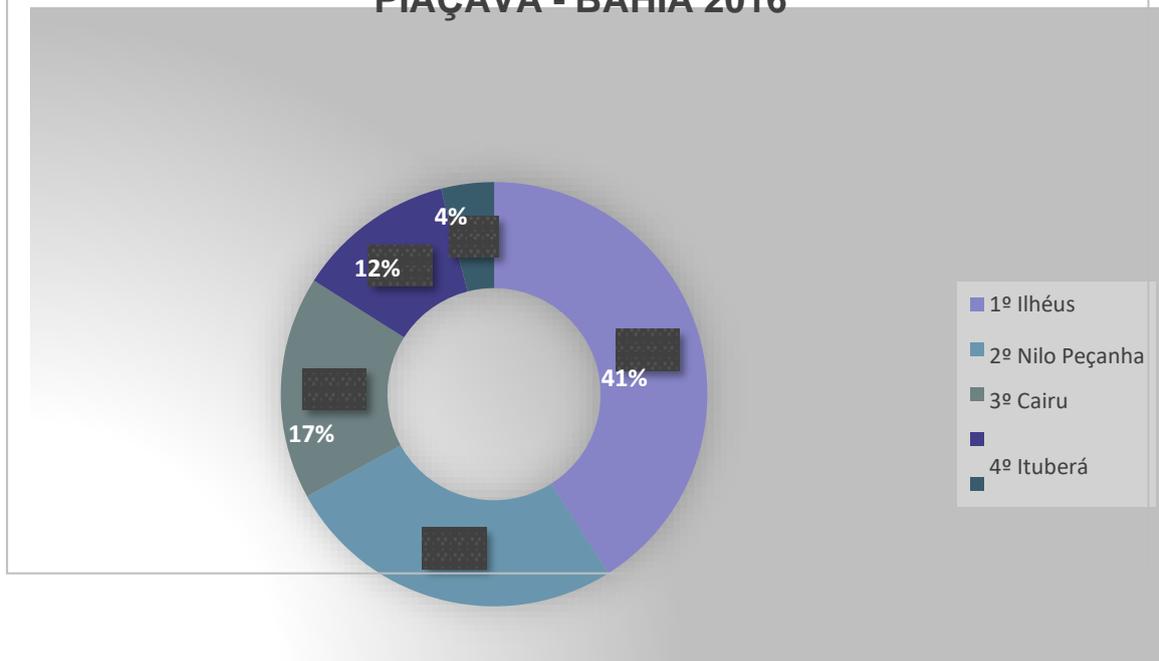


Figura 04: Tabela dos Principais Municípios Produtores de Piaçava – Bahia 2016.
Acervo/Fonte: IGBE. Data: 2016

Claro que esses dados refletem a utilização mercantil da piaçava e não expressam o manuseio indígena e nativo. Diferente das narrativas históricas não indígenas sobre a piaçava existe a memória nativa no manejo com aquela palmeira que nunca deixou de ser manejada. Nas oralidades indígenas dessas memórias que acompanhamos a *Pindoba Pia'sawa* sempre foi importante e manuseada pela comunidade originária, indiferente de seu valor mercadológico.

As okas e outras formas de moradia Tupinambá sempre foram e continuam sendo cobertas com a borra da piaçava. Daquela pindoba se obtém ainda carvão e com suas fibras se faz artesanato, cestos, traçados, redes, jequis (armadilha para peixes) e cachimbos com seus coquilhos (petynguá).

3.3. “SOMOS ÍNDIOS PORQUE SOMOS NATIVOS DESTA TERRA, SOMOS QUE NEM A PIAÇAVA”

Como explicam as oralidades indígenas a *Pindoba Pia'sawa* é encontrada ao longo da faixa litorânea do Sul da Bahia e meio a Mata Atlântica, apresentando raiz de cor branca e amarelada. Cresce em terrenos sedimentares

e arenosos, sendo naturalmente distribuída no meio da mata de modo nativo. Não é preciso plantar a piaçava e muito menos desmatar para manejar seus frutos como provavelmente acontece quando numa lavoura agrícola comercial.

O tempo do manuseio é o tempo oferecido pela natureza que às pessoas piaçaveiras sentem/compreendem. Escrevo isto porque assim nos falam as pessoas Tupinambá piaçaveiras. Porém, antes de prosseguir volto a assinalar que a integra das oralidades em forma de depoimentos aqui citadas encontram-se no *V Capítulo - Fruto (Produto) Educacional: Oralidades Piaçaveiras Tupinambá*.

São as seguintes as oralidades que registramos sempre agradecendo a disposição daqueles que possibilitaram o diálogo:

- MARIA TUPINAMBÁ. *Depoimento – Maria Tupinambá e o Manejo Indígena Ancestral da Piaçava na Território Tupinambá Olivença 23/12/2021*. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=58kjo5DPzsk&t=918s> . Acesso em 23/12/2021.

- JORGE TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Jorge 30 05 2021*. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7MaCvgV-W0&t=18s> . Acesso em 30/05/2021.

- RONALDO TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Ronaldo 30 05 2021*. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4udBrZOE0&t=50s> . Acesso em 30/05/2021.

- SEU CARLOS TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos 30 05 2021*. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7XlRnPDmiw&t=1s> . Acesso em 30/05/2021.

- SEU CARLOS E JORGE TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos e Jorge 30 05 2021*. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXkcnW6eDJ4&t=31s> . Acesso em 30/05/2021.

Importa observar que as aspas aqui utilizadas nas falas das pessoas ouvidas sem citar individualmente nomes indicam que as palavras/ponderações

expressas foram utilizadas quase da mesma forma por todas/todos entrevistadas(os). Desta maneira, mantive as aspas para indicar que são palavras/pensamentos em comum presentes nos diálogos com Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá, Ronaldo Tupinambá e Maria Tupinambá.

De forma alguma procuro generalizar as individualidades e por isto todas as falas podem ser ouvidas/assistidas na íntegra através dos *links* indicados. Quando algumas das falas refletirem somente as ponderações de um dos entrevistados isto será indicado no transcrito desta dissertação.

Outra observação importante é que as palavras de Maria Tupinambá individualmente foram pouco utilizadas de forma direta neste texto porque a entrevista só foi realizada em 23/12/2021. No entanto, a oralidade de Maria se faz presente o tempo todo porque em muitos pontos se assemelha as falas dos demais entrevistados, conforme assinala. Volto salientar que todas as falas podem ser ouvidas/assistidas na íntegra nos *links* indicados e que é minha intenção num trabalho futuro voltar as falas de Maria e de todos com quem dialogamos.

Assim, Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá, Ronaldo Tupinambá e Maria Tupinambá ao explicarem o desenvolvimento da *Pindoba Pia'sawa* na mata enfatizam sempre que a “piaçava é nativa da região”. Segundo essas pessoas indígenas, a palmeira de piaçava “produz de quatro a cinco palhas por ano e a colheita do pé é realizada uma vez por ano”.

Pelas oralidades acompanha-se que para um “manejo consciente não é permitido retirar toda a piaçava. É preciso deixar três fitas”. Jorge, Seu Carlos, Ronaldo e Maria Tupinambá chamam isso de “reserva, pois ao retornar para o manejo da mesma palmeira, eles conseguem retirar as fitas que foram deixadas”. Ela/Eles explicam ainda que o manejo ocorre “uma vez por ano, pois é o tempo suficiente para formação de novas fibras”.

Durante os diálogos Jorge, Seu Carlos, Ronaldo e Maria Tupinambá informaram que a fibra de piaçava e a borra são os produtos mais utilizados. Além disso, os tocos também são usados. No manuseio da palmeira “existe uma separação entre os produtos: fibra, borra e os tocos”.

Interessante observar que nos diálogos todas as pessoas indígenas entrevistadas falam do manejo com a piaçava movimentando as mãos. Lembrei que a própria palavra piaçava em sua origem tupy (*pi'a'sawa*) assinala para o

manuseio da palmeira no sentido de trançar e tecer redes, cestos, tecidos, teias, telas.

Jorge, Seu Carlos, Ronaldo e Maria Tupinambá explicam que ao negociarem com os compradores da piaçava, cada produto tem um valor diferente. Os tocos (Jorge Tupinambá chama de toco piaçava de valor menor) custa R\$ 25,00 a arroba. Já as fitas/fibras custa R\$ 40,00 a arroba e a borra R\$ 35,00 a arroba. Eles esclarecem que na medida utilizada pelo comprador a arroba da piaçava refere-se a 16 quilos e que o valor poderia ser bem maior.

Seu Carlos Tupinambá demonstra uma inquietação referente aos cocos da piaçava. Para ele, a “Comunidade Tupinambá de Olivença utiliza ainda pouco os cocos da piaçava”. Na compreensão de Seu Carlos os cocos, além de serem vendidos, poderiam “servir para produção de carvão e artesanato”.

Ainda conforme Seu Carlos, assim, com este tipo de “produção de carvão do coco da piaçava não seria necessário desmatar”. Já a utilização do coco da piaçava como artesanato poderia “incentivar os jovens a não trabalharem na cidade para os brancos”. O indígena Seu Carlos reforça em sua fala que os cocos deveriam ser secos e não os verdes.

Percebe-se no diálogo com Seu Carlos, bem como com os demais, uma tentativa de “não virar empregado dos brancos” e viver do manuseio da natureza sem sair da Aldeia e do Território. Em minha concepção essa é uma das mais fortes e belas expressões de resistência e (re)existência indígena.

As fotos que seguem foram tiradas por Jorge Tupinambá que gentilmente cedeu para esta dissertação. Na primeira imagem aparece a fibra da piaçava e na segunda a borra.



Fotografia 05: Fibra da Piaçava retirada no Manejo Tupinambá da *Pindoba Pia'sawa*. Acervo/Fonte/Autoria: Jorge Tupinambá. Data: Junho/2021.



Fotografia 06: Borra retirada no Manejo Tupinambá da *Pindoba Pia'sawa*. Acervo/Fonte/Autoria: Jorge Tupinambá. Data: Junho/2021.

Jorge, Seu Carlos, Ronaldo e Maria Tupinambá assinalam que no início da década de 1990 a borra passou a ser mais utilizada na cobertura de quiosques, restaurantes, áreas de lazer e cabanas localizadas tanto na área rural quanto na urbana. Na Comunidade Tupinambá de Olivença alguns indígenas trabalham com este tipo de artesanatos fazendo os chamados “pentes de borra”.

Jorge e Ronaldo Tupinambá fizeram um relato da produção do pente e foi possível observar as memórias presentes nos corpos de ambos através dos movimentos que faziam com as mãos – mais uma vez lembrei da “îe enga awa ou nheega awa – “fala de índio” (AYRA TUPINAMBÀ e ANGATU, 2019, p. 232).

Jorge relatou com palavras e com o corpo como é o pente feito da borra: “Você estende ... bota uma madeira de dois metros e meio e aí você pega a borra inteira e joga por cima e vem tecendo. Joga um tanto e vem tecendo com a linha sempre entrelhando na parte debaixo. Aí pronto, vai formar o pente, formando o pente você pode cobrir qualquer coisa”.

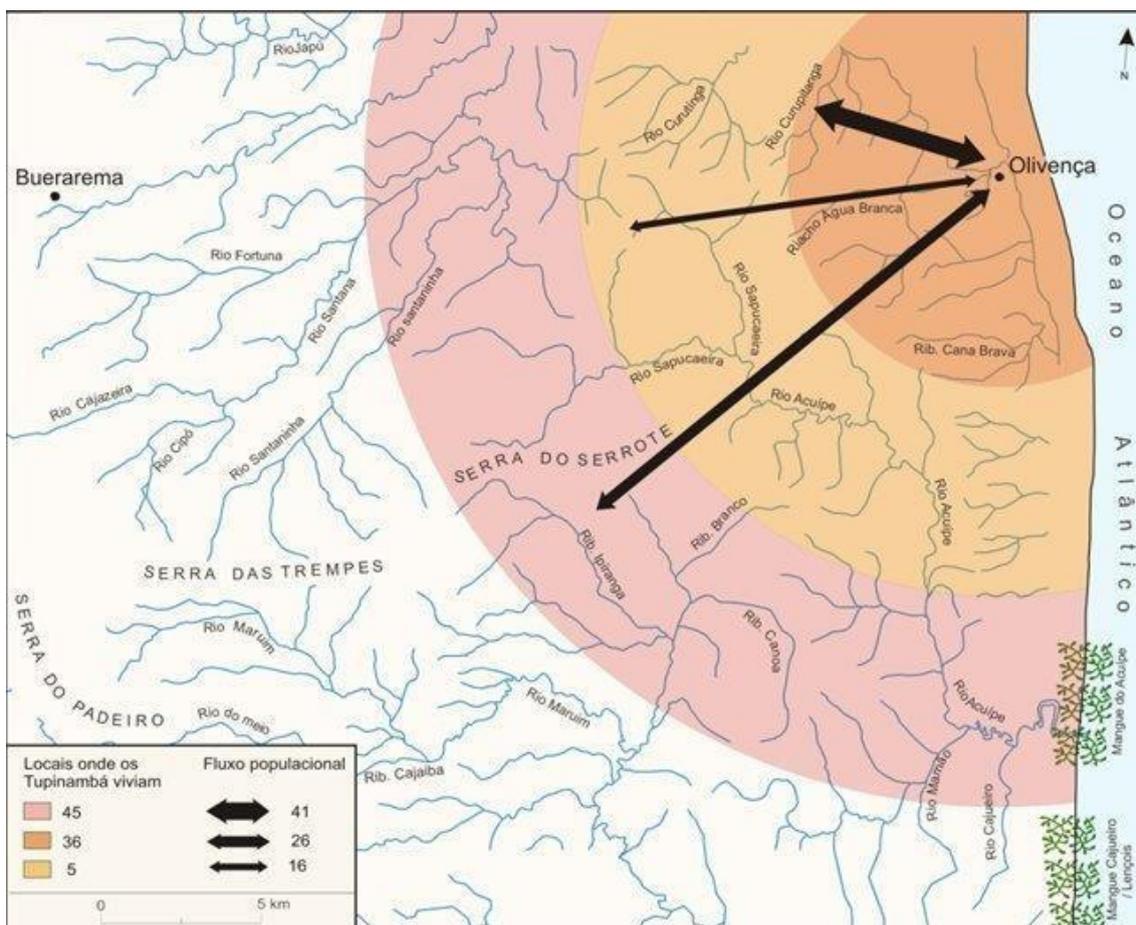
Reforço que o manejo da piaçava foi um dos elementos utilizados para os *Relatórios de Reconhecimento Étnico* (2002) e de *Demarcação Territorial* (2009). O Território Tupinambá fica localizado no Sul da Bahia, “numa extensão que abrange parte da área urbana e rural de três municípios: Ilhéus, Una e Buerarema” (COSTA, 2013, p. 29). Em toda essa extensão territorial a piaçava é manejada.

Segundo Susana de Matos Viegas (2007), antropóloga portuguesa e uma das responsáveis pelos dois Relatórios citados acima, o território habitado pelos Tupinambá de Olivença possui uma “diversidade paisagística”. De acordo com Viegas, existia uma divisão em quatro zonas: Área da Piaçaba; Área da Mandioca; Área das Serras; e Vila de Olivença.

A Área da Piaçaba é assim descrita pela antropóloga

Chamo a primeira de Área da Piaçaba e nela incluo localidades habitadas pelos Tupinambá na faixa costeira, algumas contíguas à vila, ao norte – Campo de São Pedro, Curupitanga, Pixixica, Cururutinga, Serra Negra – e outras ao sul – Águas de Olivença, Acuípe de Baixo, Acuípe do Meio, Acuípe de Cima. Nessas áreas, a coleta de piaçaba é uma atividade central para os Tupinambá, sendo muitos os índios chamados para trabalhar assalariados sazonais de “tirar piaçaba” (coleta), enquanto outros – os que residem no Campo de São Pedro – habitam na sede de uma fazenda de mata com piaçaba nativa, que se estende até o Acuípe, totalizando mais de 3 mil hectares.

Essa divisão vale ser acompanhada pelo Mapa a seguir assinalando a divisão populacional do Território Tupinambá de Olivença.



Mapa 01: : Mapa populacional do território indígena Tupinambá. Acervo/Fonte/Autoria: ISA. Instituto Socioambiental. Data/Acesso 02/01/2021.

Entretanto, segundo os depoimentos das pessoas indígenas com as quais dialogamos, os manejos da piaçava ou outros manuseios como da mandioca pode até ser mais forte em algumas áreas, mas encontram-se espalhado por todo território. Jorge, Seu Carlos, Ronaldo e Maria Tupinambá permitem ponderar que os Tupinambás circulam pelo território e por vezes variam os lugares onde moram. Maria Tupinambá, por exemplo, em suas falas salienta que já morou em vários lugares dentro do território com diferentes manejos.

Por isto importa a fala do Ancião e Cacique Alcício quando diz: “Nós somos índios porque nós somos nativos desta terra, somos quem a Piaçava” (CARVALHO, 2017). Na minha compreensão essa fala do Cacique Alcício significa que os Tupinambás são resistentes como a piaçava. Da mesma forma, com a

piaçava os Tupinambá se espalham pelas matas no território inteiro.

A força da fala do Ancião e Cacique Alício é a mesma de Maria, Jorge, Seu Carlos, Ronaldo Tupinambá. Essas falas mostram que a piaçava além de ser uma planta nativa é também parte da forma de ser, resistir e (re)existir dos Tupinambá. Existe uma relação de pertencimento entre aquele Povo e a *Pia'sawa*, bem como com toda a natureza local.

3.4. OS TUPINAMBÁ E A PRESERVAÇÃO DO MANEJO ORIGINÁRIO DA *Piá'sawa*

Assim, temos de um lado os Tupinambá com um olhar e manejo de pertencimento e proteção da natureza. Por outro lado, existem os fazendeiros e comerciantes da piaçava com uma concepção e prática mercadológica baseada na produtividade, exploração da natureza e do trabalho.

Os que se dizem proprietários de terras no Brasil se acham donos e tentam a todo custo espoliar os territórios dos Povos Originários. Escrevo isto no findar de 2021 e início de 2022 num contexto no qual estamos diante de uma pauta em votação no Supremo Tribunal Federal (STF) tratando da tentativa de impor a tese do marco temporal. Uma tese que na prática impede e revisa demarcações de terras indígenas no Brasil.

Essa tese do marco temporal assinala que os Povos Originários só podem reivindicar terras onde já estavam quando da promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Argumentação absurda porque ignora o histórico processo de espoliação de terras, perseguições, prisões, espancamentos e mortes que foram submetidos os Povos Indígenas a exemplo do que aconteceu com os Tupinambá de Olivença.

Porém, mesmo os indígenas que ficaram em seus territórios foram obrigados a não assumirem suas identidades como também ocorreu em Olivença. Ou seja, a tese do marco temporal propositalmente esquece/nega o

estrutural e histórico genocídio e etnocídio dos Povos Originários.¹²

Os Povos Indígenas, incluindo os Tupinambá, estão em permanente mobilização contra o marco temporal e outras tentativas de espoliação das terras ancestrais. Casé Angatu Xucuru Tupinambá publicou em sua rede social o seguinte:

O STF ao não decidir ontem (15/09/2021) sobre o marco temporal acabou decidindo. Deixou para câmara ruralista decidir contra nós [indígenas]. Outra veza (in)justiça brasileira, bem como o estado, demonstram que servem ao capital. Nos tratam como moedas de trocas em seus acordos. Ontem (15/09/2021) mais uma vez aqui na Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA) paramos a rodovia que passa em nosso Território para reivindicar que o STF derrubasse o hediondo Marco Temporal. Porém, como já venho escrevendo: derrubando ou não só tenho certeza de que nossa luta continuará. Deseja um exemplo? Cinco anos atrás [2016] lutávamos contra a igualmente hedionda PEC 215 que conseguimos derrubar. De lá para cá o que fizemos? Continuamos lutando. Nossa luta é acima de tudo ritual ... (ANGATU, 16/09/2021).

Numa das *lives* que consegui acompanhar virtualmente sobre o Filme a *Última Floresta*, promovida pela Instituto Socioambiental, Ailton Krenak disse:

[...] tem hora que a guerra é feita de avião e bomba, tem hora que não, que é feita de papel, de medida provisória. Mas, os Povos Indígenas resistiram por quinhentos anos e vão resistir e (re) existir muito mais (KRENAK, 19/04/2021).

Na construção do roteiro para os diálogos com as pessoas piaçaveiras de Olivença fiz o seguinte questionamento: “os fazendeiros do Sul da Bahia defendem o plantio da Piaçava e confirmam que fazem o plantio com um olhar agrônômico. Segundo eles, a intenção é aumentar a produtividade da piaçava nativa para uma piaçava plantada. Dizem também que a palmeira plantada dá mais que a piaçava nativa. *Vocês concordam com a criação das mudas e o plantio da Piaçava?*”

Ronaldo Tupinambá respondeu a este questionamento dizendo que “não

¹² Essa análise parte das oralidades das pessoas indígenas que colhemos nos depoimentos: Jorge, Seu Carlos, Ronaldo e Maria Tupinambá. Parte também da leitura das obras citadas na bibliografia. Entre esses trabalhos destacamos: ALARCON (2019), ALMEIDA (2010); ANGATU (2022, 2021, 2019, 2020, 2017, 2000); AYRA TUPINAMBÁ (2021, 2020, 2019), COSTA (2013); DEHEVEHE SAPUYÁ (2021); KATU TUPINAMBÁ (2019); KRENAK (2020, 2019); MOTT (2010); SANTANA (2015); VIEGAS (2007).

concordava” com esse tipo de produção de piaçava. Segundo ele: “eu não concordo porque aí ele tá fazendo mal a vegetação demais, porque tá plantando *ilera*, a Piaçava não gosta de *ilera*.”

Sem saber o significado da palavra *ilera*, o professor Casé Angatu perguntou o sentido daquela palavra e Ronaldo Tupinambá prosseguiu respondendo:

Ilera é assim ... porque ele planta de 2 em 2 metros um pé de Piaçava e cultiva todas dentro, então quer dizer que ele está cultivando ... só tá a piaçava, não nasce árvore, não nasce nada de outra madeira ... e essa aqui é natural nossa, é árvore no meio da Piaçava, é uma que tem um pé de pomba, aqui tem uma sucupira, massaranduba e ela tá no meio, então quer dizer que *ilera* é uma área fechada (RONALDO TUPINAMBÁ, 30/05/2021).

As três fotografias abaixo possibilitam visualizar o sentido das palavras de Ronaldo Tupinambá. A primeira foto é da lavoura comercial de piaçava de Carlos Alex Lima Guimarães com “400 mil pés de piaçava plantada” na Fazenda São Miguel no município de Itacaré. As duas outras fotografias foram feitas por Jorge Tupinambá das piaçaveiras nativa no meio da mata localizada na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Território Tupinambá de Olivença.

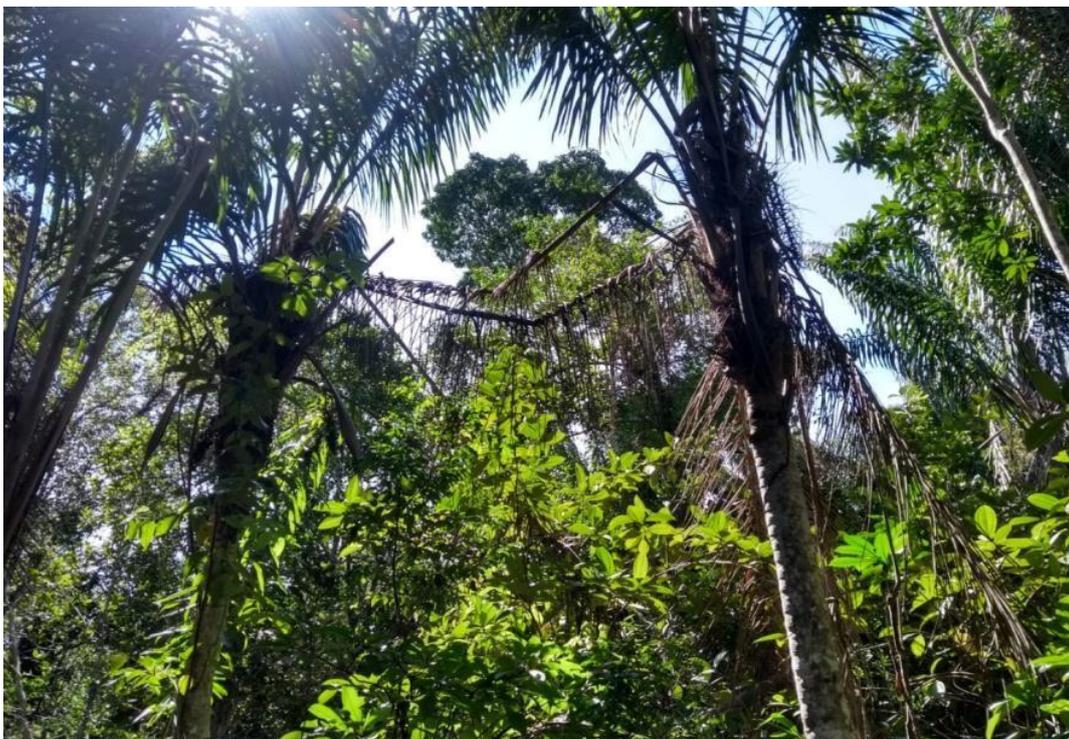
Na primeira foto é claro o desmatamento produzido pela lavoura comercial de piaçava. Nas duas outras fotos é perceptível o convívio harmonioso das piaçaveiras com a mata. Ou seja, a piaçaveiras é parte de um todo que forma a natureza nativa da Mata Atlântica. Seu manejo nativo não envolve desmatamento e agressão à natureza e sim convívio numa relação de pertencimento.



Fotografia 07: Lavoura comercial de piçava na Fazenda São Miguel no município de Itacaré. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7186326/> . Acervo/Fonte: Globo Rural - Rede Globo. Data: 25 de novembro de 2018.



Fotografia 08: Piçaveiras nativas no meio da mata localizada na Aldeia Gwarini Taba Atã – Território Tupinambá de Olivença. Acervo/Fonte/Autoria: Jorge Tupinambá. Data: Junho/2021.



Fotografia 09: Mais piaçaveiras nativas no meio da mata localizada na Aldeia Gwarini Taba Atã – Território Tupinambá de Olivença. Acervo/Fonte/Autoria: Jorge Tupinambá. Data: Junho/2021.

Ronaldo, Jorge, Seu Carlos e Maria Tupinambá estão conscientes do que a terra sente. Quando as pessoas piaçaveiras falam que a piaçava não gosta de ilera nos faz enxergar que a terra é um “organismo vivo” e que os homens brancos e do poder querem transformá-la em mercadoria.

O termo “organismo vivo” que utilizamos é no sentido assinalado por Ailton Krenak (KRENAK, 2020). Isto é, a terra tem vida e gera vida. Nós seres humanos deveríamos nos sentirmos como pertencentes a ela no sentido de também sermos gerado pela terra. Terra formada por seres também não humanos. Portanto, comercializar a terra é mercantilizar a própria vida humana.

Por isto Maria Tupinambá, assim como todos os Tupinambás ouvidos falam que pedem a licença quando entram na mata. Pedem licença para manusear a piaçava, as roças e tudo que vem da natureza. Mesmo quando se deparam com cobras tentam a todo custo deixá-las na natureza.

Ao responder a mesma pergunta sobre a produção agrícola comercial da piaçava Jorge Tupinambá disse que “infelizmente no próprio território existe uma fazenda de Piaçava localizada na Sapucaieira. Aqui vale observar que Sapucaieira é uma das localidades do

Território Tupinambá onde também fica o Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (CEITO). Como ainda não foi oficializada a Demarcação das Terras Indígenas Tupinambá, existem dentro do território “propriedades” de não indígenas como possivelmente é a fazenda mencionada por Jorge Tupinambá.

Deste modo, Jorge Tupinambá explica que “a piaçava na verdade é uma planta nativa, só que já tem fazendeiros que cultiva ... mas aqui na Sapucaieira mesmo tem área grande que já tem Piaçava cultivada” Em seguida, o Casé Angatu perguntou se Jorge trabalharia numa fazenda de Piaçava. A resposta foi a seguinte:

De acordo com a necessidade e precisão eu poderia ir, mas não a favor da minha vontade, porque para mim eu acho que a gente tem a planta nativa e você deve cortar pra você né, vender sua piaçava que é nativa. Já que eles plantam, eles podem fazer o trabalho dele e empregar se quiser, mas eu não iria não (JORGE TUPINAMBÁ, 30/05/2021).

Ao afirmar isso o piaçaveiro indígena Jorge mostra um olhar de pertencimento com o manejo originário e nativo da piaçava em meio à mata. Na fala de todas as pessoas piaçaveiras Tupinambá aparece a relação espiritual de pertencimento à natureza. Por outro lado, também demonstram inquietações com as fazendas de piaçava.

Os autores do livro *Piaçava da Bahia* explicam os critérios para o plantio da piaçava. Demonstram a grande dificuldade no plantio das mudas: “várias tentativas foram feitas para produção de mudas de piaçaveiras e muitas fracassaram devido a característica peculiar da sua germinação” (GUIMARÃES E SILVA, 2012, p.149).

Isso assinala o quanto a piaçava nativa é resistente à sua domesticação comercial. Ainda segundo os produtores agrícola “a piaçaveira tem uma germinação diferente, ela tem uma germinação que desce e forma a planta em baixo que vai subindo e vai formar a Palmeira.” (GLOBO RURAL, 25/11/2018). Então, “o sistema de mudas usando garrafa *pet* de 2 e 3 litros é atualmente o mais indicado para esta planta” (GUIMARÃES E SILVA, 2012, p. 150).

O relato a seguir é uma clara demonstração da coisificação de seres vivos. Seres não humanos que quando manejado em sua forma nativa são respeitados.

Os pets são cortados na sua parte superior, na altura de 20 a 22 cm, e são perfurados em seu fundo e nos lados, para que o excesso de água seja drenado. O terriço usado para encher os pets deve ser leve, um pouco arenoso, porém apresentando um pouco de 'liga'... Depois de bem misturados, coloca-se no pet até que atinja uma altura de 15 cm. Em seguida coloca-se o fruto sem o mesocarpo e com o ápice (ponta) voltado para cima. Posteriormente, completa-se o pet com a mesma mistura, segurando a semente para que a mesma mantenha-se centralizada no vasilhame. Depois, acomoda-se o solo através de leves batidas do vasilhame no chão, e completa-se novamente o pet até o seu nível total. A necessidade do solo permanecer ligeiramente 'apilado' no vasilhame é para que o fruto, no decorrer do tempo, até a fase de plantio, permaneça enterrado, e no momento do plantio o torrão não se desmanche com facilidade... Depois os pets são arrumados em fileiras com até 1 m de largura ... assim que a planta emite a primeira folha – inicialmente de coloração esbranquiçada por falta da fotossíntese, tornando-se verde logo em seguida devido à presença de luz- estas devem ser separadas e levadas para um viveiro, com sombra em torno de 50%. (ALEX; ALBERTO, 2012, p. 150-151)

Davi Kopenawa diz que “as folhas e as flores das árvores caem e se amontoam no solo sem parar. É isso que dá à floresta seu cheiro e seu valor de fertilidade” (KOPENAWA e ALLBERT, 2015). Sem dúvida existe uma ligação na fala do Davi com as falas de todos os Tupinambá aqui ouvido. A Natureza assim é sentida como pertencimento e não como algo a ser manipulado, explorado e mercantilizado.



IV – FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL:
HQ “MANEJO TUPINAMBÁ DA PIAÇAVA COMO
PERTENCIMENTO À NATUREZA”



4.1. APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS: “COM FÉ EM TUPÃ ENFRENTAMOS QUALQUER PARADA”

Quando pensei em fazer uma História em Quadrinhos (HQ) a preocupação era com o alcance dos *Frutos (Produtos) Educacionais* desta dissertação. Para isto pensava/sentia a necessidade de construir um material que pudesse chegar à diferentes universos socioculturais, etários e étnicos.

Isto é, tecer uma linguagem sem renunciar à criticidade decolonial e de apresentar o manejo Tupinambá da piaçava conforme os diálogos realizados com as pessoas indígenas piaçaveiras. Tecer no sentido mesmo das origens da própria para palavra *Piã'sawa*: trançar e tecer redes, cestos, tecidos, teias, telas. Em nosso caso trançar/tecer uma História em Quadrinhos mesmo que breve para que fosse utilizada como um fruto educacional.

O fruto produzido objetiva tanto as escolas indígenas como as escolas não indígenas, contribuindo com a aplicação da Lei 11.645/2008. É comum ouvir das pessoas educadoras que é difícil encontrar materiais didáticos sobre a história e cultura indígena, especialmente no Sul da Bahia. Eis então aqui nossa modesta contribuição.

No entanto, acredito que a História em Quadrinhos se completa com as oralidades indígenas das pessoas piaçaveiras apresentadas no próximo capítulo e já disponíveis como domínio público no *youtube*. Saliento isto porque acredito que a melhor forma para compreender a história e cultura indígena da piaçava é ouvindo/vendo as oralidades das próprias pessoas indígenas piaçaveiras.

Após decidir pela HQ aconteceu a procurar pelo artista que faria parte deste projeto. Iniciei a busca de uma/um profissional para o livro de quadrinhos que tivesse a sensibilidade de compreender os caminhos até aqui expostos. Tracei então um perfil que era o seguinte: uma pessoa envolvida com os movimentos sociais; fosse indígena ou aliada dos Povos Indígenas; atuasse na área da educação; e que tivesse uma posição política crítica as injustiças sociais.

Fiz os contatos remotamente por causa da pandemia e encontrei o artista Breno Scofield que reside em Salvador. Breno é formado em design gráfico e atualmente é graduando em artes visuais, atuando na área de ilustração, roteiro e histórias em quadrinhos. Ao mesmo tempo, este artista atua

no mercado independente como um veículo de estudo e aprendizado.

Algumas reuniões ocorreram para inserir Breno dentro da temática. A intenção era transformar em imagens a escrita e as oralidades. Como professora de história acredito muito na necessidade do toque e do olhar quando uma aula é ministrada. Assim, ao construir uma HQ a ideia também era trazer os sentidos presentes nas oralidades Tupinambá e conceitos a partir da criticidade decolonial.

Resumidamente a história narrada no Quadrinho traz as oralidades dos indígenas e o manejo da piaçava, iniciando com as invasões europeias até os dias atuais. Foi necessário então também trazer a estética indígena e para isto fizemos uma análise imaginária dos indígenas dos séculos XVI - XXI. Claro que precisávamos de um olhar indígena sobre que fazíamos e para isto contamos como o olhar do orientador desta dissertação como originário.

Durante a narrativa no quadrinho lançamos o questionamento: afinal de que indígena estamos falando? Um questionamento para refletir sobre estereótipos construídos. Aqui no Sul da Bahia é frequente encontramos pessoas que neguem a indianidade dos Tupinambá de Olivença porque muitos não correspondem aos estereótipos impostos como únicos.

Assim, fizemos questão de apresentar dos indígenas do século XVI aos indígenas do século XXI com cabelos crespos, afro-indígenas e com roupas. Acho necessário contribuir para quebrar os estereótipos que levam alguns a dizerem que alguns “não são indígenas” e que outros “são indígenas de verdade”. Coloco entre aspas, pois não acredito que exista “um indígena de verdade ou de mentira”. Essa é uma fala e um olhar colonial como pondera Angatu:

[...] quando muitos tratam de Povos Originários a impressão que fica é: “para ser Índio é necessário ter conservado os traços socioculturais e genéticos existentes nos primeiros séculos da colonização – século XVI”. Qualquer diferença em relação a estes traços idealizados serve como argumentação para descaracterizar a indianidade de um Povo Originário e, como consequência, negar o direito ao Território. Por isso pensamos que a tentativa de congelar nossa presença na formação nacional somente nos primeiros séculos da colonização, bem como não considerar nossa dinâmica cultural, é uma forma de negar nosso direito à terra e buscar apagar nossa presença (ANGATU, 2021, p. 334)

Respondendo à pergunta que fizemos na HQ: quem decide quem é indígena ou não é o próprio indígena. Aliás, isto faz parte da *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)* da qual o Brasil é signatário. Segundo essa Convenção Internacional, o indígena individualmente e os Povos Indígenas possuem o direito à autodeclaração como originário (Fonte: OIT, 20/02/2020).

Na História em Quadrinhos narramos um pouco as constantes invasões de terras e perseguições que ocorrem no Território Indígena Tupinambá. Por exemplo, em 2021 logo após os diálogos que realizamos ocorreu uma perseguição com uma das pessoas piaçaveiras que conversamos. Não podemos citar nomes para evitar outras perseguições, mas esta história se faz presente em nossa História em Quadrinhos.

Essa pessoa indígena foi obrigada a deixar todo o material, ferramentas e sair do lugar onde manjava a piaçava. Para piorar a situação a perseguição foi realizada por policiais e pelo fazendeiro que se diz dono de uma das fazendas ainda existentes em Olivença, vizinha a Aldeia da pessoa piaçaveiras perseguida.

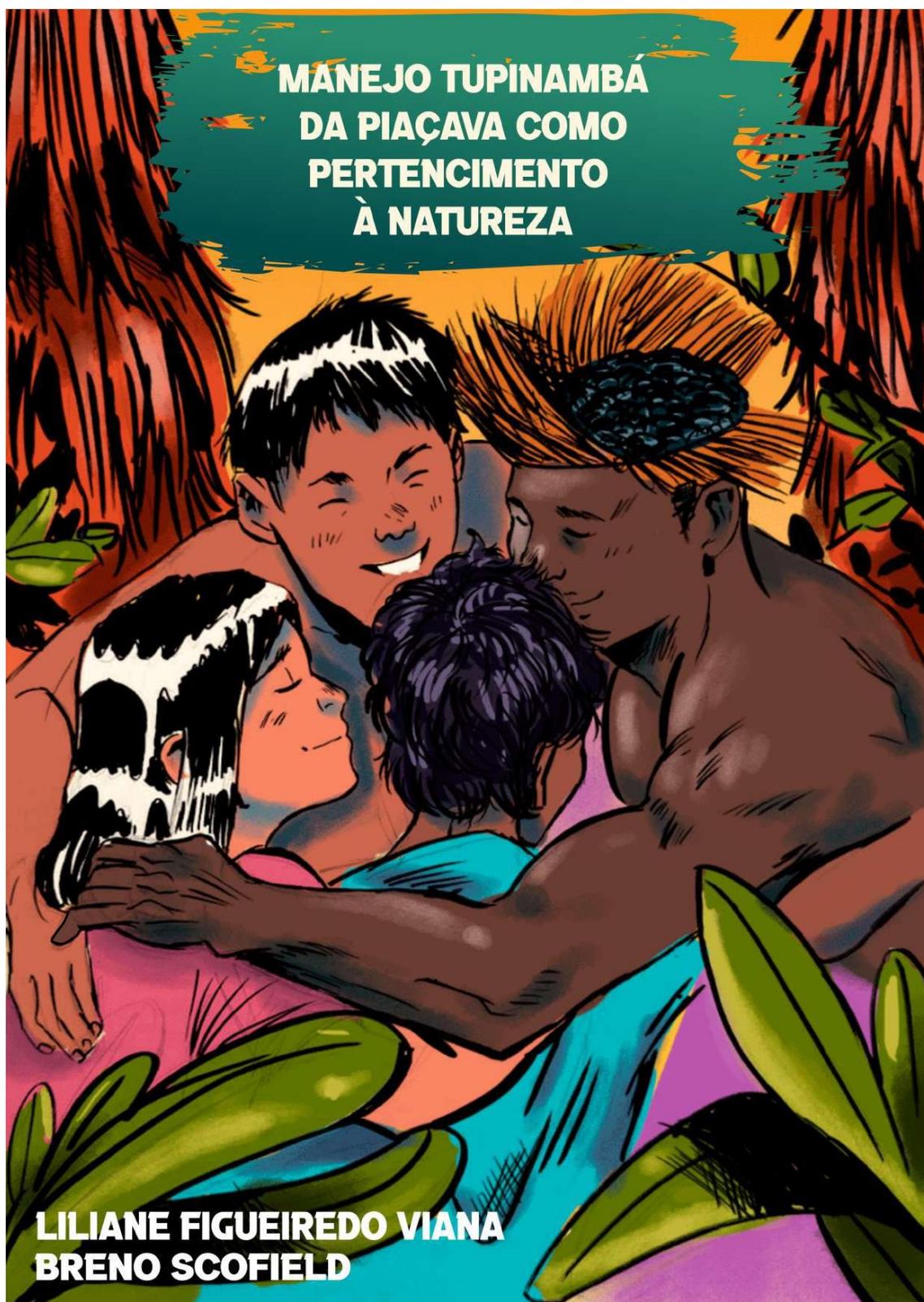
Porém, a HQ não deixa de falar/mostrar a resistência, (re)existência e os encantamentos existentes no pertencimento Tupinambá à natureza. Por isto o título: *Manejo Tupinambá da Piaçava como Pertencimento à Natureza*

O objetivo é apresentar a História em quadrinhos com a dissertação como um todo para as quatro Escolas Indígenas de Olivença e para as Escolas não indígenas. Assim, como as oralidades que já estão acessíveis como domínio público no *youtube*, no caso da HQ a ideia é disponibilizá-la em arquivos PDF e Arquivos de Imagem também pela *internet*. Aliás, envio em anexos a esta dissertação a H.Q

Sei das dificuldades econômicas em fazer publicações físicas da HQ. Porém, claro que irei tentar inspirada na canção Tupinambá que diz:

*A Luta é Grande
A Luta é Sagrada
Mas, com Fé em Tupã
Enfrentamos qualquer parada.
Até a Terra ser Demarcada
Somos Tupinambá*

4.1. 4.2. HQ: “MANEJO TUPINAMBÁ DA PIAÇAVA COMO
PERTENCIMENTO À NATUREZA



**MANEJO TUPINAMBÁ
DA PIAÇAVA COMO
PERTENCIMENTO
À NATUREZA**

**ROTEIRO
LILIANE FIGUEIREDO VIANA**

**ARTE
BRENO SCOFIELD**





EM 1500 QUANDO CABRAL CHEGOU NO BRASIL, PERO VAZ DE CAMINHA ESCREVEU SOBRE A TERRA, RELATANDO O POVO AQUI ENCONTRADO, COMO TAMBÉM SUAS IMPRESSÕES SOBRE AS PALMEIRAS.



O QUE CHAMAVAM DE DESCOBRIMENTO DO BRASIL, FOI MARCADO POR UMA INVASÃO CULTURAL E AMBIENTAL NA TERRA INDÍGENA.

NESSA PERÍODO OS POVOS
INDÍGENAS JÁ REALIZAVAM
O MANEJO DA PIAÇAVA NATIVA.



ELAS UTILIZAVAM
PARA DIVERSOS
FINS, SABENDO
ATÉ TINGIR DE
VÁRIAS CORES
OS PRODUTOS
QUE FAZIAM.



RESISTÊNCIA E
(RE)EXISTÊNCIA



MAS FOI EM 1818 QUE ALGUNS VIAJANTES E
BOTÂNICOS VISITARAM A VILA DE OLIVENÇA
PARA PESQUISAR A FABRICAÇÃO DE PRODUTOS
COM A PIAÇAVA, A FIM DE UTILIZAR COMO
CORDAS PARA NAVIOS.





EM MEADOS DO SÉCULO XIX A PIAÇAVA AFLOROU COMO UM IMPORTANTE PRODUTO NA EXPORTAÇÃO DA BAHIA, E FOI A PARTIR DESSE PERÍODO QUE A PIAÇAVA ALCANÇOU OUTROS OLHARES ...

ENTÃO, DE UM LADO TEMOS OS POVOS ORIGINÁRIOS COM UM OLHAR DE PERTENCIMENTO E PROTEÇÃO A NATUREZA E DO OUTRO LADO TEMOS OS FAZENDEIROS COM UM OLHAR MERCADOLÓGICO E DE PRODUTIVIDADE.



A PIAÇAVA NÃO GOSTA DE ILERA!



UM OLHAR DE PRODUTIVIDADE.



A COMUNIDADE TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA TEM CONSCIÊNCIA DO QUE A TERRA SENTE, QUANDO O PIAÇAVEIRO FALA QUE A PIAÇAVA NÃO GOSTA DE ILERA, NOS FAZ ENXERGAR QUE OS HOMENS BRANCOS E DO PODER QUEREM TRANSFORMAR EM MERCADORIA



O MANEJO DA PIAÇAVA É UM TRABALHO MUITO ARRISCADO, OS INDÍGENAS ENCONTRAM INSETOS, COBRAS, ESCORPIÕES.



POR VEZES PODEM SOFRER CORTES DE FACÃO. POR ISSO, ANTES DE ENTRAR NA MATA, OS INDÍGENAS PEDEM PROTEÇÃO E TOMAM ALGUNS CUIDADOS PARA REALIZAR A RETIRADA DA FIBRA.

AO RETIRAR A PIAÇAVA, O INDÍGENA BORRIFA ÁGUA PARA CONSEGUIR MANUSEAR A FIBRA. APÓS ISSO, OS INDÍGENAS REALIZAM A VENDA OU PRODUZEM ARTESANATOS DA FIBRA E DA BORRA DA PIAÇAVA.

NOTARAM QUE O INDÍGENA ESTÁ USANDO ROUPAS E BONÊ? QUEM DECIDE QUEM É INDÍGENA OU NÃO? QUEM DECIDE A COR DA PELE DO INDÍGENA?



O INDÍGENA PODE SER NEGRO, FAZER USO DO CELULAR, TER CABELO CRESPO E ISSO NÃO FAZ O INDÍGENA DEIXAR DE SER INDÍGENA.



ISSO NOS MOSTRA, QUE EXISTE UMA DINÂMICA CULTURAL, QUE A CULTURA NÃO ESTÁ CONGELADA.





NA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA ALGUNS INDÍGENAS TRABALHAM COM ARTESANATOS UTILIZANDO A PIAÇAVA. PARA COBRIR UMA OKA, CABANA OU ESPAÇO DE LAZER, OS POVOS ORIGINÁRIOS FAZEM O PENTE QUE É FEITO DA BORRA.



CERTA VEZ, UM INDÍGENA CONTOU QUE ... VOCÊ COLOCA UMA MADEIRA DE DOIS METROS E MEIO E AÍ VOCÊ PEGA A BORRA INTEIRA E JOGA POR CIMA E VEM TECENDO,



JOGA UM TANTO E VEM TECENDO, COM A LINHA SEMPRE ENTRELHANDO NA PARTE DEBAIXO E AÍ PRONTO, VAI FORMAR O PENTE, FORMANDO O PENTE VOCÊ PODE COBRIR QUALQUER COISA.



MESMO COM TODA
PERSEGUIÇÃO OS
TUPINAMBÁ NUNCA
DEIXARAM DE
MANEJAR A PIAÇA



COMO ELES CANTAM: "A LUTA É GRANDE E SAGRADA. COM FÉ EM TUPÃ ENFRENTAMOS
QUALQUER PARADA. ATÉ A TERRA SER DEMARCADA"



AWÊRÊ!

FIM



V – FRUTO (PRODUTO) EDUCACIONAL:
DIÁLOGOS/ORALIDADES PIAÇAVEIRAS TUPINAMBÁ



5.1. APRESENTAÇÃO: DIÁLOGOS/ORALIDADES PIAÇAVEIRAS TUPINAMBÁ

Desde o início da dissertação sempre me preocupei com a escrita. Sabia/sei dos limites das palavras grafadas quando se trata de oralidade. Ao mesmo tempo, desejava que o protagonismo indígena em suas linguagens estivesse presente.

Como analisa Angatu (2021), “a escrita, por mais perfeita que fosse”, não dá conta dos saberes ancestrais em suas relações com a encantada natureza. Por isto, ciente dos limites das palavras escritas, procurei nas transcrições que seguem ser mais “fiel” possível as oralidades expressas por Ronaldo Tupinambá, Jorge Tupinambá, Seu Carlos Tupinambá e Maria Tupinambá.

Assim, claro que as transcrições não são idênticas as falas que envolve gestos, olhares e silêncios. Por isto acredito que o mais próximo mesmo do ideal é assistir as gravações disponíveis nos links do youtube. Digo mais próximo do ideal porque nada como o diálogo presencial. Entretanto, mesmo assim sempre existirá o filtro de nossa audição/visão atravessada sociocultural e espiritualmente pelas vivências e concepções que possuímos consciente ou inconscientemente.

Lembro que por causa do cenário pandêmico que exigia/exige distanciamento social precisei rever os percursos que trilharia entre as Pindobas Pïa’sawa, as pessoas Piaçaveiras, as Comunidades Tupinambá e as Escolas Indígenas. O professor Casé Angatu ficou responsável pelas gravações. Como já explicamos, isto ocorreu porque o professor é indígena, morador da Aldeia Gwarĩni Taba Atã (Território Tupinambá de Olivença) e já estava dialogando cotidianamente com as pessoas entrevistadas.

Ressalto ainda que na ocasião dos diálogos (30/05/2021 e 23/12/2021) todas as pessoas ouvidas já haviam tomado as duas doses da vacina contra a covid-19. Do mesmo modo, já participavam de atividades coletivas na Comunidade como a Caminhada Tupinambá realizada 30/02/2021, entre outras ações: mutirões, roças coletivas, feitura comunitária da farinha, reuniões, seminários, rituais.

Naquela conjuntura, de acordo com as informações das pessoas

Caciques e Lideranças, não havia mais casos de covid-19 na Comunidade. Mesmo assim todas as precauções foram tomadas como: utilização de máscara e/ou distanciamento físico na hora da entrevista; álcool gel; e os diálogos serem conduzidos por alguém da própria Comunidade (Prof. Casé Angatu).

Foram realizadas então as gravações em vídeos pelo celular e notebook com as pessoas piaçaveiras, sempre contando com a plena concordância delas. Autorizaram também tornar as gravações como domínio público pelo *youtube* a partir de um Projeto desenvolvido pela própria Comunidade da Aldeia Gwarĩni Taba Atã no sentido de registrar as memórias dos manuseios Tupinambá daquelas pessoas indígenas. Esses vídeos também serão utilizados como parte do Pós-Doutoramento do Prof. Casé Angatu junto ao Programa de Psicologia da Universidade Estadual Paulista (PPGPsico/UNESP/Assis).

Penso que as oralidades (gravadas e escritas) aproxima o leitor deste trabalho de dimensões dos modos de viver, pensar e manusear a piaçava. Porém, também vem à tona a forma originária de sentir a natureza/terra como pertencimento. Por isto penso que os movimentos corporais durante as gravações são tão fundamentais. Evidenciam-se ainda as resistências e (re)existências em relação aos ataques que sofrem os Tupinambá.

As oralidades das pessoas piaçaveiras não foram compreendidas aqui como anexos, ilustrações e/ou fontes para comprovarem concepções e conceitos pré-estabelecidos. As oralidades conduziram grande parte deste trabalho em sua busca por decolonizar os olhares sobre o manuseio da piaçava, bem como por apresentarem dimensões da resistência e (re)existência dos Tupinambá como Povo e pelo Território.

Só não foram mais utilizadas no transcorrer da dissertação por terem sido recolhidas ao findar da redação deste trabalho. Mesmo assim, ouvir e vê as pessoas indígenas piaçaveiras fez com que seus diálogos atravessassem a minha escrita que foi revista o tempo todo a partir das ressonâncias das falas originárias.

Gosto de pensar nesse processo como diálogos e não como entrevistas. A proposta do roteiro utilizado não foi de perguntas e respostas, mas de diálogo entre parentes por serem todas as pessoas envolvidas indígenas. Na construção do roteiro procurei construir um diálogo que não se tornasse uma somatória de perguntas para uma dissertação. Por isto os diálogos escritos foram conduzidos

pelas conversas. Observo que optamos (eu e meu orientador) em não colocar nesta dissertação o roteiro de diálogos para que a dinâmica da conversa fosse mais expressiva.

Ao assistir as gravações tive um olhar circular, observei as falas, os silêncios, a estética corporal, o cenário e as temporariedades. Como ensinam algumas pessoas estudiosas da oralidade: nas conversas a memória se move entre o passado e o presente. A oralidade trás o movimento das memórias e por isto os silêncios se tornam também tão importantes.¹³

Além do domínio público, a intenção de disponibilizar pelo *youtube* os diálogos em vídeo é que eles também possam ser utilizados como material didático-pedagógico nas escolas e em outros espaços educacionais. Aliás, assinalo que a forma mais didática-pedagógica escolar é utilizar as gravações.

Espero também que os diálogos possibilitem aproximações e quebra de preconceitos em relação aos Tupinambá nesta região (Sul da Bahia) onde ainda encontramos pessoas que questionam a legitimidade étnica e territorial deste Povo. Lidar com gravações é uma forma de se aproximar do espaço, fala, temporalidades e os corpos daqueles que conversam:

As palavras [Íe' Enga] são essenciais para as culturas e memórias indígenas, e estão presentes em diferentes linguagens que não se restringem à escrita ou à fala. São expressões que aparecem em nossos cantos, olhares, gestos, moradia, maneiras de alimentar, corpo, anga (alma), pinturas, colares, cocares, formas de se relacionar com a natureza, plantar, colher, pescar, rituais, curas, sonhos e nos silêncios indígenas (AYRA TUPINAMBÁ E ANGATU, 2019, p. 232-233).

Mesmo ciente dos limites da escrita como ponderei acima, nas transcrições das oralidades apresentadas adiante procurei tomar o máximo cuidado para manter as expressões das pessoas piaçaveiras a fim de se aproximar da “íe enga awa ou nheega awa - fala de índio” (AYRA TUPINAMBÁ E ANGATU, 2019).

¹³ Quase todas as pessoas indígenas autoras que citamos neste dissertação falam das memórias e oralidades originárias. Além delas também lemos autores não indígenas como: BOSI, 1994 e NORA, dezembro/93.

Durante os diálogos foi possível observar várias inquietações, maneiras de falar e se movimentar das pessoas piaçaveiras. Uma delas é o pertencimento à natureza entendida como território:

[...] quando você pensa a terra como território pensa nela como sagrada e não como unidade produtiva ou lugar para produzir [...] pensa a terra como lugar para estar, para se sentir bem, para fazer seu culto, para fazer seu ritual. O estado, o sistema e o mercado não vão te querer bem e serão contra você.¹⁴

Como fala Seu Carlos Tupinambá:

[...] se eu pudesse mesmo, meu dia a dia era trabalhar com meus parentes e com meus filhos. Porém eu não tenho condições ... não tenho recursos para ficar trabalhando aqui direto, tenho que trabalhar para o branco [...] (Fonte: SEU CARLOS TUPINAMBÁ. 30/05/2021).

Seu Carlos Tupinambá, Maria Tupinambá, Jorge Tupinambá e Ronaldo Tupinambá falam que o lugar deles é no Território, em meio à Natureza e tecendo seus manejos, como por exemplo: manuseando a piaçava; fazendo dendê; óleo de coco; cuidando das roças; fabricando farinha de mandioca; pescando; criando artesanato; etc.

Os Diálogos/Oralidades Piaçaveiras Tupinambá aparecem na sequência cronológica e temporal de quando foram realizados:

RONALDO TUPINAMBÁ JOSÉ DOS SANTOS

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Ronaldo 30 05 2021. In: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=P4udBrZOE0&t=50s> . Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

¹⁴ ANGATU, Casé. Fala intitulada “Cosmovisões: Olhar De Um Indígena - Relações Entre Humano, Natureza e Anga”. In: *20º Festival de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil* (Sesc Pompeia, São Paulo). 12/01/20218.

JORGE TUPINAMBÁ DOS SANTOS

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Jorge 30 05 2021.

In: *Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7MaCvgV-W0&t=18s> . Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

SEU CARLOS TUPINAMBÁ

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos 30 05 2021. In: *Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=O7XlrnPDmiw&t=1s> . Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

SEU CARLOS TPINAMBÁ & JORGE TUPINAMBÁ

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos e Jorge 30 05 2021. In: *Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=gXkcnW6eDJ4&t=31s> . Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

MARIA TUPINAMBÁ DA CONCEIÇÃO ARAÚJO

Depoimento – Maria Tupinambá e o Manejo Indígena Ancestral da Piaçava na Território Tupinambá Olivença 23/12/2021. In: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=58kjo5DPzsk&t=918s> . Acesso em 23/12/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Tupã entre Águas de Olivença – Acuípe de Baixo -
– Sirihya – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

5.2. DIÁLOGOS/ORALIDADES PIAÇAVEIRAS TUPINAMBÁ

RONALDO TUPINAMBÁ JOSÉ DOS SANTOS



YouTube^{BR}

Pesquisar



Piaçava e o manejo Tupinambá Olivença/BA: Ronaldo 30 05 2021

Fotografia 10: Ronaldo Tupinambá. Acervo/Fonte/Autoria: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena. Data: 30 05 2021.

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Ronaldo 30 05 2021. In: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4udBrZOE0&t=50s> .

Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Nome: Ronaldo José dos Santos

Idade: 53anos

Endereço: Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Casé: Antes de tirar a Piaçava se pede licença?

Ronaldo: Antes de entrar na mata, nós temos que pedir licença a Deus e permissão a todos os orixás, porque é um trabalho muito perigoso.

Casé: Por que você diz que é perigoso?

Ronaldo: Porque nesse trabalho, a gente corta tala para sentar em cima, a gente encontra muito inseto, cobra. Então é um trabalho muito arriscado, aí é um trabalho que a gente tem que muito (não entendi) a Deus.

Casé: Então você pode dizer que a Piaçava é própria da natureza, não é isso?

Ronaldo: Ela é própria da natureza

Casé: E não é qualquer um que pode tirar né?

Ronaldo: Não é qualquer um que pode tirar, porque muitas vezes também, quem não sabe tirar, aí só vai prejudicar a própria natureza, que é os pés de Piaçava.

Casé: Então pode-se dizer que é uma situação de pertencimento, que vocês são daqui, então vocês pertencem a área.

Ronaldo: É, porque nós somos daqui nós pertence da área, nós colhe a Piaçava e zela dos pés para eles ter, cultivar para até (pausa) vamos supor: eu já estou com 53, aí não sei quanto vou viver, mas tem meu neto, pode vim um bisneto e eles cuidar e colher a Piaçava.

Casé: Você sabe se tem fazenda de Piaçava aqui na região:

Ronaldo: Aqui nessa região tem uma fazenda de Piaçava, mas lá foi porque eles plantaram e a gente, a nossa aqui, todos são produtivos. Aqui foi nativo, foi caindo, vai nascendo e nós vai colhendo. Vai colhendo de acordo com a natureza.

Casé: Quando tira a Piaçava, como é o processo de vender?

Ronaldo: Nós tira a Piaçava, ela vem (pausa) ... você sabe que ela tem a borra e o linho. Aí nós tem que separar a borra e o linho, aí vende a borra separada e o linho separado.

Casé: Mas vocês tem o hábito de jogar água para poder melhorar o manuseio?

Ronaldo: bafora um pouco de água nela, porque quando você vai amarrar, aquela poeira sai muito. E ali prejudica, porque (não compreendi) e tá entrando muito na (pausa) ... aí você joga um anseio de água, aí pega amarra e pronto.

Casé: Existe algum controle da vegetação, Ronaldo? Não precisa plantar piaçava não é isso?

Ronaldo: Não, a Piaçava é nativa.

Casé: E a retirada da fita, da fibra e do coco retira também ou só ... o que retira basicamente da Piaçaveira?

Ronaldo: Da Piaçaveira, retira a piaçava, a borra e os frutos, que é os cocos.

Casé: E os cocos, o que vocês fazem com os cocos?

Ronaldo: O coco a gente parte, tem um coquinho dentro que é gostoso e a gente parte para comer e os outros ... caem debaixo dos pés, é o que nasce, aí fica nativo aí.

Casé: Então não existe um plantio de Piaçava né, vocês não fazem um plantio, é nativo não é isso?

Ronaldo: Aqui é nativo, é natural daqui. A gente vai aí hoje, a gente ver um pezinho pequeno, daqui há dois anos, três anos você vai já tá uma bananeira, você já começa a tirar.

Casé: E essa coisa de fazer fazenda de Piaçava, você concorda?

Ronaldo: Não concordo, não.

Casé: Por que?

Ronaldo: Eu não concordo porque aí ele tá fazendo a vegetação demais. Porque tá plantando ilera a Piaçava e a Piaçava não gosta de ilera.

Casé: O que significa essa palavra que você falou

Ronaldo: Ilera é assim, porque ele planta de 2 em 2 metros um pé de Piaçava e cultiva todas dentro, então quer dizer que ele tá cultivando, só tá a Piaçava, não nasce um arvore, não nasce nada de outra madeira nenhuma e essa aqui é natural nossa, é arvore no meio da Piaçava, é uma que tem um pé de pomba, aqui tem uma sucupira, maçaranduba e ela tá no meio, então quer dizer que é uma área fechada.

Casé: Você também trabalha na Oka Katuana.

Ronaldo: Trabalho.

Casé: Uma professora da Oka Katuana certa vez disse que a Piaçava estava sumindo das matas Tupinambá, o que seria interessante para não deixar ela sumir e se isso tá acontecendo.

Ronaldo: Sumiu porque chegou uma estação que tocaram muito fogo nas matas e aí o fogo pegou na mata e saiu queimando e Piaçava não aguenta, aí morreu muitos pés de Piaçava.

Casé: Então não é pelo manejo incorreto de vocês? É pelo fogo

Ronaldo: Não, é pelo fogo.

Casé: Quem é o comprador da Piaçava? Quem geralmente compra?

Ronaldo: Aqui tem muito comprador de Piaçava, mas não são fazendeiros. É o próprio indígena que compra.

Casé: Ele compra e faz o que? Ele vai revender aonde?

Ronaldo: Ele revende, tem um rapaz que pega aqui, um rapaz chamado Uilton****. Aí ele ... todos aqui tira Piaçava e repassa para ele e é ele que trabalha com a Piaçava.

Casé: Além da venda da Piaçava, você conhece alguém que trabalha com artesanato da Piaçava? Faz algum artesanato?

Ronaldo: Artesanato só na aldeia Valdelice que tem um cunhado dela que faz artesanato.

Casé: Lá o que seria? como seria? Seria telhado? Como seria isso?

Ronaldo: Faz telhado, ele faz pente de Piaçava, bota uma ripa e vem com a Piaçava, coloca, aí vem o nylon, aí você vai tecendo e você faz o pente, aí vai para fazer a cobertura.

Casé: Esse pente serve para que geralmente?

Ronaldo: Cobertura de cabana, de casa, de tudo.

Casé: Com a covid 19, com a pandemia isso interferiu alguma coisa? Na retirada ou não?

Ronaldo: Interferiu

Casé: Por que? Como?

Ronaldo: Muitos senhores de idade ficaram com medo de sair para ir colher a Piaçava.

Casé: Toda Piaçava retirada é vendida ou não?

Ronaldo: A Piaçava é vendida porque a gente transforma ela né, a gente faz vassoura. A gente faz a vassoura para vender, aí a borra a gente utiliza para cobrir uma cabana ou uma Oka.

Casé: Todo mundo diz que retirar Piaçava é um serviço bruto, porque seria isso?

Ronaldo: É um serviço muito grosseiro, você não tem segurança.

Casé: Quais seriam os perigos?

Ronaldo: O perigo é que você não pode ir tirar a Piaçava sozinho, tem que ter um acompanhante. Porque chegando lá você vai ter que colocar um gancho para subir no pé de Piaçava. Aí pode aquele gancho cair para você descer, vai ficar no pé de Piaçava.

Casé: Existe mulheres retirando Piaçava?

Ronaldo: Existe

Casé: Você conhece alguma? Pode falar o nome de cabeça assim?

Ronaldo: O nome dela eu não sei, mas o apelido é Tifio que trabalha na cerraria.

Encerramento: Casé: Agradecer aqui o Ronaldo. Ronaldo é indígena Tupinambá de Olivença, ele trabalha na Oka Katuana, a criançada lá adora ele. Todo mundo aqui da comunidade adora ele e a família dele. A família dele é uma das principais arrimo aqui da comunidade Tupinambá.

JORGE TUPINAMBÁ DOS SANTOS



Pesquisar



Piaçava e o manejo Tupinambá Olivença/BA: Jorge 30 05 2021

Fotografia 11: Tupinambá. Acervo/Fonte/Autoria: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena. Data: 30 05 2021.

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Jorge 30 05 2021. In: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7MaCvgV-W0&t=18s> .

Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihya – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Nome: Jorge dos Santos

Endereço: Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihya – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Idade: Não respondeu

Casé: Desde quando você mexe com Piaçava?

Jorge: Eu mexo com Piaçava desde os 15 anos por ai de idade, certo que já fiz outros trabalhos, mas meu foco mesmo é a Piaçava.

Casé: E quando você tira a Piaçava, quando você vai para mata, você pede a licença para alguma fé que você tem?

Jorge: Em primeiro lugar a gente que mexe com Piaçava e natureza, você tem que pedir permissão a Deus né, força e inclusive a natureza proteção. Esse também é nosso objetivo.

Casé: Você considera o serviço de Piaçava um serviço perigoso?

Jorge: Bem ... para muitos é, para outros não. Porque quando se trata de trabalho a maioria deles tem seus altos e baixos, imprevistos e acidentes. Na Piaçava a gente tá acostumado né, que você pode também sofrer corte de facão, você pode sofrer uma mordida de escorpião, talvez uma cobra. Mas você já entra na mata pedido livramento já por causa disso, acidentes ... e você também tem que tomar seus cuidados, tem que tá calçado né, tudo direitinho.

Casé: Você já sofreu algum acidente? Já enfrentou algum desses bichos? Que bichos seriam esses?

Jorge: Eu já tomei mordida de escorpião né, cobra graças a Deus nunca. Mas a gente já encontrou coral, jaracuçu, jararaca em cima do pé de Piaçava. Caças também, Luiz cacheiro, saruê, tudo isso a gente encontra lá. Porque na verdade lá é casa dos bichos, a gente que vai lá sempre dá uma mexidinha lá para tentar sobreviver.

Casé: E quando você vai, você vai como? Vai com a sua família ou sozinho?

Jorge: Sempre vou com os meus filhos, mas filhos tá sempre mais eu, às vezes sozinho né, mas sempre acompanhado. É sempre bom você tá com alguém, ainda mais quando se trata de mata.

Casé: Você sabe se tem mulher que tira Piaçava?

Jorge: Tem.

Casé: Você conhece alguma?

Jorge: A minha mesmo tira.

Casé: Ela sobe no pé?

Jorge: Não, ela tira os baixinhos, mas tem umas que sobem aqui. Hoje em dia não né, que já estão de mais idade, mas já tiraram.

Casé: O pessoal disse que tem fazenda de Piaçava, você sabe disso?

Jorge: Tem. Tem fazenda de Piaçava.

Casé: E o que você acha?

Jorge: Bom ... aqui é o seguinte, a Piaçava na verdade é uma planta nativa, só que já teve fazendeiro que cultiva, não vou citar nomes né, mas aqui na sapucaieira mesmo tem área grande que já tem Piaçava cultivando e gente desempregada trabalhando cortando Piaçava.

Casé: Você trabalharia numa fazenda dessa?

Jorge: De acordo com a necessidade e precisão eu poderia ir, mas não a favor da minha vontade. Porque pra mim eu acho que a gente tem a planta nativa e você deve cortar pra você né, vender sua Piaçava que é nativa. Já que eles

plantaram, eles podem fazer o trabalho dele e empregar se quiser. Mas eu não iria não.

Casé: Muita gente tá dizendo que a Piaçava tá deixando de existir, será?

Jorge: Não, não, não tá. Pelo menos aqui na nossa região não tá.

Casé: Quando você tira a Piaçava o que você usa? O que você usa do pé da Piaçava, o coco, o que mais?

Jorge: A gente mesmo aqui na nossa região, a gente usa mais a Piaçava em si e a borra. Que ela depois de limpa, você vai separar a borra e Piaçava e ainda os tocos. O que é os tocos? Os tocos é aquela parte de fita que a gente cortou no ano passado e esse ano ela desenvolveu e deu pedaços desse tamanho - (fez um gesto com as mãos de tamanho médio). Esse pedaço é tirado primeiro para depois tirar as fitas e aí tirando as fitas você vai trazer a Piaçava para casa e limpar, então você vai ter: tocos que é a Piaçava de segunda. As fitas que é a Piaçava de primeira e a borra. Cada um desse tem seu preço.

Casé: Você vende tudo isso é?

Jorge: Tudo isso.

Casé: Qual a parte mais cara da Piaçava?

Jorge: A parte mais cara hoje tá as fitas que tá mais cara. A borra também tá com o preço bom. A borra tá quase acompanhando o preço das fitas.

Casé: Assim, só para curiosidade das pessoas, você poderia falar o valor mais ou menos?

Jorge: Posso sim. A segunda a gente tá vendendo de R\$25,00 16 quilos, 16 quilos aqui é arroba de Piaçava, quando se trata de arroba, arroba é 16 quilos. Todos eles têm 16 quilos, tanto a Piaçava, como a borra e esses tocos que a

gente chama de Piaçava de segunda. As fitas tá R\$40,00 os 16 quilos que é uma arroba e a borra a gente tá entregando de R\$35,00 que é 16 quilos uma arroba.

Casé: Você sabe ou conhece alguém que sabe fazer artesanato de Piaçava aqui na região?

Jorge: Aqui na região da gente não, aqui eles mexem mais com pentes né, mas acho que o pente tá mais por fora do artesanato.

Casé: Explica o que seria o pente para o pessoal que não sabe.

Jorge: O pente de ... é feito da borra. Você estende ... bota uma madeira de 2 metros e meio e aí você pega a borra inteira e joga por cima e vem tecendo, joga um tanto e vem tecendo, com a linha sempre entrelhando na parte debaixo e aí pronto, vai formar o pente, formando o pente você pode cobrir qualquer coisa. (Fazia gestos de tecer o pente).

Casé: Tipo o que?

Jorge: Cabana, sua própria casa, uma varanda, um espaço de lazer. Qualquer coisa que você quiser.

Casé: E a chuva não entra?

Jorge: De jeito nenhum.

Casé: O pessoal diz aí que o coco da Piaçava vocês não usam.

Jorge: Não, aqui na região não, mas ele é bem procurado para carvão, pessoas que usam também em artesanato que a gente sempre ver ... faz desenhos. É que aqui na região a gente não faz.

Casé: A pessoa que compra você conhece? É da região? É índio ou não é indígena?

Jorge: É nativo da região, mas não sei se tá junto da comunidade, mas é bem velho aqui.

Casé: Você acha que o preço é justo?

Jorge: Bom ... poderia ser mais caro né (risos) mas tá bom, pra gente ... (fez gestos com a mão).

Casé: Por que vocês molham a Piaçava?

Jorge: A gente molha é ... o serviço dela depois que a gente tá manuseando e for amarrar a Piaçava seca, você não aguenta com a poeira não, então aquela água é para baixar a poeira e na hora de beneficiar lá no galpão né, ela precisa tá molhada senão os meninos que vai limpar lá não aguenta muita poeira, então ela tem que ser molhada. Aí depois de molhada, de bem beneficiada ela entra no forno seca todinha de novo para sair pra onde eles fazem a vassoura, uns diz que faz pólvora.

Casé: Isso que eu ia perguntar mesmo, o que faz com a Piaçava?

Jorge: Na verdade a vassoura e dizem também aí que pelo que a gente sabe que é um dos ingredientes da pólvora, acredito que sim. Mas eu comentei se caso fosse ingrediente da pólvora mesmo talvez teria outro valor, poderia ter valor alto lá fora, mas não pra gente aqui. Mas eu acho que faz, tenho convicção disso.

Casé: A Piaçava não desmata a natureza né?

Jorge: Não, de jeito nenhum, pelo contrário. A Piaçava é um bem da natureza e bem pra gente também que a gente vive disso. Mas você chegou lá cortou direitinho ela não vai dar problema nenhum, pelo contrário vai te ajudar, tanto para você como para os bichos, as pacas e os cutias que se alimenta do coco né, e os animais que mora em cima que eu falei: cobra, escorpião, saruê.

Casé: Quantas pessoas da sua família vai junto com você?

Jorge: Vai dois, as vezes os três. Eu, minha mulher e meus dois filhos.

Casé: Vocês estão morando aqui na aldeia Gwarini Taba atã né?

Jorge: Exatamente.

Casé: Vamos agradecer ao Jorge a entrevista ...

Jorge interrompe: E tem também a parte que a gente fala com quanto ela produz.

Casé: Fique à vontade, eu ia até falar que se ele quiser falar mais alguma coisa, fica à vontade.

Jorge: Perfeitamente, assim ó ... a Piaçava para quem talvez não conheça aí, já falei que ela é nativa da região e ela produz de quatro a cinco palhas por ano, a gente tira ... colhe aqui com um ano e meio, talvez dois, porque o rendimento lá tá bem saudável, uma Piaçava firmeza, Piaçava de doze fitas, já que ela produz de 4 e 5 palhas por ano de acordo com a idade, seja um pé de Piaçava adulto ... então é isso. As pessoas falam que dá oito quilos, a gente pode até desacreditar disso aí, porque varia de quatro, cinco quilos, 16, 20 quilos talvez um pé de Piaçava adulto. Então de quatro a cinco palha por ano é o que ele bota. E nunca tira a Piaçava toda do pé, sempre deixa três fitas lá, dá-se o nome de reserva. Deixa três fitas lá no pé, e aí pronto, de acordo que você chegar lá com seis meses você já tem alguma fitinha lá pra você ir trabalhando.

Casé: De quantos e quantos meses é pra tirar Piaçava do mesmo pé?

Jorge: Você tira assim na base de um ano e meio, de um ano e um ano ou então de um ano e meio e um ano e meio.

Casé: Quantas vezes?

Jorge: Ela é colhida uma vez por ano.

Casé: Ah, então tem que ter bastante pé de Piaçava (risos)

Jorge: Tem muito, tem bastante. Você tirou um lado, quando termina um lado o outro já tá bom, é assim.

Casé: Agradecimento ao Jorge que deu essa entrevista para gente, dizer muito obrigado, que é um serviço que tem que ser qualificado e tem significado e as pessoas têm que conhecer, muita gente usa a Piaçava e não sabe a origem e quem é produzido. Jorge mora aqui na nossa comunidade Tupinambá de Olivença. AWÊRÊ AIÊNTÊN.

SEU CARLOS TUPINAMBÁ



Piaçava e o manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos 30 05 2021

Fotografia 12: Seu Carlos Tupinambá. Acervo/Fonte/Autoria: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena. Data: 30 05 2021.

Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos 30 05 2021. In: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7XlRnPDmiw&t=1s> .

Acesso em 30/05/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Nome: Carlos

Idade: 55 anos

Endereço: Aldeia Gwarĩni Taba Atã – Sirihyba – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Carlos: Meu nome é Carlos tenho 55 anos e convivo na aldeia Gwarini Taba Atã, eu e minha família e trabalho pro branco porque é o jeito, não tem outra solução. Mas eu convivo aí, os meus meninos tira Piaçava. A Piaçava é uma coisa muito boa né, que a gente vive com ela né, como serve pra gente, como serve para os bichos também, saruê etc. Vários tipos de insetos e coisas para nosso alimento. Então muitos parentes vive mais da Piaçava, e a Piaçava gera muito emprego. Agora nós precisamos de um apoio e um ajuda também né, nós precisamos disso. Como tem o coco de Piaçava, que a gente não cata porque não tem com quem vender, não tem uma pessoa assim para mandar a gente catar aqueles cocos secos para fazer um carvão, um artesanato.

Casé: Isso que eu ia perguntar, dá para fazer artesanato do coco?

Carlos: Dá e não tem desmatamento e não precisa desmatar madeira para fazer o carvão. Então se tiver isso aí incentiva os jovens de catar os cocos de Piaçava seco, não os verdes, os secos para fazer o carvão, faz o artesanato né, viver da cultura. Que a Piaçava traz muita coisa, dá muitos bens pra gente, pra gente não deslocar nossos filhos pra cidade, para trabalhar na cidade e trabalha aqui mesmo.

Casé: Além da Piaçava o que o senhor faz na aldeia?

Carlos: Na aldeia eu faço dendê.

Casé: E para fazer o dendê qual seria o processo?

Carlos: O dendê nós temos ... depende da lenha né. Precisa tirar o dendê , precisa de uma escada ou uma pea para subir no pé de dendê, material para a gente não se machucar, e são coisas boas, porque o dendê gera muito emprego direto e indireto para todos nós. Agora ... nós tá precisando de um apoio, uma força.

Casé: Além do dendê o senhor tira mais o que?

Carlos: Aqui eu ajudo os meus meninos a limpar uma Piaçava, que eles tiram ... meus dois filhos tira Piaçava, tem Piaçava lá em casa.

Casé: E o óleo de coco?

Carlos: O óleo de coco também, nós também fazemos o óleo de coco, porém a gente não tem máquina, a gente rala o coco na mão porque a gente não tem máquina e a gente depende disso. Minha esposa também trabalha fora porque depende de uma máquina para ralar o coco, precisa de um apoio.

Casé: O seu fogão como é?

Carlos: Meu fogão é de lenha, fogão de lenha.

Casé: Explica como é seu dia a dia pra gente

Carlos: a gente pega a lenha na mata sequinha bota no fogo para cozinhar o dendê, cozinha o óleo de coco, fritar o óleo de coco para apurar. Lavar as vasilhas direitinho, esterilizar as vasilhas direitinho para poder passar para as pessoas na cidade. E o pessoal procura muito nosso dendê e nosso óleo de coco. É muito procurado.

Casé: Quando o senhor vai para mata pegar dendê, Piaçava e o coco o senhor pede autorização?

Carlos: Peço sim, peço primeiramente a Deus antes de entrar na mata, que ele quer ... ele que ajuda a gente né ... porque a não ser quando a gente entra na mata a gente já tá no perigo. Que tem vários tipos de insetos, tem a jararaca, o escorpião, tem cobra, tem toco, tem tudo. Tem o marimbondo, tem vários tipos de insetos, tem o tapa goela que é o marimbondo pior que nós temos né, que só

pega a pessoa e a pessoa fica sem falta de ar (o correto seria com falta) em tempo de morrer e sai doido atrás de uma água para tomar e aí fica sufocado.

Casé: E tem mangangá?

Carlos: Tem. Na mata tem tudo.

Casé: O senhor já foi picado? Já foi mordido?

Carlos: Não, é mais peito de moça nos pés de dendê. Como eu e como o parente que deu entrevista aqui Jorge, saiu doido correndo ... o peito de moça o amarelinho. É o que mais tem.

Casé: O que é isso?

Carlos: O marimbondo chama peito de moça. O pessoal chama mais de peito de moça. É o amarelinho.

Casé: O senhor acha o preço justo do que o senhor faz, o senhor falou que além da piaçava, o óleo de coco e o dendê, o senhor que é o preço justo que estão cobrando do senhor?

Carlos: É porque ... por enquanto não veio uma pessoa assim ... um empresário para ... uma pessoa assim para afirmar nosso preço do nosso trabalho. Um exemplo: como a Piaçava vem um empresário forte, como exemplo do Rio de Janeiro né, selecionar a Piaçava, como exemplo a borra ... é tudo, a Piaçava né para fazer seu trabalho, que a Piaçava seleciona ela, tem a Piaçava velha e a Piaçava nova para fazer a vassoura, tem a borra velha e a borra nova para fazer os pentes para cobrir as cabanas. Aí já tem o dendê, o dendê é tudo passado pela mão da gente, entendeu? Não vai pegar um dendê sujo pra botar pra cozinhar, um dendê podre não vai botar. Aquelas vasilhas tudo lavada, tudo esterilizada com água morna. Tem que comprar as tampinhas, que a gente não tem tempo para tirar a rolha para poder tampar as garrafas. E aí é bem vendido,

eu acho que é mais ou menos vendido né, que aqui a gente vende o dendê quinze conto o litro, o óleo de coco é sessenta o litro.

Casé: Quanto?

Carlos: sessenta o litro do óleo de coco.

Casé: E o dendê?

Carlos: quinze o litro e não chega.

Casé: Vocês estão vendo aí né gente, olha o preço de quem produz, aí vocês vão comprar num lugar aí, mas do que o dobro do preço e o pessoal reclama do preço como o Jorge falou e o senhor Carlos. Reclama que a Piaçava é cara, mas você ver o trabalha. O senhor já se machucou numa dessas empreitadas dessas aí?

Carlos: Por enquanto não. A gente tem que ter muito cuidado, porque o dendê quando a gente vai tirar a tala dela, ele só desce tipo uma flecha furando a gente e a gente tem que ter cuidado pra não furar a gente, porque se furar a gente pode perder um braço e perder até a vida da gente porque pode pegar uma veia.

Casé: O senhor conhece alguma mulher que tira Piaçava?

Carlos: Conheço lá de Curupitanga, Campo São Pedro. Tizio ela tira Piaçava

Casé: Ela sobe no pé?

Carlos: Sobe, já tirou com o senhor Santos lá, mas seu Nu já tirou Piaçava. Ela é uma guerreira também. Tem meus parentes também que mora em águas de Olivença, Maura tira Piaçava, Maura tira também, agora não sei se tira mais. Dona branca tira também, pessoal velho tira ... a esposa de seu Santos tira Piaçava também. O pessoal de Curupitanga quase todo mundo tira Piaçava.

Casé: Então podemos falar que as mulheres daqui não tem dessa né?

Carlos: Não, tira Piaçava. Não só tira como limpa. Que a maior da parte dos parentes que tira Piaçava, os Piaçaveiros que tira Piaçava eles não gostam de limpar fica mais essa parte para as mulheres para limpar. Eles não gosta.

Casé: Mas tem mulher que sobe no pé?

Carlos: Tem mulher que sobe no pé, ela é guerreira. A mulher é guerreira, agora essa parte aí, a maior parte dos parentes gosta que a mulher limpe, eles não gostam de limpar, gosta que a mulher limpe. Larga a Piaçava lá e já é com ela. Já resolve esse problema.

Casé: O senhor Carlos é uma das nossas lideranças aqui da nossa comunidade, então vou encerrar a entrevista ele dando um recado reivindicando. Fale para gente o que o senhor gostaria de reivindicar para seu trabalho e para o trabalho aqui da comunidade e quem vive aqui na comunidade.

Carlos: Eu mesmo ... se eu pudesse mesmo meu dia a dia era trabalhar com meus parentes e com meus filhos. Porém eu não tenho condições, agora eu tô com uma condição pouquinho que meus meninos estão de maior, porém eles estão dependendo de mim, eles dependem de mim, mas eu não tenho como, não tenho recurso para ficar trabalhando aqui direto, tenho que trabalhar para o branco direto. Seu eu tivesse condição eu tava trabalhando com meus parentes e com meus filhos, mas não tem como, eu não tenho condição. Tenho que trabalhar direto para o branco. Sair cinco horas da manhã para ir pro trabalho e chego de noite.

Casé: o senhor trabalha de que para os brancos?

Carlos: Eu trabalho na construção civil, ne prédio, tô fazendo prédio de quatorze andar.

Casé: Dar um recado para quem quiser ajudar como seria isso, quem quiser colaborar.

Carlos: Colaborar comigo era bom, eu agradecia de coração a pessoa que pudesse me ajudar, eu não tenho estudo sou rude né, é que de primeira as coisas era uma e hoje em dia as coisas é outra né, tecnologia avançada, aí hoje em dia tudo é através da internet, aí eu fico meio apagado. Agora eu tô precisando mesmo de ficar na terra, trabalhando na terra, porque isso aí é para quem tem estudo, quem tem leitura né tá lá na cidade trabalhando, eu já tô um pouco apagado em ficar na cidade.

MARIA TUPINAMBÁ DA CONCEIÇÃO ARAÚJO





Maria Tupinambá e o Manejo Indígena Ancestral da Piaçava na Território Tupinambá Olivença 23/12/2021

Fotografia 13: Maria Tupinambá. Acervo/Fonte/Autoria: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena. Data: 23 12 2021.

Depoimento – Maria Tupinambá e o Manejo Indígena Ancestral da Piaçava na Território Tupinambá Olivença 23/12/2021. In: Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=58kjo5DPzsk&t=918s> .

Acesso em 23/12/2021.

Diálogo realizado na Aldeia Tupã entre Águas de Olivença – Acuípe de Baixo - Sirihya – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Nome: Maria da Conceição Araújo - Maria Tupinambá

Local: Cabana Rio Doce – Aldeia Tupã entre Águas de Olivença – Acuípe de Baixo - Sirihya – Terra Indígena Tupinambá (Olivença/Ilhéus/Bahia)

Casé: Katuara ... Katuara na língua Tupi quer dizer Bom dia, aqui é Casé Angatu, esse trabalho é para Liliane aluna do PPGER ... tá fazendo o mestrado sobre as

peças que tiram a Piaçava, que a Maria vai falar para gente. Primeiro vou pedir para que a nossa convidada, na verdade nós que somos convidados (risos) que nós estamos falando daqui aonde ela mora. Se apresente então ... Qual o seu nome.

Maria: Maria da Conceição Araújo de Oliveira, então ... eu trabalho desde a idade de 09 anos tirando Piaçava. Eu já tirei até 40 arrobas de Piaçava quando eu era mais nova né, hoje eu ainda tiro também e continuo trabalhando ... não tiro mais Piaçava assim por causa que agora trabalho aqui. Mas desde a idade de 9 anos eu ... minha vida ... minha juventude foi mais na Piaçava.

Casé: Aqui ... hoje Maria ... você está morando aqui aonde? Explica para gente aonde é aqui

Maria: Aldeia Tupã

Casé: E hoje você trabalha com uma cabana

Maria: é ... mas as vezes eu vou e tiro uma piaçavinha ainda né

Casé: Quando você falou que é desde 9 anos ...

Maria: dos 09 anos que eu trabalho com a Piaçava, minha juventude foi mais na piaçava, mesmo eu depois de casada, eu trabalhava na Piaçava ... sempre trabalhei na Piaçava. Hoje eu que não trabalho mais, muito. Mas se for preciso eu trabalho

Casé: Como você fazia ... você subia no pé? Explica para gente como seria

Maria: As bananeiras eu tirava de baixo mesmo, cortando e os pés altos tinha gancho, eu subia no gancho e as vezes quando não tinha gancho eu subia no varão ... era, subia no varão.

Casé: E aí você tirava a piaçava e andava quanto tempo ou qual a distância que você andava carregando?

Maria: Rapaz ... olha, tinha lugar por aí que era perto da gente tirar a piaçava, mas tinha lugar que a gente andava mais ou menos uma hora de relógio para gente chegar, era ...

Casé: uma hora de relógio?

Maria: uma hora de relógio!

Casé: carregando na cabeça ...

Maria: Carregando na cabeça!

Casé: Vocês iam em quanto assim ... geralmente?

Maria: as vezes geralmente a gente ia assim 5 ... 6, mais ou menos isso. E agora aqui mesmo, quando eu cheguei na aldeia Tupã, eu ia sozinha ... tinha vezes que eu ia sozinha. Só eu e um cachorro que eu tinha.

Casé: A aldeia Tupã fica entre - o pessoal que não sabe - águas de Olivença e Acuípe. E ia só você sozinha?

Maria: Eu ia sozinha [tirar piaçava], minha mãe sempre ficava falando: ah, não vai não minha filha porque você por aí é arriscado sozinha. Eu falei não, a gente que tem fé no nosso pai Tupã ele nunca vai deixar agente sozinha ... e ele sabe a minha necessidade que eu tenho né, e eu trabalhava para me manter, que nem até hoje eu trabalho para me manter.

Casé: E qual seria o risco quando se tira a Piaçava? O pessoal fala que é um serviço perigoso.

Maria: É um trabalho ... ele é muito perigoso, muito mesmo, porque lá você pode encontrar uma cobra, você entendeu? Quando você já trabalha naquele sentindo ali, você já trabalha já né, prevenido. E quando as vezes os pés estão cheios, ali é que é arriscoso* (palavra que representa risco) que as vezes elas entram e ficam ali dentro, é ... só o pacotzinho da cobra.

Casé: Explica para o pessoal o que seria o pacotzinho da cobra

Maria: O pacotzinho é o jaracuçu, né. Que fica dentro ... da Piaçava. E as vezes tem lacraia que é do filho da cobra, né ... que é a lacraia. Casé: escorpião ... Maria: é escorpião ... é a lacraia é o escorpião! Então, e também é arriscoso a Piaçava porque você sobe lá em cima, ao mesmo instante você pode ... se for um pé baixo ainda é menos mal, mas se for um pé alto e você escorregar lá de cima, né. Caiu lá embaixo, e se tiver toco embaixo, é fatal.... então, e também é assim ... com chuva você tem que ter maior cuidado ... com chuva ela escorrega, entendeu?! As talas escorregam, então você tem que trabalhar com muito cuidado mesmo, porque com chuva é perigoso.

Casé: Você conhece alguém ou você já se machucou?

Maria: Não, a única coisa que já tive muito foi corta na mãe, né, no dedo. Mas eu conheço, tem parente meu que já caiu de piaçava.

Casé: Oh Maria, pouca gente sabe que mulher trabalha na Piaçava, era só você ou tinha outras.

Maria: Rapaz ... é difícil viu Casé, é difícil ... eu tenho as minhas irmãs aí, mas trabalha, mas não é igual a mim. Que eu, a minha juventude foi em Piaçava ... minha juventude foi na piaçava ... trabalhando em piaçava, é ... as vezes até que ... esse que vivo hoje, ele que me tirou da Piaçava, ele disse que era muito arriscado, arriscado que eu ia para mata sozinha, né ... arriscado eu cair lá, acontecer alguma coisa e ninguém sabia.

Casé: Então ... voltando a falar da mata, quando você vai entrar na mata para tirar Piaçava você pede a licença?

Maria: Ah, é claro. Quando a gente sai, a primeira coisa que a gente tem que fazer é pedir ao nosso pai Tupã que nos livra e nos proteja, né?! É isso que tem que fazer, primeiramente, né?!

Casé: Você já encontrou essa Jaracuçu? Essas cobras todas aí?

Maria: Já encontrei, já encontrei até pico de jaca. O povo fala que o pico de jaca é muito valente, mas o pico de jaca só é valente se você mexer com ele. Se você ... ele tiver lá no buraco e você passar, você pode passar dez vezes por cima dele e ele não faz nada.

Casé: E a jaracuçu?

Maria: A Jaracuçu você tem que ter cuidado, se ela tiver também acordada, saí debaixo. A jaracuçu acho que é mais perigosa que o pico de jaca.

Casé: Oh Maria, o pessoal ... tá todo mundo falando que está sumindo as Palmeiras de Piaçava, isso está acontecendo mesmo?

Maria: Rapaz ... some é porque a maioria do ser humano, eles as vezes ... eu não, quando eu vou tirar a Piaçava eu deixo 2 ou 3 fitas, depende do jeito que a Piaçava tá.

Casé: Explica o que é fita.

Maria: A fita é ... é a palha ... aquela ... o linho que tem, que a gente puxa. Aí se tiver 4 fitas, aí você vai e tira 3, deixa uma arriando e a outra do olho, porque se você tira as 4 e só tem aquela do olhinho, ali ela vai indo e ela morre.

Casé: E para não morrer ...

Maria: E para não morrer você tem que deixar duas fitas, uma que tá segura e a outra que vai descendo, aí você deixando daquele jeito, o ano que vem ela vai está boa.

Casé: Depois de um ano?!

Maria: É ... um ano ela vai está boa, agora se você pega e só deixa a fita do olho, aquela que tá lá, que tá subindo ainda... ela já foi.

Casé: Aí você mata o pé ...

Maria: É... mata o pé. Porque muitos não aguenta, porque só tem aquela fitinha lá, aí você só deixa aquela e não resiste. Entendeu?! As vezes vem o besouro, aí oh ... fura e mata. Por isso que acaba.

Casé: Explica para o pessoal que ... muita gente já viu uma reportagem falando que tem fazenda de piaçava. As Piaçavas aqui não são ... são nativas não é isso?

Maria: É nativa ... é ... agora é nativa e quando você também não quer ... que as vezes vai ficando aquelas velhas, aí vocês vão tirando, né?! Aí vai ficando ali, acabando porque ninguém sobe mais. Quando você não quer que acaba, aí você vai começando a pegar plantar, porque quando você planta você vai ter para sempre. Quando você só quer desfrutar o que tem e você não planta

Casé: Então o que se aproveita de uma Palmeira de Piaçava? O coco ... tem o coco, né?!

Maria: Oh, o coco você ... ele planta e você tira, vende, você faz os anéis de coco de Piaçava. **Casé acrescenta:** cachimbo. **Maria:** é, faz o cachimbo, rapaz a Piaçava faz muita coisa, muita coisa mesmo. Então eu acho que a pessoa não deve acabar com a Piaçava, pois ela serve para muita coisa.

Casé: O pessoal pensa que é só aquela cobertura de cabana.

Maria: é não é não, para você tem a borra que é para fazer a cabana e tem a Piaçava que é para fazer a vassoura e faz mais coisas ainda. E se você acaba, aí vai acabar a produção de vassoura e de cabana, vai acabar tudo.

Casé: Agora, para tratar o coco da Piaçava tem que ter uma máquina também né?

Maria: é isso mesmo tem que ter.

Casé: Então para trabalhar o coco da Piaçava seria bom uma máquina, né?! Para fazer o anel, o cachimbo.

Maria: é ... isso, isso.

Casé: Aí Maria muita gente fala também que para qualquer aí você tira a piaçava lá do meio da mata, carrega geralmente na cabeça, né?! Aí leva para um lugar ... eu já vi lá na minha aldeia, os parentes tiram jogam ... colocam na água por quê?

Maria: para pesar mais.

Casé: E quem geralmente compra a Piaçava?

Maria: rapaz tem muita gente que compra ... um monte e manda colocar dentro da água e tem outros que não quer e não gosta que coloca dentro da água, quer pesar seca, mas aí quando chegar lá na frente já ...

Interrompe (terceira pessoa) – pensei que era para aparecer mais a fibra.

Maria: é para pensar, pesar mais.

Casé: Dizem que a Piaçava é altamente combustível, usa até para pólvora, né isso?

Maria: é, isso. É para muita coisa. A Piaçava tem uma grande serventia.

Casé: E o preço que paga, o que você acha?

Maria: rapaz agora eles estão pagando de R\$40,00 e pouco reais (quarenta reais) a arroba.

Casé: É pouco ou é muito?

Maria: rapaz ... agora do jeito que está a situação tudo caro tá pouco né, e o trabalho que dá rapaz não paga nem a recompensa.

Casé: E antes era mais?

Maria: Não, porque antes era um preço básico, mas dava para muitas coisas e hoje não.

Casé: Você chegou a fazer por exemplo, você falou que a piaçava dá para fazer muitas coisas, vassoura ... você já chegou alguma coisa, você mesmo trabalhar depois a piaçava?

Maria: não ... eu já ... as vezes quando estou precisando eu vou lá e faço uma vassoura, mas eu não faço muito assim porque a gente não tem aquele ... o acesso para poder você fazer, entendeu?! Até ... a gente estava conversando esses dias para fazer um armazém para beneficiar a piaçava.

Casé: uma cooperativa, você diz, né?!

Maria: não, tipo um galpão, para poder beneficiar a piaçava e depois você vender.

Casé: a comunidade mesmo, né?! Você que com isso seria mais lucrativo né, o retorno seria melhor.

Maria: porque a gente ia dar até trabalho né para algumas pessoas da comunidade, quem quisesse né, quem não quisesse a gente não faria.

Casé: Você ... como a gente falou, você disse que são poucas as mulheres, hoje você sabe de mulheres que continuam tirando? Conhece assim?

Maria: rapaz, olha ... eu tenho uma irmã que é mais velha que eu, mas até hoje ela tira a piaçava.

Casé: até hoje...

Maria: até hoje!

Casé: A outra coisa que ela mandou perguntar para você é a seguinte: muitas pessoas dizem assim, que a mulher não faz trabalho de homem, isso quer dizer que ... não existe isso ou existe isso?

Maria: Não existe (risos) existe sim aquelas mulheres que não querem trabalhar, mas que existe mulher trabalhadora existe, porque eu se fosse uma dessas que não gosta de trabalhar eu não fazia nada.

Casé: Atualmente você faz o que? Atualmente ... agora.

Maria: agora eu faço trabalho na cabana, vou para minha roça ... a minha roça tá lá, oh. Esses dias peguei a máquina botei gasolina e me mandei para roça, é ... quando tá chovendo ...

Casé: Na sua roça tem o que?

Maria: lá na minha roça tem o abacaxi, tem aipim, tenho mandioca, tenho tudo ... banana.

Casé: E você tem sua cabana?

Maria: Tenho a cabana!

Casé: Esses dias que deu a chuva como ficou a situação?

Maria: a situação ficou difícil.

Interrompe – Valdenio Tupinambá

Casé: Chega aqui para você mostrar o rosto, você tem que abaixar o rosto ao lado dela... olha para cá ... qual seu nome? O que você é da Maria?

Valdenio: Valdenio ... sou irmã ... ela é minha irmã e comadre.

Casé: Só para o pessoal saber quem tá conversando aqui do lado é irmão da Maria que é parente nosso.

Valdenio: Essa mulher aqui é batalhadeira ... tá comigo, tudo é minha comadre e minha irmã, tudo é com ela é comigo ... até a rocinha dela lá, ela vai esses dias ... porque o brejo encheu demais ela não pode ir, mas ela é trabalhadeira. Mesmo com a cabana dela aqui que faltou luz ... e não posso dar jeito ... e depois chegou.

Casé: Pronto, agora voltando a Maria. Aqui é aldeia Tupã né, fala quem ... como ela é organizada, fala quem são seus pais.

Maria: Meus pais ... é Rosario e a minha mãe chama Maria da Gloria. Mas aqui, nós ... a vista nós não ter recurso nenhum ... nós somos pessoas muito organizada, todo mundo tem suas casas.

Casé: tem casa de farinha?

Maria: tem casa de farinha, tem dois fornos, entendeu?! É assim ... se todo mundo fosse ... é ... se juntar todo mundo para todo mundo ter sua roça, a gente tinha bem mais coisas. Mas a gente não vai forçar ninguém para trabalhar, entendeu?! A gente cada qual faz sua parte.

Casé: Bom ... a gente já abusou de Maria bastante. Não é a primeira vez que a gente veio aqui conversar com ela. (risos) a gente não é lagartixa, mas é da casa (risos). A gente agradece muito a Maria, e ao irmão dela e a comunidade. Para quem não conhece quem fala aqui é Casé, não preciso aparecer mais essa é uma das comunidades que eu mais respeito, bem organizadas e vou deixar aí para Maria ... primeiro você (Valdenio) se despedir do pessoal.

Valdenio: Mas eu não morri não (risos)

Casé: só por esses dias (risos) só para se despedir ... fala um tchau para o pessoal aí

Valdenio: Obrigada bem ... o Casé que está aqui e o Katu. **Casé acrescenta:** Comigo aqui nessa entrevista estar o grande Katu Tupinambá. **Valdenio:** e dona Maria que é minha irmã tá aqui graças a Deus e vocês também ... merece muito. Vai e volte.

Casé: E você Maria ...

Maria: então ... eu agradeço muito porque Casé é uma pessoa que sempre tá aqui, ele mora ali no Jairy ... mas é uma pessoa que tá sempre aqui comigo... sempre tá vindo aqui, então eu fico muito feliz ... porque as veze a gente aqui ... não é esquecido por uma parte, mas por outra a gente somos ... né?! Então ... ele sabe muito bem e reconhece aqui, gosta muito de mim, sempre vem aqui, eu agradeço muito e fico muito satisfeita. Hoje e sempre ele vai estar aqui com a gente. E o Katu também.

Casé: Awêê, valeu gente, obrigada.



**V – CONSIDERAÇÕES FINAIS:
“ESPALHAR NOSSAS SEMENTES E O SOLO GERMINAR”**



Tecer esta dissertação foi ter contato com a terra, com as pessoas piaçaveiras, com as Encantadas/Encantados da Natureza e seres não humanos que povoam as matas. Não consegui está presente de corpo por causa do distanciamento social gerado pela pandemia. Entretanto, acredito que consegui me conectar pela anga (alma) através das oralidades surgidas dos diálogos com as pessoas piaçaveiras.

As falas, silêncio, cenário, temporalidades, memórias e movimentos dos corpos de Maria, Jorge, Seu Carlos e Ronaldo conduzirem esta dissertação. As trocas de saberes que eles ofereceram trançaram a presente escrita. Por isso, além da escrita e da História em Quadrinhos, os diálogos que foram gravados são fundamentais.

Espero que as pessoas que assistam e leiam esta dissertação sintam as oralidades indígenas Tupinambá dessas pessoas que não são só piaçaveiras. São portadoras de sabedorias ancestrais que educam em nossas relações com a natureza sagrada.

Talvez seja esse um dos sentidos que procurei com as oralidades aqui apresentadas: aproximar/sensibilizar pessoas em relação aos modos de viver, manejar a natureza e sentir a terra da Comunidade Indígena Tupinambá. Desejo colaborar com a superação dos preconceitos existentes quando se trata de Povos Originários em áreas seculares de contato com não indígenas.

Os ataques contra os Tupinambá de Olivença são imensos e permanentes. O *cistema* patriarcal colonial ligado ao capital retira direitos e permite ataques que vem do estado e dos que se dizem donos das terras. Encaram a natureza e pessoas como coisas a serem exploradas. Em se tratando dos Povos Originários “não só o racismo é estrutural, como também o genocídio e o etnocídio”. Mas “como diziam e dizem nossos Anciões e Morubixabas, como Marçal de Souza (Tupã -Y) e Cacique Alício: Somos iguais a palmeira ... nos vergamos, mas não quebramos” (ANGATU, 12/01/20218).

Quem decide quem é indígena ou não? Quem decide a cor da pele do indígena? Quem decide quem tem direito ancestral ao Território? Nossa resposta: são os próprios indígenas. No vídeo *Íandê Yby* a professora Cris Amanary conta que:

Por achar que o índio é aquele lá do livro de história, a gente sofre muito com isso, por causa do cabelo encaracolado, o cabelo um poucocrepo, aí falam que nós não somos indígenas né ... a gente estar na rua ... e as pessoas ... já chegou o momento de perguntar para mim: Sim, mas você é índia? “Seu cabelo é tão encaracolado.” Aí eu falei: mas meu ser índio tá no meu sangue, tá lá no meu tronco, não tá no meu cabelo (ÂNDÊ YBY - Nós somos a Terra Tupinambá, Setembro/2020).

Finalizo com as falas de Jorge Tupinambá, Carlos Tupinambá, Ronaldo Tupinambá e Maria Tupinambá:

Jorge Tupinambá

Porque pra mim eu acho que a gente tem a planta nativa e você deve cortar pra você né, vender sua Piaçava que é nativa. Já que eles plantaram, eles podem fazer o trabalho dele e empregar se quiser. Mas eu não iria não. [...] Não, de jeito nenhum, pelo contrário. A Piaçava é um bem da natureza e bem pra gente também que a gente vive disso. Mas você chegou lá cortou direitinho ela não vai dar problema nenhum, pelo contrário vai te ajudar, tanto para você como para os bichos, as pacas e os cutias que se alimenta do coco né, e os animais que mora em cima que eu falei: cobra, escorpião, saruê.

Carlos Tupinambá

Meu nome é Carlos tenho 55 anos e convivo na Aldeia Gwarĩni Taba Atã, eu e minha família e trabalho pro branco porque é o jeito, não tem outra solução. Mas eu convivo aí, os meus meninos tira Piaçava. A Piaçava é uma coisa muito boa né, que a gente vive com ela né, como serve pra gente, como serve para os bichos também, saruê e etc. Vários tipos de insetos e coisas para nosso alimento. Então muitos parentes vive mais da Piaçava, e a Piaçava gera muito emprego. Agora nós precisamos de um apoio e um ajuda também né, nós precisamos disso. Como tem o coco de Piaçava, que a gente não cata porque não tem com quem vender, não tem uma pessoa assim para mandar a gente catar aqueles cocos secos para fazer um carvão, um artesanato.

Ronaldo

Aqui é nativo, é natural daqui. A gente vai aí hoje, a gente ver um pezinho pequeno, daqui há dois anos, três anos você vai já tá uma bananeira, você já começa a tirar. [...] É, porque nós somos daqui nós pertence da área, nós colhe a Piaçava e zela dos pés para eles ter, cultivar para até (pausa) vamos supor: eu já estou com 53, aí não sei quanto vou viver, mas tem meu neto, pode vim um bisneto e eles cuidar e colher a Piaçava.

Maria Tupinambá

Maria da Conceição Araújo de Oliveira, então ... eu trabalho desde a idade de 09 anos tirando Piaçava. Eu já tirei até 40 arrobas de Piaçava quando eu era mais nova né, hoje eu ainda tiro também e continuo trabalhando [...] Mas desde a idade de 9 anos ... minha vida ... minha juventude foi mais na Piaçava. Eu ia sozinha [tirar piaçava], minha mãe sempre ficava falando: ah, não vai não minha filha porque você por aí é arriscado sozinha. Eu falei não, a gente que tem fé no nosso pai Tupã ele nunca vai deixar a gente sozinha ... e ele sabe a minha necessidade que eu tenho né, e eu trabalhava para me manter, que nem até hoje eu trabalho para me manter [...]



Figura 14: Maria Tupinambá e Kuña.

Acervo/Fonte/Autoria: Mauricio Pinheiro. Data: 2019.

*“SOMOS TUPINAMBÁ
NÃO NEGAMOS NOSSA NAÇÃO
SOMOS GENIOSOS
MAS TEMOS
BOM CORAÇÃO*

*SOMOS GUERREIRAS E GUERREIROS
POR NOSSAS TERRAS VAMOS LUTAR
ESPALHAR NOSSAS SEMENTES
O SOLO GERMINAR”*

(CANÇÃO TUPINAMBÁ CANTADA DURANTE OS RITUAIS DO PORANCY)

AWÊRÊ AIÊTÊN !!!



BIBLIOGRAFIA



ALARCON, Daniela Fernandes **O retorno da terra**: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ANGATU, Casé (Carlos José F. Santos). Tupixuara Moingobé Ñerana: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios. In: AGUILUZ-IBARGÜEN, Maya; BRAGA, Cleber; GUIMARÃES, Rafael Siqueira de e ANGATU, Casé (Orgs.). **Dossiê: De/S/Colonização Estética: Saberes Tradicionais, Artes, Dissidências - Revista Espaço Acadêmico**. Maringá. UEM, 2021, p. 13-24. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509/751375152906?fbclid=IwAR1RDNYIDffpT3IPS-ZtSQg5Uq0QcGN3e4Btu3YpAs5CNskUC7HnIAHOAZc> . Acesso em 2021.

_____. Cartas Indígenas. In: GALINDO, Dolores; PEREIRA, Maristela de Souza; e RASERA, Emerson Fernando (Orgs.). **Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre, RS: ABRAPSO, 2017, p. 270-284. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=566 . Acesso em 2017.

_____. “Anga Moronguetá: Indigenamente Resistimos Porque (Re)Existimos Originariamente”. In: **Revista Têmpera, Vol. 01, N. 03**. Grupo Têmpera, 2019, p. 06-19. Disponível em: <https://grupotempera.wixsite.com/grupotempera/rt3>, Acesso em 2019.

_____. “Povos Originários no Enfrentamento da Covid-19 e dos Maus Governos: Mais de 500 Anos de Resistência ao Bio-Necropoder”. In: RIBEIRO, Denize de Almeida (Org.) **Reflexões e Saberes em Tempos de Pandemia da Covid-19**. Cruz das Almas: Editora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (EDUFRB), Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade (NEPPINS) e Centro de Ciências da Saúde (CCS), 2022 (no prelo).

_____. “Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial!”. In: MATTAR, Sumaya, SUZUKI, Clarissa e PINHEIRO, Maria. **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. São Paulo: ECA-USP, 2020. p. 38-73. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/525/463/180> . Acesso em 2020.

_____. Povos Originários: Resistimos porque (Re)Existimos – Cosmologias e memórias de Povos que alguns diziam dizimados. In: NEUMANN, Gerson Roberto; RICHTER, Cinteia; e DAUDT, Marianna Ilgenfritz(Orgs.). **Literatura comparada, ciências humanas, cultura, tecnologia**. Porto Alegre: Class, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppglettras/wp-content/uploads/2021/10/ABRALIC-Literatura-comparada.pdf?fbclid=IwAR3Wn1da68CA5umWOO1kMmvmM6dLNee1QJ8hfgdSNGdlZ2Ze86RXli95oyl> Acesso em 2021.

_____. Nada de Desânimo Porque a "Luta É Grande...A Luta É Sagrada...Com Fé Em Tupã...Topamos Qualquer Parada". In: **Casé Angatu – Perfil Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/682753167/search/?q=O%20STF%20ao%20n%C3%A3o%20decidir%20ontem%20> . Acesso em 16/09/2021.

_____. “Fala intitulada: Cosmovisões: Olhar De Um Indígena - Relações Entre Humano, Natureza E Anga”. In: **20º Festival de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil (Sesc Pompeia, São Paulo)**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6vne4G9Uxjw&list=PL7Afrte6bZnaMOcPUkn-JsddvXcX2feTX&fbclid=IwAR2x_3JIHhP6C7ei0q7wu75lsEaKVTG-g0crZ8J26B4vTliSNwS7ASrm7wk, Acesso em 12 de janeiro de 2018.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Revista Estudos Feministas. Vol. 8 N. 1**. Florianópolis. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC / Editora Mulheres, 2000, p. 229-236. Disponível em:

<file:///C:/Users/casea/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Documentos/Liliane%20Fontes/Textos/9880-Texto%20do%20Artigo-29450-1-10-20090318.pdf> , Acesso em 2000.

AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues dos Santos. **Aupaba Anamã Jycayba: Mbaecuaba-Eté Mboessaba Tupinambá Amotara – Taba Itapuã = Território E (Re)Existência Na Educação Escolar Indígena Tupinambá Decolonial: Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã – Olivença – Ilhéus/BA)**. Terra Indígena Tupinambá: Dissertação apresentada junto ao PPGER/UFSB com orientação do Prof. Dr. Casé Angatu, Outubro/2020. Disponível em: [file:///C:/Users/casea/Downloads/Vanessa R Santos - _Verso Final 28 12 2020 1%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/casea/Downloads/Vanessa R Santos - _Verso Final 28 12 2020 1%20(3).pdf) . Acesso em Outubro/2020.

_____. “Trajetórias pelo Território Tupinambá de Olivença: na (Re)Existência e Indianidade de meu Povo busco inspiração para uma Perspectiva Decolonial de Educação”. In: GUIMARÃES, Rafael Siqueira de (Org.). **(Des) caminhos narrativos: de vida, de militância e (por que não?) de pesquisa**. Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021. p. 26 e 27

_____. & ANGATU, Casé (Carlos José F. Santos). “Decolonialidades Indígenas”. In: MESQUITA, Marcos R. e COSTA, Frederico A. (Org.). **Psicologia Política no Brasil e Enfrentamentos a Processos Antidemocráticos**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL), 2019, p. 231-241. Disponível em: <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/08/psicologia-politica-completo-divulgado.pdf> < . Acesso em 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: **Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 11, mai./ago.** 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>> . Acesso em 22 de março de 2019. BARBOSA, Pe. A Lemos. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

BARBOSA, Pe. A Lemos. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951

BARBOSA, Victor, COSTA, Lucas e LEÃO, Mirtania. Análise Histórica da piaçava e seu potencial para a construção civil. In: **Conferência: 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira**. Salvador/BA, 08/10/2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336349451_Analise_historica_da_pia_cava_e_seu_potencial_para_a_construcao_civil#:~:text=Em%20meados%20do%20s%C3%A9culo%20XIX,fibra%20em%20vassouras%20e%20escovas . Acesso em 08/10/2019

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas Vol. 1 – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CARVALHO, Taís almeida. **Narrativas em Disputa: o Sul da Bahia e os Tupinambá de Olivença**. Salvador: Dissertação de Mestrado Apresentado junto ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, 2017.

COSTA, Erlon Fábio de Jesus. **Da Corrida de Tora ao Poranci: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no Sul da Bahia**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DEHEVEHE SAPUYÁ, Wendeuslelei Alves de Souza. **Autoconstrução da Educação Escolar Pataxó Hãhãhãe e de sua Forma de Ensinar: Território, Indianidade, Etno-Matemática e (Re)Existência**. Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu: PPGER/UFESB – Orientação de Casé Angatu. Outubro/2021.

FAPEM, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. **Extração da fibra da piaçaba é alvo de pesquisa no médio rio Negro**. Amazonas, FAPEM, 22/11/2010. Disponível em: <http://www.fapeam.am.gov.br/extracao-da>

fibra-da-piacaba-e-alvo-de-pesquisa-no-medio-rio-negro/# . Acesso em 22/11/2010.

FFLCH/USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. **Vocabulário Tupi-Português do Curso Elementar de Tupi Antigo.** Disponível em: <<http://tupi.fflch.usp.br/vocabulariotupiportugues>>, Acesso em 05 de janeiro de 2020.

GLOBO RURAL, Rede Globo. **Piaçava vira lavoura comercial no Sul da Bahia.** Ilhéus/BA: Rede Globo, 25 de novembro de 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7186326/> . 25 de novembro de 2018.

GUIMARÃES, Carlos Alex Lima, SILVA, Luiz Alberto Mattos. **Piaçava da Bahia (Attalea funifera Martius): do extrativismo à cultura agrícola.** Ilhéus, BA: Editus, 2012.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de (Org.). **(Des) caminhos narrativos: de vida, de militância e (por que não?) de pesquisa.** Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021. p. 26 e 27

ÎANDÊ YBY - **Nós somos a Terra Tupinambá.** In: Estudantes do Curso de Comunicação Social, Rádio e TV da Universidades Estadual de Santa Cruz - UESC (Ariane Santana; Brenda Ferreira; Gabriel Alburqueque; Gabriel Alves; Júlio Rodrigues Disponível em: <https://www.facebook.com/iandeybydocumentario/videos/401986824134121/> ou <https://www.youtube.com/watch?v=N2DKI2UaZxQ> >. Setembro/2020.

ISA, Instituto Socioambiental. Tupinambá. In: **Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupinambá>. Acesso 02/01/2021.

KATU TUPINAMBÁ, Admilson Silva Amaral. **Mbo'esaba Karaiba E'yma Ægwã - Lutando por uma Educação Escolar Indígena Decolonial: Construção da Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté (Olivença – Ilhéus/BA).**

Terra Indígena Tupinambá de Olivença: PPGER/UFSB – Orientação de Casé Angatu, Setembro/2019.

KOPENAWA YANOMAMI, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton . Um Lugar Onde a Terra Descansa. In: **Arte, Cultura e Democracia no Século XXI**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 2019. P. 61-63 Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2019/Publica%C3%A7%C3%A3o_Arte%2C%20Cultura%20e%20Democracia%20no%20S%C3%A9culo%20XXI.pdf . Acesso em 2019.

_____. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Fala durante o Debate sobre o Filme a Última Floresta**. In: ISA, Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=16YDWDufBpQ> . Acesso em 19 de abril de 2021.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Curso de Língua Geral (Nheengatu ou Tupi Moderno)**. São Bernardo do Campo/SP, Paym Gráfica e Editora, 2011.

_____. **Dicionário Tupi Antigo: a Língua Indígena Clássica do Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2013.

NORA, P .Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. São Paulo, n 10,p.7-28**, dezembro/93

MATTAR, Sumaya, SUZUKI, Clarissa e PINHEIRO, Maria. **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/525/463/180> . Acesso em 2020.

MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yn/pdf/mott-9788523208905-10.pdf> . Acesso em 2010.

SOMMER, F. **A vida do botânico Martius “Pai das Palmeiras”**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.

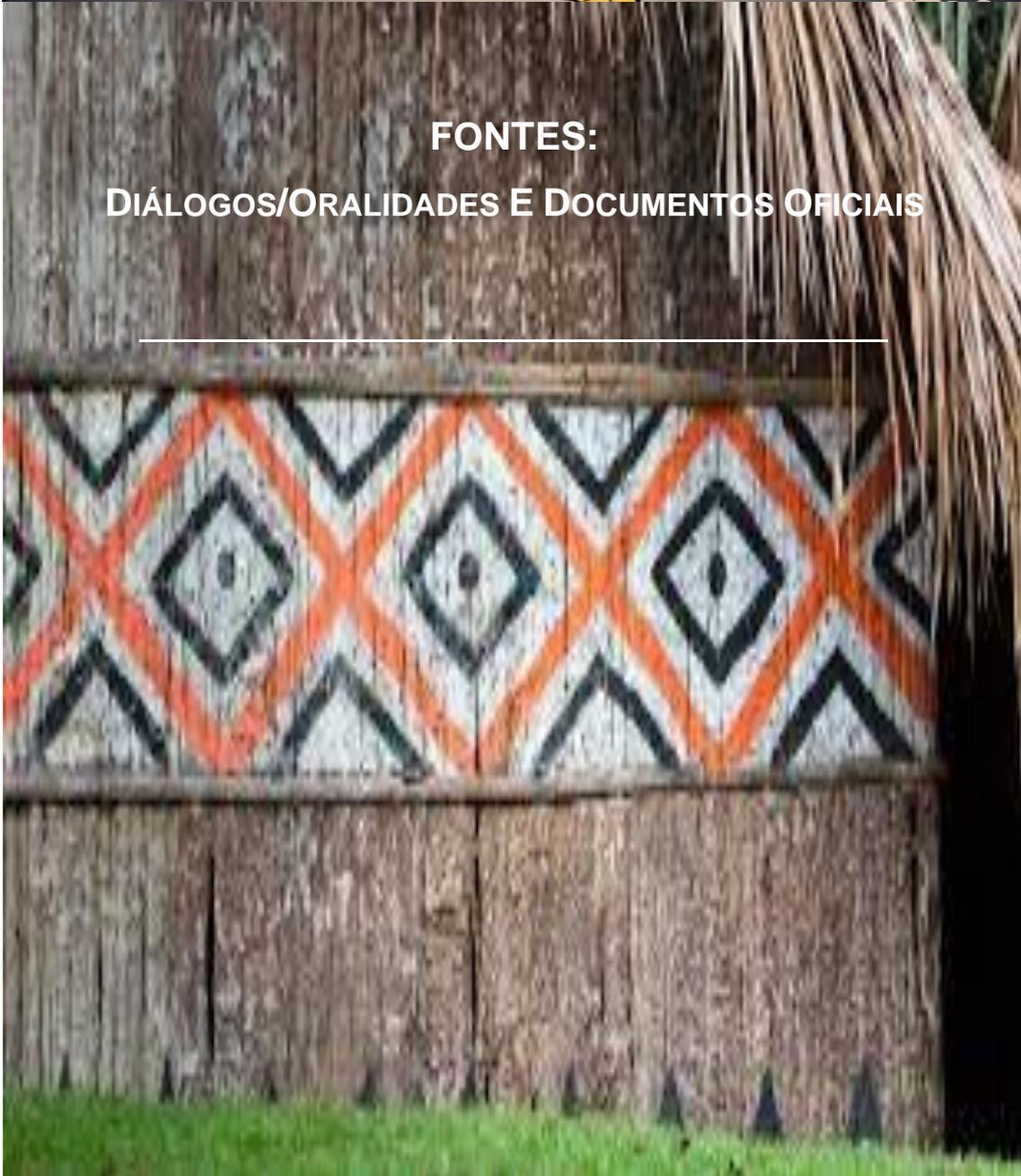
SANTANA, José Valdir J. de. **A letra é a mesma, mas a cultura é diferente”:** **a escola dos Tupinambá de Olivença**. 241f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

VIEGAS, Susana de Matos. **Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do sul da Bahia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VILLA, Roberta. A lei 11.645: que índio é esse? In: MATTAR, Sumaya, SUZUKI, Clarissa e PINHEIRO, Maria. **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. São Paulo: ECA-USP, 2020, p. 178-186. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/525/463/180> . Acesso em 2020.



FONTES:
DIÁLOGOS/ORALIDADES E DOCUMENTOS OFICIAIS



DIÁLOGOS/ORALIDADES

- MARIA TUPINAMBÁ. *Depoimento – Maria Tupinambá e o Manejo Indígena Ancestral da Piaçava na Território Tupinambá Olivença* 23/12/2021. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=58kjo5DPzsk&t=918s> . Acesso em 23/12/2021.

- JORGE TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Jorge* 30 05 2021. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7MaCvgV-W0&t=18s> . Acesso em 30/05/2021.

- RONALDO TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Ronaldo* 30 05 2021. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P4udBrZOE0&t=50s> . Acesso em 30/05/2021.

- SEU CARLOS TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos* 30 05 2021. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7XlRnPDmiw&t=1s> . Acesso em 30/05/2021.

- SEU CARLOS E JORGE TUPINAMBÁ. *Depoimento - Piaçava e o Manejo Tupinambá Olivença/BA: Seu Carlos e Jorge* 30 05 2021. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXkcnW6eDJ4&t=31s> . Acesso em 30/05/2021.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BAHIA, Governo do Estado da. **Decreto nº. 8.471 de 12 de março de 2003, criando a categoria de Escola Indígena, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia, e dá outras providências.** Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <[https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77390/decreto-8471-03#:~:text=Cria%20a%20categoria%20de%20Escola,Ver%20t%C3%B3pico%20\(1%20documento\)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,12%20de%20mar%C3%A7o%20de%202003.](https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77390/decreto-8471-03#:~:text=Cria%20a%20categoria%20de%20Escola,Ver%20t%C3%B3pico%20(1%20documento)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,12%20de%20mar%C3%A7o%20de%202003.)>.

_____. **Resolução nº. 106 de 19 de outubro de 2004, estabelecendo diretrizes e procedimentos para a organização e oferta da Educação Escolar Indígena, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências.** Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_106_2004_e_Parecer_CEE_N_286_2004.pdf>.

_____. **Lei Estadual nº. 18.629/2010, alterada pela de nº. 12.046 de 04 de janeiro de 2011, criando a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia.** Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/legislacaoeducacaoindigena>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

_____. **Edital SAEB/4/2013 de 29/11/2013.** Disponível em: <http://consultec.com.br/download/EDITAL_SAEB_PROF_INDIGENA4_2013.PDF>. Acesso em 19 de março de 2020.

_____. **Portaria nº. 3.918/2012 de 13 de abril de 2012, sobre a reorganização curricular das unidades escolares da Educação Escolar Indígena, integrantes da rede pública estadual.** Disponível em:

<<http://escolas.educacao.ba.gov.br/legislacaoeducacaoindigena>>. Acesso em 20 de março de 2020.

BRASÍLIA, República Federativa do. **Lei nº. 11.645/2008. Altera a Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

_____. (Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental). **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI).** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Portaria nº. 734, que institui, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI).** Brasília, 08 de junho de 2010. Disponível em: <<http://capes.gov.br/36-noticias/3862-mec-institui-comissao-nacional-de-educacao-escolar-indigena>>. Acesso em 4 de abril de 2020.

_____. **Criação das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.** Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbee.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2020.

_____. **Lei nº. 9.394 de 20 de dez. 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

_____. **Lei nº. 10.172/2001, 09 de janeiro de 2001, instituindo o Plano Nacional de Educação (PNE).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

_____. **Referenciais para a Formação de Professores Indígenas.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

_____. **Decreto Nº. 10.088 de 05 de novembro de 2019. Dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

_____. **Lei nº. 11.645/2008. Altera a Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 09/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

_____. **Decreto nº. 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências – I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena em Brasília (CONEEI).** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

_____. **Resolução nº. 05 de 22 de junho de 2012, fixando Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Parecer do CNE/CEB Nº. 13 de 10/05/2012.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 de abril de 2020.

_____. **Portaria do MEC nº. 1.061, de 30/10/2013, e Portaria nº. 98, de 6/12/2013, que regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola.** Disponível em: _____ em:

<http://inep.gov.br/educacaosuperior/censosuperior/legislacao/2013/portaria_n_699_06122013censoeduc.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

_____. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394**. Brasília: República Federativa do Brasil, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC, 26 de junho de 1998.

_____. **Resolução nº. 3 de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências**. Brasília: MEC, 1999.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. (Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental). **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. (VIEGAS, Susana Dores de Matos; PAULA, Jorge Luiz de; MELO, Juliana Gonçalves). Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. In: **Diário Oficial da União – Seção 1, n. 74**. Brasília: DOU, 20 de abril de 2009, p. 52-57.

_____. **Nota Técnica nº. 01/CGEP/02**. Brasília: FUNAI, 13 de maio de 2002.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 07 de junho de 1989**. Disponível em: <

[publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convecacao169.pdf/view>](#). Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.